



INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC

**ed.24**

JUNHO/2023

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC

**ed.24**

JUNHO/2023

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



# INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca da EDITORA INTEGRALIZE, (SC) Brasil

International Integralize Scientific. 24ª ed. Junho/2023. Florianópolis - SC

Periodicidade Mensal

Texto predominantemente em português, parcialmente em inglês e espanhol

ISSN/2675-5203

1 - Ciências da Administração

2 - Ciências Biológicas

3 - Ciências da Saúde

7 - Linguística, Letras e Arte

8 – Ciências Jurídicas

4 - Ciências Exatas e da Terra

5 - Ciências Humanas/ Educação

6 - Ciências Sociais Aplicadas

9 – Tecnologia

10 – Ciências da Religião /Teologia

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-5203



# INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC

**Dados Internacionais de  
Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca da Editora Integralize - SC – Brasil**

Revista Científica da EDITORA INTEGRALIZE- 24ª ed. Junho/2023  
Florianópolis-SC

## **PERIODICIDADE MENSAL**

Texto predominantemente em Português,  
parcialmente em inglês e espanhol.  
ISSN/2675-5203

1. Ciências da Administração
2. Ciências Biológicas
3. Ciências da Saúde
4. Ciências Exatas e da Terra
5. Ciências Humanas / Educação
6. Ciências Sociais Aplicadas
7. Ciências Jurídicas
8. Linguística, Letras e Arte
9. Tecnologia
10. Ciências da Religião / Teologia

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675 - 520



# INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC

## EXPEDIENTE

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC

ISSN/2675-5203

É uma publicação mensal, editada pela  
EDITORA NTEGRALIZE | Florianópolis - SC

Florianópolis-SC

Rodovia SC 401, Bairro Saco Grande, CEP 88032-005.

Contato: (48) 99175-3510

<https://www.integralize.online>

### Diretor Geral

Luan Trindade

### Diretor Financeiro

Bruno Garcia Gonçalves

### Diretora Administrativa

Vanessa Sales

### Diagramação

Balbino Júnior

### Conselho Editorial

Marcos Ferreira

### Editora-Chefe

Dra. Vanessa Sales

### Editor

Dr. Diogo de Souza dos Santos

### Bibliotecária

Rosangela da Silva Santos Soares

### Revisores

Dr. Antônio Jorge Tavares Lopes

Dra. Arethuzia Karla A. Cavalcanti

Dr. Tiago Moy

Dra. Gleice Franco Martins

Permitida a reprodução de pequenas partes dos artigos, desde que citada a fonte.



**INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC**

**INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC  
ISSN / 2675-5203**

É uma publicação mensal editada pela  
EDITORA INTEGRALIZE.  
Florianópolis – SC  
Rodovia SC 401, 4150, bairro Saco Grande, CEP 88032-005  
Contato (48) 4042 1042  
<https://www.integralize.online/acervodigital>

**EDITORA-CHEFE**  
Dra. Vanessa Sales

Os conceitos emitidos nos artigos são de  
responsabilidade exclusiva de seus Autores.

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC

# CIÊNCIAS HUMANAS

HUMAN SCIENCES

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675 - 520

**JUNHO – CIÊNCIAS HUMANAS**

|   |            |
|---|------------|
| <b>TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DESAFIOS NA APRENDIZAGEM ESCOLAR.....</b>  | <b>08</b>  |
| Autora: <a href="#">Maria Aparecida Aranha Medeiros Bernardo</a>  |            |
| Orientador: <b>Magno Henrique Constantino</b>   |            |
| AUTISTIC SPECTRUM DISORDER: CHALLENGES IN SCHOOL LEARNING   |            |
| TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA: DESAFÍOS EN EL APRENDIZAJE ESCOLAR  |            |
| <b>DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL.....</b>   | <b>21</b>  |
| Autora: <a href="#">Maria Aparecida Aranha Medeiros Bernardo</a>  |            |
| Orientador: <b>Magno Henrique Constantino</b>   |            |
| LEARNING DIFFICULTIES OF CHILDREN WITH VISUAL IMPAIRMENT  |            |
| DIFICULTADES DE APRENDIZAJE DE LOS NIÑOS CON DISCAPACIDAD VISUAL  |            |
| <b>A AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>  | <b>32</b>  |
| Autora: <a href="#">Maria Aparecida Aranha Medeiros Bernardo</a>  |            |
| Orientador: <b>Magno Henrique Constantino</b>   |            |
| AFFECTIVITY IN CHILDHOOD EDUCATION  |            |
| AFECTIVIDAD EN EDUCACIÓN INFANTIL   |            |
| <b>JOGOS E BRINCADEIRAS NA INTERVENÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM .....</b>                                   | <b>47</b>  |
| Autora: <a href="#">Anieli Felix de Lima Oliveira</a>   |            |
| GAMES AND PLAY IN INTERVENTION IN LEARNING DIFFICULTIES   |            |
| JUEGOS Y JUEGOS EN LA INTERVENCIÓN EN LAS DIFICULTADES DE APRENDIZAJE   |            |
| <b>INCLUSÃO NA SOCIEDADE ATUAL.....</b>   | <b>62</b>  |
| Autora: <a href="#">Anieli Felix de Lima Oliveira</a>   |            |
| INCLUSION IN TODAY'S SOCIETY  |            |
| INCLUSIÓN EN LA SOCIEDAD ACTUAL   |            |
| <b>A INCLUSÃO E PRECONCEITO DE PESSOAS COM TEA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO.....</b>                         | <b>74</b>  |
| Autora: <a href="#">Maria Leonice Marques Nery</a>  |            |
| THE INCLUSION AND PREJUDICE OF PEOPLE WITH ASD IN THE SCOPE OF EDUCATION AND WORK                                   |            |
| LA INCLUSIÓN Y PREJUICIO DE LAS PERSONAS CON TEA EN EL ÁMBITO EDUCATIVO Y LABORAL                                   |            |
| <b>EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS.....</b>             | <b>81</b>  |
| Autora: <a href="#">Maria Leonice Marques Nery</a>  |            |
| INCLUSIVE SPECIAL EDUCATION: A BIBLIOGRAPHIC STUDY ON THE STUDENT INCLUSION PROCESS                                 |            |
| EDUCACIÓN ESPECIAL INCLUSIVA: UN ESTUDIO BIBLIOGRÁFICO SOBRE EL PROCESO DE INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES                 |            |
| <b>DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS DIAS ATUAIS.....</b>  | <b>88</b>  |
| Autora: <a href="#">Maria Leonice Marques Nery</a>  |            |
| CHALLENGES OF INCLUSIVE EDUCATION TODAY   |            |
| DESAFÍOS DE LA EDUCACIÓN INCLUSIVA HOY  |            |
| <b>ATUAÇÃO DA PSICOPEDAGOGIA NO SISTEMA EDUCACIONAL .....</b>   | <b>96</b>  |
| Autoras: <a href="#">Adriana Ribeiro Silva</a>  |            |
| THE PERFORMANCE OF PSYCHOPEDAGOGY IN THE EDUCATIONAL SYSTEM   |            |
| EL DESEMPEÑO DE LA PSICOPEDAGOGÍA EN EL SISTEMA EDUCATIVO   |            |
| <b>UMA REFLEXÃO SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE NA TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA.....</b> | <b>105</b> |
| Autoras: <a href="#">Adriana Ribeiro Silva</a> e <a href="#">Daiana Ribeiro Silva</a>                               |            |
| A REFLECTION ON THE CONTRIBUTIONS OF PAULO FREIRE TO THE TRAJECTORY OF YOUTH AND ADULT EDUCATION – EJA              |            |
| UNA REFLEXIÓN SOBRE LOS APORTES DE PAULO FREIRE A LA TRAYECTORIA DE LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS – EJA         |            |

## TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DESAFIOS NA APRENDIZAGEM ESCOLAR

AUTISTIC SPECTRUM DISORDER: CHALLENGES IN SCHOOL LEARNING

TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA: DESAFÍOS EN EL APRENDIZAJE ESCOLAR

Maria Aparecida Aranha Medeiros Bernardo  
cidaaranha@hotmail.com

BERNARDO, Maria Aparecida Aranha Medeiros. **Transtorno do Espectro Autista: Desafios na Aprendizagem escolar**. Revista International Integralize Scientific, Ed. n.24, p. 09 – 21, junho/2023. ISSN/2675 – 5203.

**Orientador: Magno Henrique Constantino**

### RESUMO

A elaboração deste artigo baseia-se na premissa de que o educador possui um conhecimento talvez escasso a respeito do autismo e o impacto que esse transtorno causa no processo de aprendizagem. Portanto, há urgência de se discutir alguns desafios enfrentados pelos educadores na instrução formal da criança com autismo e como superá-los. Este artigo tem o objetivo de evidenciar as dificuldades de aprendizagem vivenciadas por estes anteriormente citados. Foi realizado um levantamento de estudos nacionais (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Portal de Periódicos da CAPES) que abordavam as adversidades no aprendizado presentes no autismo. Com base em alguns teóricos, foram discutidas as principais dificuldades apresentadas pela criança com autismo, sua inserção no ensino regular e os melhores métodos de ensino para essa população. Segundo a pesquisa realizada, crianças com autismo comumente apresentam bloqueios ao usar e entender a comunicação não verbal, isto é, abstrair. Logo, percebe-se que a linguagem corporal manifestada através de gestos e expressões faciais, constituem um grande desafio para os educadores. Portanto, constata-se a falta de conhecimento e preparo necessários ao professor, para que possa atuar com este grupo de alunos que exibe diversos tons de diferença em seu modo de absorver conhecimento. Por conseguinte, nota-se a baixa eficácia das aulas ministradas a este público, bem como a emergência de que os docentes e órgãos de educação busquem aperfeiçoamento e capacitação, haja vista que o aluno com autismo já cumpre seu papel, que é o de estar em sala de aula.

**Palavras-chave:** Autismo. Conhecimento. Desafios. Inclusão. Aprendizagem.

### SUMMARY

The elaboration of this article is based on the premise that the educator has little knowledge about autism and the impact that this disorder has on the learning process. Therefore, there is an urgent need to discuss some challenges faced by educators in the formal instruction of children with autism and how to overcome them. This article aims to highlight the learning difficulties experienced by those mentioned above. A survey of national studies was carried out (Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS), Virtual Health Library (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) and CAPES Journal Portal) that addressed adversities in the learning present in autism. Based on some theorists, the main difficulties presented by children with autism, their inclusion in regular education and the best teaching methods for this population were discussed. According to the research carried out, children with autism commonly present blocks when using and understanding non-verbal communication, that is, in abstracting. Soon, it is noticed that the corporal language manifested through gestures and facial expressions, constitute a great challenge for the educators. Therefore, there is a lack of knowledge and preparation necessary for the teacher, so that he can work with this group of students who exhibit different shades of difference in their way of absorbing knowledge. Therefore, the low effectiveness of classes given to this public is noted, as well as the emergence of teachers and education bodies seeking improvement and training, given that students with autism already fulfill their role, which is to be in the classroom.

**Keywords:** Autism. Knowledge. Challenges. Inclusion. Learning.

### RESUMEN

La elaboración de este artículo parte de la premisa de que el educador tiene quizás conocimientos limitados sobre el autismo y el impacto que este trastorno tiene en el proceso de aprendizaje. Por lo tanto, es urgente discutir algunos desafíos que enfrentan los educadores en la instrucción formal de niños con autismo y cómo superarlos. Este artículo pretende poner de relieve las dificultades de aprendizaje que experimentan los mencionados anteriormente. Se realizó un levantamiento de estudios nacionales (Literatura Latinoamericana y del Caribe en

Ciencias de la Salud (LILACS), Biblioteca Virtual en Salud (BVS), Biblioteca Científica Electrónica en Línea (SciELO) y Portal de Periódicos CAPES) que abordaron las adversidades en el aprendizaje presentes en el autismo. Con base en algunos teóricos, se discutieron las principales dificultades que presentan los niños con autismo, su inclusión en la educación regular y los mejores métodos de enseñanza para esta población. Según investigaciones realizadas, los niños con autismo comúnmente presentan bloqueos a la hora de utilizar y comprender la comunicación no verbal, es decir, la abstracción. Por tanto, queda claro que el lenguaje corporal expresado a través de gestos y expresiones faciales constituye un gran desafío para los educadores. Por lo tanto, falta el conocimiento y la preparación necesaria para que el docente pueda trabajar con este grupo de estudiantes que presentan distintos matices en su forma de absorber el conocimiento. En el aula.

**Palabras clave:** Autismo. Conocimiento. Desafíos. Inclusión. Aprendiendo.

## INTRODUÇÃO

A elaboração deste artigo teve como ponto de partida a necessidade de os educadores adquirirem conhecimento sobre o autismo e o impacto causado pelo Transtorno do Espectro Autista (TEA) no processo de aprendizagem. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no capítulo V, que trata da Educação Especial, garante no Art. 58 que “a educação especial, a modalidade de educação escolar, seja oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais”. Isso assegura à criança com TEA o direito de ser matriculada na escola regular, tendo em vista, também, a Lei Berenice Piana, Art. 3º, inciso IV, alínea a, que diz que as pessoas com TEA devem ter “o acesso à educação e ao ensino profissionalizante”.

Ao escolher abordar o tema Autismo: Desafios na Aprendizagem Escolar, o presente artigo se propõe a trazer informações bem pesquisadas, tendo em vista fazer uma abordagem a respeito do TEA e dos desafios que os educadores encontram atualmente para garantir a integração e a inclusão de crianças com autismo. Ainda outra questão diz respeito ao direito que a criança com essa síndrome tem de estudar numa escola regular.

Constatou-se por meio de pesquisas feitas que é possível haver um aprendizado satisfatório de tais crianças quando há um engajamento de toda a comunidade escolar e algumas adaptações no modo de ensinar, visto que tais alunos necessitam de um maior amparo pedagógico e de um planejamento antecipado de estratégias e metodologias que visem facilitar o aprendizado da criança com autismo.

Este artigo abordará tais estratégias e metodologias no decorrer de sua construção e mostrará que é possível haver um bom resultado quando há união e boa vontade entre todos os envolvidos no processo de construção do conhecimento, isto é, quando se leva em conta as características individuais de cada aluno, independentemente de possuir uma patologia ou não. Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo evidenciar as dificuldades de aprendizagem vivenciadas pela pessoa com autismo e, ao mesmo tempo, os desafios com os quais os educadores se confrontam na escola.

## ENTENDENDO O AUTISMO

Conforme expõe o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), 5ª edição, tem-se o TEA como uma disfunção cerebral que altera a dinâmica de contato com o social e habilidades comunicativas da pessoa com autismo e impacta a assimilação sensorial, causando nesses indivíduos uma super-reação às sensações (visão, sons, odores, toques) e uma sub-reação a outras.

Há pessoas com comprometimentos sociais, mas sem problemas comportamentais; e há casos de disfunções comportamentais sem atraso de linguagem. Em todos eles aparecem, em maior ou menor grau, as dificuldades na interação social. (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012, p. 87).

O transtorno exibe traços comportamentais que destoam da regra social e sua sintomatologia costuma ser percebida em crianças com mais ou menos três anos, podendo variar de um indivíduo para outro. Parecem viver sozinhas em seu mundo, alheias às pessoas e aos acontecimentos ao seu redor. O próprio termo “autismo” é construído a partir do grego “autós” com o sentido de si próprio, refere-se a essa qualidade de isolar-se em si mesmo.

Explanado por estudos epidemiológicos realizados ao longo das últimas cinco décadas, percebeu-se que o autismo cresce a nível global. Gradativamente, observamos surgir explicações e justificativas para este crescimento, inclusive a própria conscientização da população e amplificação dos critérios estabelecidos para diagnóstico e relatórios mais aprimorados sobre o autismo são fatores que elevam o citado índice.

As evidências apontam à existência de fatores que tornam uma criança propensa ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), como fatores genéticos e ambientais (OMS, 2019). Contrariando a indiferença em relação ao afeto e contato social, as crianças com autismo possuem afinidade por um determinado objeto ou atividade específica, mantendo-se por horas de maneira frequente e repetitiva. Elas apresentam comportamentos que vão na contramão de outras crianças da mesma idade, isto é, demonstram um comportamento fora do comum e repetitivo. Geralmente, são intolerantes às mudanças no cotidiano, buscando realizar atividades de maneira reiterada, dia após dia.

Há também uma reação negativa ante eventos e situações comuns e algumas ocasiões podem ser até mesmo desconcertantes, haja vista a inabilidade de exprimir sentimentos de maneira compreensível. Em torno de 50% dessas crianças são mudas e a outra parte que sabe falar, comumente possui uma forma incomum de fazer uso das palavras. Existe o que chamamos de fenômeno ecolalia, isto é, ao serem interrogadas, repetem as palavras no lugar de responder ou usam que parecem desconexas e só podem ser compreendidas por aqueles que conhecem o seu “código”. A maioria acha difícil se comunicar através de gestos, e geralmente grita ou faz gestos, mímicas que representam uma necessidade.

Nas décadas de 40 a 60, diversos profissionais caracterizam o autismo como uma retração emocional numa criança. Aos pais, especialmente às mães, se atribuiu a maior parte da culpa pelos problemas da criança. Nos anos 60, a teoria que afirmava ser o autismo resultado de lesão cerebral, ganhou força.

Dessa forma, a ênfase no tratamento do autismo da psicoterapia ficou voltada para a educação. Foram criadas técnicas especiais de ensino que se demonstraram eficazes na diminuição nos distúrbios de comportamento e no desenvolvimento da aprendizagem. Decorrente dos avanços, muitos autistas possuem uma vida relativamente normal e, com assistência e apoio adequados, alguns conseguem ingressar no mercado de trabalho e ser semi-independentes.

No entanto, o acesso ao tratamento eficaz infantil pode e, comumente, é bastante difícil em decorrência de diversos fatores. Este mal despercebido recebeu diagnósticos imprecisos por meses, em alguns casos, anos. Em 1943, o psiquiatra infantil, Dr. Leo Kanner, fez uso da expressão “autismo” pela primeira vez e observou na sua prática clínica um grupo de crianças

que se destacava das outras por apresentar duas características: resistência a mudanças e dificuldade de estabelecer contato social.

Definido desde o início da vida por características marcantes, o autismo sempre apresenta: (1) dificuldades na comunicação, (2) na interação social e (3) no uso da imaginação. Esses três elementos são causadores de, ao contrário do que se pensa, níveis de inteligência muito acima da média e afetam o comportamento social, tornando-o restrito e repetitivo. De acordo com estudos realizados, o autismo é mais comum em homens.

A pessoa com autismo comumente apresenta outras condições associadas, que incluem epilepsia, depressão, ansiedade e transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). O funcionamento cerebral e a inteligência funcionam de forma não padronizada em crianças com TEA podendo estar com comprometimento profundo a níveis superiores. No que concerne à epidemiologia, uma em cada 160 crianças nasce com TEA no mundo. Essa estimativa se apresenta como uma média e uma prevalência que foi relatada em diversos estudos. Por outro lado, algumas pesquisas apontaram que esse número é muito maior e a prevalência do TEA em países de baixo e médio desenvolvimento econômico não é conhecida (OMS, 2017). A criança com autismo apresenta diversas alterações no desenvolvimento, o que compromete a sua comunicação, interação com a sociedade, capacidade de aprendizado e sua adaptação. Atualmente, não há cura para o autismo, porém, existem diversas formas de tratamento, que devem ser aplicadas por uma equipe multiprofissional como psicólogo, terapeuta ocupacional, neurologista, dentre outros, para que se alcance o sucesso no desenvolvimento dessa criança. (SOARES, et al., 2019).

[...] O DSM-5 também está mudando a abrangência do próprio diagnóstico. No DSM-IV, a categoria relacionada ao autismo era transtornos globais do desenvolvimento e incluía os seguintes diagnósticos: Transtorno autista (ou autismo “clássico”); Síndrome de Asperger; Transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação (TGD-SOE) (ou autismo típico). O DSM-5 lista um: Transtorno do espectro autista. (GRANDIN, PANEK, 2018, p. 119).

O Autismo tem sua classificação fixada no grupo de Transtornos do Espectro Autista (TEA). Além disso, o DSM 5 proporciona saber que o diagnóstico é clínico, feito de forma a observar o comportamento da criança, relato das pessoas mais próximas e aplicação de instrumentos específicos. Sua causa ainda não foi descoberta, consideram-se fatores genéticos, idade avançada dos pais, baixo peso ao nascer e exposição fetal ao ácido valpróico (HOFFMANN, 2019).

O diagnóstico precoce durante a infância é de extrema relevância para a promoção do desenvolvimento e bem-estar das crianças que possuem esse transtorno, é recomendado o acompanhamento do desenvolvimento infantil como parte dos cuidados de rotina com a saúde da criança (OMS, 2017).

A criança com autismo não responde de forma normal a estímulos auditivos ou visuais e tem dificuldades quanto à compreensão da linguagem falada, em casos mais graves podendo apresentar o mutismo. Essas características muitas vezes geram preconceitos que prejudicam a criança em um contexto geral quanto ao seu desenvolvimento.

Apesar de haver diversas evidências da presença deste distúrbio, o diagnóstico é custoso e normalmente exige a procura de diversos profissionais. Pois, não raro, existe divergência entre a descrição dos médicos, atestando diferentes problemas e até mesmo responsabilizando o

responsável da criança, criando um ambiente ainda mais dificultoso. E quando finalmente se tem um diagnóstico, os profissionais enfrentam o desafio de ajudarem os pais a lidarem com a situação.

As causas do autismo ainda são baseadas em teorias inseguras e de fato são desconhecidas, mas há algumas teorias que tentam explicar a origem do autismo como, por exemplo, a afirmação de que o autismo, não só têm origem genética, como também está associado às anormalidades cerebrais.

Santos (2008) teoriza que doenças como rubéola materna, encefalite ou contato com químicos e consequentes alterações químicas no próprio corpo podem ser fatores de gênese do distúrbio. Algumas características das pessoas com autismo são: a criança é excessivamente calma e sonolenta ou chora sem consolo durante períodos prolongados. Ela se sente estranha e busca repelir o colo e o aconchego, não desenvolve comunicação gestual padrão observada na maioria dos bebês, como acenar com a mão para cumprimentar ou despedir-se. Essas crianças geralmente não mantêm contato visual ou os mantém por um tempo curto, fazem movimentos repetitivos com as mãos ou corpo. Problemas de alimentação são frequentes, podendo ser a recusa em comer ou gosto restrito a poucos alimentos.

As crianças com autismo podem não entender as necessidades de outras crianças ou ignorá-las por completo. Há também prejuízos na comunicação, podendo ocorrer uma linguagem incompreensível ou a mera repetição no uso das palavras e ideias como repetir comerciais, repetir frases ou músicas. Pode-se observar dificuldades em compreender perguntas e orientação simples. Há um interesse por rotinas ou rituais.

Muitos especialistas incentivam de vez em quando quebrar essa rotina para eles irem se acostumando com mudanças como, por exemplo, mudar o percurso da escola ou variar o programa preferido por outro. Podem apresentar preocupação persistente por objetos ou partes do corpo. Notam-se ainda outras características, como bem destacou Santos (2008): “ausência de dor, exageros alimentícios, alteração e inversão de temperatura, além da inconsciência do próprio eu”. É através da observação das características dessas crianças que o educador poderá perceber os sinais de um aluno com autismo, possibilitando que ele o adapte ao contexto escolar, preparando as outras crianças para que possam compreendê-lo. Gauderer, pesquisador do comportamento das pessoas com autismo, (1993, apud SOUSA, 2015, p. 13, 22) afirma que esse transtorno traz sérios desafios ao professor para que ele consiga desenvolver um bom trabalho.

Assim como toda necessidade especial como surdez, cegueira, deficiência física ou mental, o autismo deve ser estudado e traçado maneiras que se possam incluir a criança autista na escola. O autismo ainda é pouco conhecido pela maioria da população brasileira, o que dificulta o diagnóstico exato para que a criança tenha um acompanhamento adequado de acordo com suas necessidades e particularidades.

Uma coisa essencial a ser feita é um maior esclarecimento sobre esse transtorno através de campanhas educativas para que primeiro a população entenda o que é o autismo e suas peculiaridades, para poder haver uma maior informação e que a criança autista, ao chegar a uma escola de ensino regular, não seja vista pelos demais colegas como alguém anormal ou até mesmo louco.

## A INCLUSÃO DE PESSOAS COM AUTISMO NO ENSINO REGULAR

A construção de uma sociedade inclusiva se constitui como um processo extremamente relevante na composição de uma sociedade democrática. A inclusão pode ser compreendida como um direito comum a todos. As comunidades devem ser influenciadas a aceitar a diversidade humana e as diferenças de cada um e realizar um esforço coletivo para que as oportunidades de crescimento sejam uniformizadas, com qualidade, em todas as áreas da vida (CORREIRA, 2014).

Nesse sentido, pode-se dizer que a educação inclusiva é consequência de uma educação plural e democrática, pois ela cria uma crise na identidade escolar e dos professores e faz com que ela receba um novo significado para a identidade do aluno. Nesse sentido, a educação inclusiva possui como finalidade abranger todas as crianças, independente de apresentar uma deficiência, seja física ou mental, assim como deve ser baseada nos valores como ética, justiça e direito ao conhecimento e à formação.

A inclusão se constitui como uma metodologia responsável por proporcionar o direito e a igualdade de oportunidade (ZOLIN, 2012). O trabalho de educação inclusiva tem sido visto como desafio, já que se tem conhecimentos ainda escassos em relação aos meios e formas de promover a estimulação adequada e necessária, além da falta de recursos necessários aos docentes e alunos, sendo verificado um distanciamento ao longo da ponte: crenças, atitudes e práticas pedagógicas.

Existem alguns obstáculos que podem ser citados em relação à expansão da educação inclusiva, falta de materiais, dificuldade de adaptação no espaço escolar, limitação de recursos, dificuldades na efetividade das Políticas Educacionais, problemas de organização e falhas na formação acadêmica (SILVEIRA, 2012).

Um marco para a educação inclusiva foi o acontecimento da Conferência Mundial de Educação Especial que ocorreu nos dias 7 e 10 de junho de 1994, em Salamanca na Espanha. Compareceram 88 representantes de governo e 25 organizações internacionais. A conferência tinha como finalidade discutir a educação de forma que fosse inclusiva para todos e disseminá-la no âmbito mundial.

A respeito da inclusão das crianças com deficiência no ensino regular, a Declaração de Salamanca traz objetivos para a educação, como o direito de frequentar a escola, independente das condições de cada aluno. As crianças que apresentam dificuldade de aprendizado devem ser tratadas com necessidades educativas especiais e o processo ensino-aprendizagem deve ser adaptado a essas crianças e não ao contrário, com o objetivo de construir uma escola inclusiva (MENEZES, 2016).

Vale lembrar que no Brasil a educação inclusiva é garantida pela Lei 12.796 de 13 de abril de 2013. A inclusão na escola se constitui como um processo complexo, pois não concerne apenas na transferência dos alunos com necessidades especiais de uma escola especializada para uma escola regular. Esse processo obriga a escola a passar por um processo de transformação e adaptação a esses novos alunos que deverá ser bastante diversificada para que possa aumentar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais (CORRÊA, 2010).

Quando a escola recebe uma criança com autismo, experimenta um sentimento de preocupação tanto da família quanto da instituição de ensino. Nesse momento, devem ser feitos

questionamentos da família e corpo docente sobre inclusão, pois a escola necessita de adaptações. Nesse contexto, para que haja inclusão escolar é necessário que todos se comprometam: alunos, professores, diretores, pais e comunidade. E para que haja sucesso no processo pedagógico devem ser realizadas alterações no currículo nas disciplinas, promover modificações organizacionais e a utilização de outros recursos e estratégias de ensino (BATTISTI, 2015).

O processo de inclusão da criança com autismo na escola deve estar associado a outras formas de intervenção, como podem ser citados os métodos clínicos e psico educacionais que podem ser associados aos pontos positivos do convívio social se constitui como diversas formas de representação de conhecimento e relações, que são de suma importância para que o autista possa sair do mundo isolado no qual ele vive e perceber as vantagens do convívio social (BIANCHI, 2017).

Para que a criança com autismo possa se desenvolver no âmbito escolar deve ser considerado o seu padrão de comportamento, assim como basear-se no conhecimento acerca do desenvolvimento comum da criança. Através de um bom manejo do comportamento é possível ofertar ao autista uma vida social normal, principalmente no âmbito escolar. A educação não se constitui como uma solução para todos os problemas do autismo, porém, pode auxiliar a criança a ter um bom desenvolvimento, estabelecer uma vida social e dessa forma garantir uma melhor qualidade de vida (ALMEIDA, 2017).

Alguns critérios são necessários para que haja efetivação dessa inclusão. Devem ser identificadas as características e necessidades individuais e realizadas as adaptações necessárias, deve haver treinamento contínuo dos profissionais que atuam com essas crianças, devem ser adaptados os métodos de avaliação de aprendizagem e a escola deverá ofertar todo o suporte físico e acadêmico para que seja garantida a aprendizagem desses alunos (SERRA, 2010).

As crianças que manifestam o autismo clássico que se caracteriza por dificuldades de interação social, comunicação, comprometimento da linguagem e comportamentos repetitivos, evidencia a necessidade do aluno de receber assistência de forma individual, pois é comum que apresentem um grau de déficit intelectual e devido a isso não conseguem acompanhar o processo de ensino-aprendizagem das outras crianças, no qual devem ser direcionadas a um atendimento individualizado (CUNHA, 2015).

Para que a criança seja incluída no meio escolar é imprescindível que o professor inclua boas metodologias que busquem adaptar o processo de ensino-aprendizagem às necessidades do aluno. O ideal seria que as salas de aula tivessem um número reduzido de alunos para que os professores pudessem dar uma atenção especial e individualizada a esses alunos. Também se configura como estratégia importante à criação de uma rotina para essas crianças, como arrumação da sala, formas de escrever no quadro, manutenção de um ambiente tranquilo, pois, mudanças bruscas podem irritar o autista (ROSA, 2017). Quais outros desafios são comuns na aprendizagem de uma criança com autismo?

## **OS DESAFIOS NA APRENDIZAGEM ESCOLAR DA CRIANÇA COM AUTISMO**

Sabe-se que nenhuma graduação ou pós-graduação com formação para professores dá conta de todos os assuntos da educação, como por exemplo, contemplar as particularidades e o

tempo de cada aluno, levando em conta suas dificuldades de aprendizagem. Há necessidade de uma formação continuada e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para uma inclusão de verdade que respeite a todos sem distinção. Infelizmente, as poucas ações que se veem hoje em dia partem do campo particular onde cada profissional consciente de seu papel busca estratégias e aperfeiçoamentos que visam contemplar uma classe ainda pouco favorecida e cuidada que são todos os com necessidades especiais. De fato,

O professor interessado pode fazer muito pelas crianças com autismo, mesmo que não seja especialista nessa área. Com amor, dedicação e paciência poderá ganhar a confiança eterna de uma criança. O primeiro passo é o conhecimento. Informações específicas sobre o funcionamento autístico são ferramentas essenciais para orientar o professor no trato com esse aluno e, sobretudo, auxiliá-lo em seu desenvolvimento. (SILVA, GAIATO, REVELES, 2012, p. 166).

Vale salientar que nem o professor nem a escola sozinha será capaz de produzir cidadãos autônomos, principalmente quando a criança apresenta alguma necessidade especial. Mas é na escola que se encontra o caminho para que no futuro se possa ter uma sociedade mais justa onde as diferenças sejam respeitadas e até vistas de maneira positiva, partindo do princípio de que cada pessoa é um ser especial, não por apresentar uma doença, distúrbio, transtorno, deficiência física ou qualquer outra coisa, mas por ser singular.

Todos precisam ter seus direitos respeitados como cidadãos. É o que se espera da escola como o elo principal nas interações humanas, lugar onde se educa e se constrói cidadãos. A escola como um todo, formada por todos que a compõem, professores, alunos, coordenação, direção, pessoal de apoio, em parceria com a família devem estar interessadas na promoção da verdadeira inclusão.

A inclusão, independente de leis ou projetos que a impõem, deve caracterizar-se por ser um processo individual onde cada pessoa tem consciência de seu papel e se esforça em fazer o seu melhor e também de maneira coletiva, pois inclui todos os agentes envolvidos no processo que podem ajudar-se mutuamente e ver estratégias que visem melhorar o ambiente escolar e que um dia ele esteja totalmente inclusivo, convidativo, e não apenas um lugar que tem pessoas diferentes, ignoradas e esquecidas.

Toda escola deveria ter os recursos físicos necessários para atender aos alunos que têm necessidades especiais, seja qual fosse sua especialidade. Isso seria o mínimo e o primeiro passo numa longa caminhada rumo à inclusão. Felizmente, há projetos que abordam essa questão e se está propondo transformar as escolas e classes especiais em centros especializados e salas de recursos, transformando-os em espaços para o atendimento educacional especializado, junto com práticas educacionais inclusivas.

Pensando especificamente no autismo, muitas estratégias e metodologias foram e estão sendo criadas no intuito de ajudar da melhor forma possível às crianças com essa síndrome. Por exemplo, de acordo com as primeiras descrições feitas sobre o autismo, dizia-se que a rotina, a solidão e o isolamento da criança autista constituíam um desejo da criança e que interferência nessa criança era algo sofrido ou penoso. A partir de então, criou-se a tendência de não interferir nesse “desejo” para protegê-la e evitar o sofrimento delas. Em contrapartida, foi reforçado o isolamento dessas crianças tanto na escola como em casa. As intervenções educacionais eram realizadas em ambientes artificiais controlados para causar o mínimo de sofrimento a elas.

As crianças com autismo geralmente possuem dificuldades de aprendizado e adaptação em instituições de ensino. Dentre os problemas mais comuns estão a socialização, a organização, a distração e a dificuldade de sequenciar. Assim, devido à falta de qualificação profissional para acolher esse aluno, a escola enfrenta dificuldades em cumprir o objetivo da inclusão. Essas crianças apresentam dificuldades de aprendizagem associadas à não conclusão de tarefas, como elas não toleram as frustrações, não conseguem realizar nenhuma atividade, assim, os professores devem elaborar estratégias para que consigam acalmá-las (FERREIRA, 2017).

Outra dificuldade que influencia no processo de ensino-aprendizagem do autista é a falta de qualificação dos professores que não sabem como agir mediante a ausência de interação social e comunicação deficiente. Essa insegurança que esse profissional apresenta é devido à ausência de conhecimento durante sua formação sobre educação especial. Dessa forma, para que o processo de inclusão do aluno autista seja alcançado é necessário tanto uma formação inicial quanto continuada desses professores (SOUSA, 2015).

O processo de aprendizagem das crianças autistas ocorre por meio de associação e apresenta dificuldades em aprender conhecimentos espontâneos adquiridos, necessitando assim de um acompanhamento mais específico. Ainda nesse contexto, destaca-se que para o aprendizado da criança autista é importante a observação, já que aprende mais vendo do que ouvindo. Portanto, a demonstração daquilo que ela deve aprender é de suma importância para que a mesma execute a atividade que lhe foi proposta, além de exigir do professor que seja paciente, pois deve executar a atividade diversas vezes permitindo que a criança autista vá adquirindo a sua autonomia (LUZ, 2017).

Essas crianças possuem um processo de aprendizado mais lento e encontram-se modificadas, de forma que utilizar as metodologias comuns a todos irá causar uma frustração caso não seja acompanhada de uma solução criativa e aperfeiçoamento (MARTINOTO, 2012).

## **METODOLOGIA**

Foi realizado um levantamento de estudos nacionais que abordam as dificuldades de aprendizado presentes no autismo. Através das bases de dados disponíveis na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Portal de Periódicos da CAPES. Para buscar os resultados foram cruzados os descritores autismo, aprendizagem e desafios utilizando o operador booleano AND.

Alguns métodos de ensino podem ser utilizados com a finalidade de atender às necessidades de aprendizagem da criança autista. No Brasil, o principal método de ensino utilizado é o atendimento educacional voltado às crianças e autistas com déficits de capacidade de comunicação (TEACCH). Esse método de ensino foi criado na década de 70 por seu idealizador, Dr. Eric Schopler e outros colaboradores na Universidade da Carolina do Norte. No contexto norte-americano, este é um programa amplamente difundido entre os meios de educação e retorna efeitos concretos e significativamente avançados no que tange às intervenções do autismo. (LEITE, 2015).

Esse programa estrutura-se a partir da combinação de diferentes materiais visuais, a fim de organizar o ambiente pautado em rotinas e sistemas de trabalho. Intenciona-se com isso tornar o ambiente padrão e compreensível, além disso, esse método visa à independência e o

aprendizado. Sendo assim, esse método de ensino contribui de forma significativa para que o educador possa estabelecer um processo de aprendizagem eficiente e eficaz para o autista.

É imprescindível que o professor tenha paciência e compreensão com o aluno autista para permitir seu aprendizado, pois ela possui dificuldade em contato visual e não atende a comandos verbais e até demora um tempo maior para aprender determinada lição. Porém, isso não ocorre devido à falta de interesse da criança e sim em decorrência do retardo no processo de aprendizagem, necessitando muito elogio, motivação e atenção para desenvolver sua inteligência.

Estudos posteriores mostraram que o autismo era na verdade um transtorno do desenvolvimento e que a criança com autismo precisava ser estimulada a sair de seu casulo e interagir com o meio social, ao invés de se deixar tal criança à margem com a ideia equivocada de que interferências externas seriam prejudiciais.

Essa nova compreensão do autismo e de tantos outros transtornos contribuiu para o desenvolvimento de abordagens clínicas e educacionais que visavam ajudar essas crianças bem como as famílias a lidarem melhor com o problema.

No que diz respeito à escola, a comunicação deve ser usada através de situações reais para dar sentido real ao uso da linguagem tanto para crianças com autismo como outros transtornos. Também se podem utilizar recursos visuais para que o aluno possa associar as imagens com sua rotina escolar para que por meio desta possa-se explicar o que se espera deles.

Ao utilizar recursos visuais, não se deve esquecer de falar e explicar oralmente o que se espera deles, mesmo que aparentemente eles não entendam ou reajam às suas instruções. Outro recurso que pode ser adotado é a música, entretanto, ele deve estar de acordo com a situação como, por exemplo, quando é hora do lanche, ao trabalhar higiene, dentre outras atividades para que o autista relacione a música à atividade em questão.

Mesmo que pessoas com autismo apresentam um desenvolvimento em certas áreas do conhecimento, elas sempre terão dificuldades em outras, tais como interação social, por isso é necessário continuar envolvendo tais alunos para que eles possam continuar progredindo e não venham a ter um regresso em seu desenvolvimento.

Muito se tem feito na tentativa de encontrar caminhos que facilitem o aprendizado da criança com autismo e as tecnologias não poderiam ficar de fora. Pensando nisso, no mercado da informática há muitos aplicativos e programas de computador voltados para auxiliar a alfabetização e a comunicação dessas crianças. São jogos, atividades e exercícios no formato digital que são muito bem aceitos por essas crianças. O ABC autismo é um exemplo de aplicativo que contém atividades pedagógicas que ajudam por meio de atividades lúdicas e coloridas. Esse aplicativo é baseado no método TEACCH. Além desse, existem vários outros aplicativos com essa mesma finalidade, e intervenções científicas, como a análise do comportamento aplicada - ABA.

Em vista do aumento de diagnósticos de crianças com TEA, faz-se cada vez mais necessário que os métodos e terapias que auxiliam as pessoas com esse transtorno sejam mais popularizados, para que cada dia mais possamos ver a evolução, não só intelectual, mas também a socialização e interação delas com as pessoas a sua volta. E nesse caminho de trazer esses métodos e terapias para mais perto das escolas, encontramos o método ABA que já foi

comprovado cientificamente que é eficaz em ajudar as crianças com autismo. Esse método, segundo Bezerra (2018):

Envolve o ensino intensivo e individualizado das habilidades necessárias para que o indivíduo possa adquirir independência e a melhor qualidade de vida possível. O método ABA usa estímulos como recompensas sempre positivas com o objetivo de fazer a criança não perder o interesse na atividade que está sendo executada junto com ela e vai se observando como a criança vai reagindo a isso e fazendo-se os ajustes necessários, visto que esse método é feito de forma individualizada. (BEZERRA, 2018, p.189- 204).

Portanto, mais que um método, uma intervenção científica eficaz, na verdade, ABA tem A ABA é uma das terapias mais usadas para ajudar a pessoa com autismo a dirimir a dificuldade de se comunicar e a reduzir comportamentos indesejáveis, tanto em casa como na sala de aula regular.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado desta pesquisa bibliográfica revelou que, apesar de a pessoa com autismo demonstrar uma barreira para a interação social e para processo de aprendizagem, há uma possibilidade de que ela se torne uma pessoa de convívio social que evolui como qualquer indivíduo classificado de "normal" ou muito mais quando se descobre sua potencialidade. Para que haja uma compreensão do autismo é necessário que seja estabelecido um diagnóstico precoce para que ele seja acolhido, aceito e compreendido pela sociedade. Às vezes, essa identificação não é feita pela família e sim, pela escola, geralmente pelo professor que percebe os sinais clássicos do autismo.

É de extrema relevância a divulgação de trabalhos como este, que possam discutir os conceitos e característica do autismo, uma vez que é imprescindível que não apenas o educador, mas toda a sociedade adquira conhecimento sobre esta anomalia com a finalidade de acolher, compreender, aceitar e incluir o autista. Devem ser realizados outros estudos sobre as dificuldades de aprendizagem do aluno autista.

Problemas para utilizar ou mesmo compreender a comunicação não verbal são características importantes da criança autista, seja o uso de expressões faciais, gestos ou mesmo a linguagem corporal. Estes sinais podem estimular o profissional a buscar um tratamento junto da família e/ou com o profissional de Atendimento Educacional Especializado.

Talvez alguns professores se angustiem por não haver uma espécie de manual ou de uma “receita pronta” que lhes indiquem a maneira correta e fundamental para o exercício da prática pedagógica levando o aluno com autismo a desenvolver suas habilidades de forma positiva ao aprendizado. De fato, o caminho a ser percorrido é longo e árduo, mas tudo valerá a pena para que a educação inclusiva se efetive e seja uma realidade em cada escola deste país.

Neste trabalho, destacou-se a necessidade de se compreender a importância de se trabalhar com a criança com TEA através de informação, amor e paciência, sempre levando em conta as suas especificidades e tendo por metas estimular suas habilidades, compreender e valorizá-la como um ser humano com inúmeras sensações e que essas devem ser conhecidas, respeitadas e estimuladas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, F.A. Desafios da inclusão de crianças autistas na rede regular de ensino. *Psicologia pt*, p. 1-11, 2017.
- ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. (2013). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (5 ed.). Arlington, VA: American Psychiatric Publishing.
- ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. *Manual de diagnóstico e estatística de transtornos mentais (dsm -IV)*. 4 ed. São Paulo: Manole, 1994.
- BATTISTI, A.V. HECK, G.M.P. A inclusão escolar de crianças com autismo na educação básica: teoria e prática. 2015. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Universidade Federal de Fronteira do Sul, Chapecó, 2015.
- BELO HORIZONTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. A inclusão escolar de estudantes com autismo na rede municipal de educação de Belo Horizonte: síntese da frente de trabalho, autismo e síndromes. Belo horizonte: SEDUC, 2007.
- BEZERRA, Marcos Ferreira. A importância do método ABA – análise do comportamento aplicada – no processo de aprendizagem de autistas. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 03, Ed. 10, Vol. 06, pp. 189- 204 Outubro de 2018. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/aprendizagem-de-autistas>. Acesso em 23/05/2023.
- BIANCHI, R.C. A educação de alunos com transtornos do espectro autista no ensino regular: desafios e possibilidades. 2017. 126f. Dissertação (Planejamento e Análise de Políticas Públicas). Universidade Estadual de Paulista, Franca, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura / Secretaria de Educação Fundamental / Secretaria de Educação Especial. *Parâmetros Curriculares Nacionais Adaptações Curriculares. Estratégias para Educação de alunos com necessidades educacionais*. Brasília: MEC / SEF, 1990.
- BRASIL. Presidência da República; Casa Civil. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Brasília: Congresso Nacional, 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm)>. Acessado em 05/01/2020.
- BRASIL. LEI BERENICE PIANA. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Art. 3º inciso IV, alínea a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm). Acesso em: 16 mar. 2020.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996. CAPÍTULO V DA EDUCAÇÃO ESPECIAL Art. 58. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf). Acesso em: 16 mar. 2020.
- Centro de Referências em Educação Integral. *Autismo e escola: os desafios e a necessidade da inclusão*. Da Redação. Publicado no dia 02 de abril de 2024. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/autismo-escola-os-desafios-necessidade-da-inclusao/>. Acesso em: 16 mar. 2020.
- CORRÊA, M.H.C. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. 2010. 28 f. Monografia (Especialização em educação especial). Universidade Federal de Santa Maria, Lagamar, Minas Gerais, 2010.
- CORREIA, C.S. O desafio da inclusão no ambiente escolar: um estudo no município de Nova Londrina, PR. 2014. 45 f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Medianeira, Medianeira, 2014.
- COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (Org.) *Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades*. Tradução: Fátima Murad. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 234- 254.
- CUNHA, I.A.M.; ZINO, M.N.A.; MARTIM, R.C.O. 2015. 77 f. A inclusão de crianças com espectro autista: a percepção do professor. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia). Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium, Lins, 2015.
- FERREIRA, M.M.M. FRANÇA, A.P. O Autismo e as Dificuldades no Processo de Aprendizagem Escolar. *Rev. Mult. Psic.* v.11, nº 38, 2017.
- GAUDERER, E. C. *Autismo*. São Paulo: Atheneu, 1993.
- GRANDIN, Temple, PANEK, Richard. *O cérebro autista*. 8ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2018.
- HOFFMANN, R. *Experiência dos familiares no convívio de crianças com transtorno do espectro autista (TEA)*. COFEN, v.10, n.2, 2019.
- LUZ, M.H.S.; GOMES, C.A. Narrativas sobre a inclusão de uma criança autista: desafios à prática docente. *Educação* v. XXVI, Nº 50, p. 123-142, 2017.
- MARTINOTO, L.B. A importância da qualificação do profissional da educação infantil, no atendimento de crianças com autismo. *Revista Vento e Movimento*, v. 1, n.1,2012.
- LEITE, Conceição Ferreira. O psicopedagogo no processo ensino-aprendizagem do aluno autista: uso do método teacher, na contribuição clínica e institucional. Disponível em:

- <https://conceicaoferreiraleite.blogspot.com/2015/08/o-psicopedagogo-no-processo-ensino.html>. Acesso em: 16 mar. 2020.
- MIRENDA, P., Donnellan, A. M., Yoder, D. E. (1983) Gaze behavior: A new look at an old problem. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 13, 297-309.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Folha informativa- Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: <<https://www.paho.org/bra/index.php?Itemid=1098>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2020.
- PEDRINELLI, V.J. Possibilidades na diferença: o processo de “inclusão” de todos nós. *Integração*, Brasília, v.4, p. 31-34, 2002. Edição Especial.
- ROTTA, N. T. et.al. *Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- RAMIRES. V. R. R. *Cognição social e teoria do apego: possíveis articulações*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, 2003.
- ROSA, A.P.M. PRADO, H.P.P.; FABIÃO, R.L.P. et al. O professor e a inclusão do educando autista na escola comum do ensino regular: os desafios na prática pedagógica. *Memorial TCC – Caderno da Graduação – 2017*.
- SANTOS, Ana Maria Tarcitano. *Autismo: um desafio na alfabetização e no convívio escolar*. São Paulo: CRDA, 2008.
- SANTOS, T.C.C. MARTINS, L.A.R. Práticas de Professores Frente ao Aluno com Deficiência Intelectual em Classe Regular. *Rev. Brasil. Ed. Esp., Marília*, v. 21, n. 3, p. 395-408, jul.-set., 2015.
- SERRA, D. Sobre a inclusão de alunos com autismo na escola regular. Quando o campo é quem escolhe a teoria. *Revista de Psicologia, Fortaleza*, v. 1, n. 2, p. 163-176, jul./dez. 2010.
- SILVA, Ana Beatriz Barbosa. GAIATO, Mayra Bonifacio. REVELES, Leandro Thadeu. *Mundo Singular – Entenda o Autismo*. Editora: Objetiva/Fontanar, 2012.
- SILVEIRA, Kelly Ambrósio. ENUMO, Sônia Regina Fiorim. ROSA, Edinete Maria. *Concepções de Professores Sobre Inclusão Escolar e Interações em Ambiente Inclusivo: uma Revisão da Literatura*. *Rev. Brasil. Ed. Esp., Marília*, v. 18, n. 4, p. 695-708, Out.-Dez., 2012. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/232306174/Silveira-Enumo-Rosa-2012-Concepcoes-de-Professores-Sobre-Inclusao-Escolar-e-Interacoes-Em-Ambiente-Inclusivo-Uma-Revisao-Da-Litera>. Acesso em: 12 mar. 2020.
- SOUSA, M.J.S. *Professor e o autismo: desafios de uma inclusão com qualidade*. 2015. 34 f. Monografia (Especialização em desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar). Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: [http://bdm.unb.br/bitstream/10483/15847/1/2015\\_MariaJosianeSousaDeSousa\\_tcc.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/15847/1/2015_MariaJosianeSousaDeSousa_tcc.pdf). Acesso em: 16 mar. 2020.
- TOLIPAN, Sérgio. *Autismo: orientação para os pais*. Casa do Autista - Brasília: Ministério da Saúde, 2000.
- ZOLIN, A.C.R. *A educação inclusiva no ensino regular*. 2012. 28 f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Medianeira, Medianeira, 2012.

# DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

## LEARNING DIFFICULTIES OF CHILDREN WITH VISUAL IMPAIRMENT

### DIFICULTADES DE APRENDIZAJE DE LOS NIÑOS CON DISCAPACIDAD VISUAL

Maria Aparecida Aranha Medeiros Bernardo  
cidaaranha@hotmail.com

BERNARDO, Maria Aparecida Aranha Medeiros. **Dificuldades de aprendizagem de crianças com deficiência visual.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.24, p. 22 – 32, junho/2023. ISSN/2675 – 5203.

**Orientador: Magno Henrique Constantino**

#### RESUMO

Este artigo discutirá a questão do fazer pedagógico na perspectiva inclusiva, voltado para as crianças com deficiência visual. O principal objetivo é perceber as possibilidades educativas de criar e recriar as pessoas visualmente normais no trabalho em grupo com alunos com deficiência da visão que são parte real de um complexo processo de mudanças na escola, geradas em meio às incertezas, vontades e esperanças. Para tanto, se utilizou da pesquisa bibliográfica. O educador apresenta uma importante tarefa de ensinar sem excluir, tendo como fundamentação teórica as contribuições de vários teóricos, como Almeida, Vygotsky, Domingues, dentre outros. Há necessidade de se fazer adaptações pedagógicas para que a inclusão de pessoas com necessidades seja uma realidade nas escolas. Sendo assim, este artigo lança um olhar sobre as novas tecnologias sem deixar de lado o sistema Braille continua sendo indispensável para o processo de ensino e aprendizagem.

**Palavras-chave:** Deficiência Visual. Trabalho em grupo. Papel do Educador. Novas Tecnologias. Sistema Braille.

#### SUMMARY

This article will discuss the issue of pedagogical work from an inclusive perspective, aimed at visually impaired children. The main objective is to understand the educational possibilities of creating and recreating visually normal people in group work with students with visual impairments who are a real part of a complex process of changes in the school, generated amidst uncertainties, desires and hopes. For that, a bibliographical research was used. The educator presents an important task of teaching without excluding, having as a theoretical foundation the contributions of several theorists, such as Almeida, Vygotsky, Domingues, among others. There is a need to make pedagogical adaptations so that the inclusion of people with needs becomes a reality in schools. Therefore, this article will take a look at new technologies without leaving aside the Braille system, which continues to be indispensable for the teaching and learning process.

**Keywords:** Visual Impairment. Group work. Educator's Role. New technologies. Braille system.

#### RESUMEN

En este artículo se abordará el tema de la enseñanza desde una perspectiva inclusiva, dirigida a niños con discapacidad visual. El objetivo principal es comprender las posibilidades educativas de crear y recrear personas visualmente normales en el trabajo grupal con estudiantes con discapacidad visual que son parte real de un complejo proceso de cambios en la escuela, generado en medio de incertidumbres, deseos y esperanzas. Para ello se utilizó la investigación bibliográfica. El educador presenta una importante tarea de enseñar sin excluir, teniendo como fundamento teórico los aportes de varios teóricos, como Almeida, Vygotsky, Domínguez, entre otros. Es necesario hacer adaptaciones pedagógicas para que la inclusión de personas con necesidades sea una realidad en las escuelas. Por ello, este artículo da un vistazo a las nuevas tecnologías sin dejar de lado el sistema Braille, que sigue siendo indispensable para el proceso de enseñanza y aprendizaje.

**Palabras clave:** Discapacidad Visual. Trabajo en grupo. Papel del Educador. Nuevas tecnologías. Sistema braille.

#### INTRODUÇÃO

Uma das principais dificuldades que a criança com deficiência visual enfrenta no que se refere ao desenvolvimento cognitivo diz respeito à lacuna na apreensão dos estímulos devido à ausência da percepção visual. A percepção visual é o principal canal de veiculação e acesso às informações que serão, posteriormente, utilizadas para construção das representações da

criança sobre o mundo. Logo, o papel que a visão desempenha como organizador dos eventos e integrador das informações do ambiente para as demais crianças não tem correlato na criança com deficiência visual.

No caso da formação de conceitos, a visão tem um papel evidentemente integrador. Por exemplo, a formação de conceitos dependerá da apreensão de diferentes estímulos, sensações táteis, auditivas, olfativas e visuais, que geram informações que, através da visão, serão integradas, estabelecendo, assim, o conceito propriamente dito.

De modo geral, em relação ao desenvolvimento do pensamento, é necessário oferecer à criança com deficiência visual, sistematicamente e de forma planejada, experiências que todas as crianças têm, de modo assistemático e não planejado, quando ela interage em um ambiente rico em experiências.

Desta forma, mesmo a construção da intersubjetividade, que tem origem nas experiências sociais compartilhadas, necessitará de adaptações, tanto por parte da criança com deficiência visual quanto por parte do adulto em interação com ela, uma vez que padrões de comportamentos verbais e não verbais não podem ser ensinados incidentalmente.

Este artigo tem como objetivo propor uma reflexão acerca das dificuldades de aprendizagem de crianças com deficiência visual, bem como a importância e responsabilidade dos educadores nesse processo de inclusão, pois todos precisam estar preparados e conscientes das dificuldades que enfrentarão para alcançar os seus objetivos. Eles terão que observar e diagnosticar junto aos profissionais competentes e elaborar estratégias de trabalho que possibilitem a inserção da criança de forma completa e plena no mundo da leitura e da escrita. Utilizou-se para o seu desenvolvimento a pesquisa bibliográfica através de livros e trabalhos científicos.

A proposta da educação inclusiva não trata de colocar na escola regular parcelas de alunos da educação especial, mas, oferece oportunidades para que todas as crianças tenham possibilidades reais de construção do seu conhecimento, interagir com outras, desenvolver suas potencialidades, preparar-se para a vida, a independência e a liberdade para viver e conviver em sociedade. Isso indica que as pessoas com deficiência visual devem ter garantido seu espaço na escola, substancialmente com uma proposta pedagógica que dê conta das necessidades que alunos ditos normais e alunos com deficiência visual juntos, em uma sala de aula, demandam. Assim, põe-se em questão o trabalho pedagógico na perspectiva inclusiva e há um destaque aqui para as crianças com deficiência visual no espaço educativo.

É fato que no Brasil há um número significativo de crianças com deficiências que ainda não adquiriram o conhecimento necessário para atender às exigências de uma sociedade letrada. É comum que a alfabetização seja desenvolvida por meio da leitura, ouvir e contar historinhas, observar e conviver com práticas diferentes. Por isso, há necessidade de investigação e reflexão porque a falta de visão dificulta o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

O deficiente visual necessita de uma exploração maior do contato com o objeto a ser conhecido e é nesse sentido que se ressalta a importância do Braille. O sistema Braille é um alfabeto convencional cujos caracteres são indicados por seis pontos distribuídos em duas colunas, numeradas de 1 a 6. A partir desses seis pontos é possível fazer 63 combinações que podem representar letras simples e acentuadas, pontuações, algarismos, sinais algébricos e notas musicais. Este agrupamento também possibilita representar caracteres da literatura, da matemática, da informática e da música.

No entanto, a escrita Braille não possui símbolos que sintetizam a frase. Cada palavra tem suas letras distintas, com auxílio de pontos que indicam maiúsculas e espaços suficientemente sensíveis ao toque para melhor identificar as palavras.

Visto que toda pessoa é capaz de desenvolver-se e aprender algo independentemente de suas limitações, deficiências ou síndromes, toda a comunidade escolar deve ter como propósito perceber o conjunto de possibilidades educativas de criar e recriar dos alunos visualmente normais, e ao lado de alunos com deficiência da visão, uma vez que são parte real de um complexo processo de mudanças, geradas em meio a incertezas, vontades, angústias e medos.

Para compreender melhor a temática aqui proposta, pretende-se discutir a importância do trabalho em grupo em sala de aula para todos os alunos; o papel do educador; as necessárias adaptações pedagógicas; o acesso ao mundo virtual. Com essas discussões, o objetivo principal é fazer com que o debate continue aberto e possa suscitar novos estudos e, sobretudo, promover a verdadeira inclusão nas escolas com ensino regular.

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inclusão é uma construção que remete a um novo modo de convivência, promovendo mais encontros entre educadores e famílias. A inclusão é sempre um convite aberto à participação com o novo (dificuldades de aprendizagem) e com as novas tecnologias que auxiliam no processo de ensino. A inclusão, sobretudo, constitui uma mudança de postura, acompanhada de reflexão constante do fazer pedagógico.

O direito à educação é direito de toda criança, adolescente ou adulto, seja ele qual dificuldade tiver. E a constituição afirma isso, que todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. E a educação inclusiva parte dessa intenção, que cada um possa procurar a plenitude do seu existir, para participar ativamente na construção de sua vida pessoal, tendo uma existência feliz e de qualidade. O tema deficiência está cada vez mais atual e é cada vez mais discutido nas escolas.

A melhor conceituação sobre deficiência é dada por Araújo (1997):

[...] o que define a pessoa portadora de deficiência não é a falta de um membro nem a visão ou audição reduzidas. O que caracteriza a pessoa portadora de deficiência é a dificuldade de se relacionar, de se integrar na sociedade. O grau de dificuldade para a integração social é que definirá quem é ou não portador de deficiência. (ARAÚJO, 1997, s/p).

Primeiramente a escola deve estar adequada àquela criança, jovem ou adulto. Tendo profissionais adequados e espaços direcionados às determinadas deficiências. Essa escola deve também respeitar os limites do educando e desenvolver uma real integração social na comunidade em que vivem.

A inclusão implica também em uma mudança de paradigmas, de conceitos e costumes, que fogem às regras tradicionais, ainda fortemente calcados na linearidade do pensamento, no primado do racional e do ensino, na transferência dos conteúdos curriculares.

O indivíduo não tem instrumentos endógenos para percorrer sozinho, o caminho do pleno desenvolvimento, o mero contato com objetos de conhecimento não garante a aprendizagem, assim como a simples imersão em ambientes informadores não promove, necessariamente, o desenvolvimento, balizado por metas culturalmente definidas. A

intervenção deliberada dos membros mais maduros da cultura do aprendizado das crianças é essencial ao processo de desenvolvimento. (OLIVEIRA, 2000).

Ainda existe uma resistência por parte das escolas, em concretizar essa inclusão, suas desculpas variam entre não ter profissionais especializados, salas adequadas ou acessos dentro das escolas, exemplo para os cadeirantes, entre outras. A inclusão é, portanto, um conceito intrigante, que busca retirar as barreiras impostas pela exclusão em seu sentido mais global.

## DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

A educação de pessoas com deficiência visual exige alguns recursos específicos que viabilizam seu acesso ao mundo cultural e científico. Domingues(2010) ressalta:

A falta de acessibilidade física ou de comunicação prejudica de modo decisivo o processo de aprendizagem da pessoa cega. Essas crianças – como qualquer criança precisam de um ambiente que favoreça o seu processo de alfabetização e letramento. Para isso, precisam ter as possibilidades de brincar e participar de todas as situações no contexto escolar. (DOMINGUES et al, 2010, s/p)

O material didático, para os alunos cegos, deve ser em braille e em relevo e cores contrastantes, para os alunos com baixa visão, em tipos ampliados. Muitos materiais pedagógicos adaptados às pessoas cegas podem ser adquiridos em lojas especializadas, não necessitando ser produzidos pelos professores. Alguns destes devem ser adaptados: uma bola deve conter um guizo interno; devem ser usadas ilustrações em relevo para auxiliar a compreensão de um tema; mapas em alto-relevo e braille para auxiliar o ensino da Geografia, bem como tabelas periódicas e livros em braille ou digitalizados. Todo o material apresentado visualmente, independente da disciplina, deve ser acompanhado de explicações verbais para auxiliar na compreensão de quem não vê.

A criança com deficiência visual chega à escola com uma bagagem de conhecimentos adquiridos naturalmente no meio em que vive. Entretanto, para Almeida,

A criança cega não passa com tal naturalidade por essas experiências enriquecedoras. Falta-lhe a condição de imitar, [e ela] acaba, por essa razão, não tendo reais oportunidades de aprendizagem. O ato da escrita tão simples e prazeroso para uma criança vidente transforma-se numa lacuna para ela nos primeiros anos de sua vida. (ALMEIDA, 2002, p. 22)

A criança cega pode apresentar dificuldades específicas em relação à aprendizagem da Matemática. Nesse sentido, é necessário que experimentem jogos ou brinquedos por meio dos quais poderão vivenciar a classificação, a ordenação por tamanho, a adição, a subtração etc. É importante que a criança desenvolva a noção de conservação dos conjuntos, de equivalência e, progressivamente, de outras operações de base concreta, como suporte para posteriores abstrações.

Muitas pessoas cegas têm desenvolvido suas potencialidades na leitura, na escrita, no diálogo e apresentam grande potencial escolar e desempenho eficiente. A ação educativa requer sensibilidade do educador para com o outro, observando suas ações: o que ele diz, como diz e, como ele se sente em diferentes situações. Para o aluno cego, a oportunidade de verbalizar em grupo pode lhe permitir compor as suas representações com as dos colegas.

Masini (1997) dá destaque para a formação do autoconceito do aluno cego. Esse processo consiste na avaliação que a pessoa tem de si e que se forma na interação com os outros. Ele é baseado nas próprias experiências e percepções, assim como nas descrições dos outros. O autoconceito positivo revela elevada autoestima e confiança em si; já o autoconceito negativo significa uma falta de confiança em si mesmo, além de não saber lidar com seus limites e possibilidades. Quando a sociedade expressa sentimentos que confirmam o outro como sujeito, na sua particularidade, ele forma um autoconceito positivo; se o negam, ele desenvolve um autoconceito negativo. Esse é um aspecto importante para o desenvolvimento de todas as crianças.

Para o aluno com deficiência visual, há necessidade de contato e estimulação por meio dos sentidos remanescentes, evitando o sentimento de isolamento. É preciso falar com ele, mostrar-lhe os objetos através do toque, dizer qual é a sua cor, falar de cheiros. Ao procurar avaliar o seu processo de desenvolvimento e aprendizagem, ter como referência as suas potencialidades, não a comparação com as pessoas que enxergam. Para assegurar sua autonomia de registro e expressão, é importante estimular a pessoa cega a aprender o Sistema Braille.

Na escola, o deslocamento do aluno com deficiência visual deve ser estimulado e facilitado dentro e fora da sala. O professor pode acompanhar ou sugerir que, no início, alguém o acompanhe (por exemplo, ao bebedouro), já que, num futuro próximo, ele o fará por si. Mover-se livremente no espaço, localizar lugares que não estão no campo visual e planejar trajetórias a serem percorridas são atividades de grande importância no dia a dia desse indivíduo. Deve haver todo um cuidado com os alunos cegos durante o intervalo das aulas.

Neste sentido, o professor, em acordo com os serviços da escola, precisa elaborar estratégias que facilitem não somente o deslocamento da criança cega no recreio, mas, também sua relação com os demais colegas e destes com ela, para que não fique isolada e aproveite este espaço como momento de fruição e prazer. Masini (1994) e Amiralian (1997) destacam a necessidade de compreender o sujeito deficiente visual a partir dos seus próprios referenciais e vivências.

Para tanto, é indispensável uma maior interação com a pessoa com deficiência visual. Convivendo com elas e as observando, constata-se que buscam, por sua própria conta, desenvolver sua locomoção, independência e autonomia, melhorando, assim, a autoestima e conquistando espaços sociais importantes.

A utilização de recursos pedagógicos diversificados para cada tipo de aluno é fundamental, considerando que as formas de aprendizagem e desenvolvimento se diferem conforme as necessidades especiais de cada criança. A escola deve se propor como instrumento para o desenvolvimento humano: esse desenvolvimento pressupõe, basicamente, a integração entre as dimensões afetiva e cognitiva. A eficácia da ação educativa se fundamenta no conhecimento da natureza do aluno, de suas capacidades e necessidades.

## **CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA ESCOLA**

Para atender às necessidades dos alunos cegos na escola regular é indispensável que instituição e professor se organizem para recebê-los, pois a simples presença de uma criança com deficiência visual em sala de aula não configura a inclusão que se propõe com esperada qualidade. Deve haver a preocupação com os conhecimentos com os quais esta criança vai lidar,

com a interação com os colegas e professores, com o deslocamento da criança pela sala de aula, pela escola, no relacionamento com as famílias, com a proposta pedagógica, com a formação dos professores. A participação e a compreensão da família são de extrema importância no processo de desenvolvimento das pessoas com deficiência visual e no resgate de sua autoestima.

Sem essa estrutura, podem ocorrer situações constrangedoras. Sendo assim, a aprendizagem, tanto do aluno cego como dos demais, poderá ser afetada. Carlise (2010) relata exemplos práticos de um processo pedagógico não muito bem elaborado:

Quando era estudante da Educação Básica, possuindo baixa visão, vivenciei constrangimentos causados por práticas pedagogicamente incorretas: ser orientada a localizar informações em mapas expostos no mural da sala de aula, situação acompanhada pela repreensão da professora, pelo fato de não conseguir atender à sua expectativa e chacotas de colegas insensíveis à minha deficiência; sem contar as ocasiões em que, já com a perda total da visão, os professores, sem aviso prévio, apresentavam materiais em vídeo legendado, sem a devida tradução oral dos mesmos. À época, sentia-me entristecida, mas, por não saber defender meus direitos e propor alternativas, mantinha-me passiva ante a situação. (CARLISE, 2010, s/p).

As situações descritas acima apontam para a necessidade de formação dos educadores e reflexão sobre seu verdadeiro papel em relação à inclusão na sala de aula. Muitos professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula.

Muitos professores se queixam, alegando que não foram preparados para lidar com crianças com necessidades especiais. No entanto, nos últimos anos, tem havido muito incentivo para a formação de professores para a educação inclusiva. Além disso, cada educador deve ter a iniciativa de buscar entender como se aprende, considerando todas as possíveis deficiências de aprendizagem que surgem no cenário escolar. O treinamento de orientação e mobilidade é o melhor meio de ajuda para que o deficiente visual se comunique de forma segura, interagindo em sociedade, com todos e tudo que o cerca dentro do ambiente em que se encontra.

A pessoa cega não é inútil e nem incapaz. Deixe-a realizar o que ela sabe, pode e deve fazer sozinha. Não sinta pena dela, ela somente necessita de oportunidades. Se uma pessoa cega quiser ajudar você colaborando de alguma maneira, não fique constrangido, ela não é tão incapaz que não tenha algo para dar. Quando você se oferece para ajudar uma pessoa cega a atravessar uma rua não a desorienta cruzando a rua em diagonal, efetue um cruzamento em L, é mais seguro, inclusive para você. (NOVI, 1990)

O aprofundamento teórico do professor deve decorrer, inicialmente, da necessidade que a prática na sala de aula impõe, das demandas concretas de alunos que já estão inseridos nela. É claro que o professor não tem como saber, pelo menos a princípio, tudo sobre todas as deficiências, para atender qualquer aluno que procure a escola, mesmo porque as características das deficiências mudam e se alteram conforme o indivíduo. Não se pode afirmar que a experiência direta e a interação com pessoas com deficiência visual sejam requisitos prévios para o desenvolvimento do processo de inclusão em uma escola, no entanto ela pode favorecer a eliminação de alguns preconceitos. Propõe-se aqui que os cursos de graduação ou de formação continuada promovam o contato com pessoas com necessidades especiais, por meio da realização de estágios em escolas inclusivas ou a instituições especializadas, e entrevistas com

pessoas especiais que já conseguiram superar desafios que surgem com frequência no contexto escolar.

Acontece que uma fórmula de igualdade reduzida a um tratamento equivalente a todos os homens conduz a uma ideia insuficiente e formal de Justiça. Uma igualdade nesse sentido, sem distinção de particularidades dos indivíduos do todo social, seria irrealizável, visto que não levaria em conta as condições de cada ser humano, seus méritos, probabilidades e possibilidade de acesso aos bens sociais [...] (GOMES, 2001)

Vale salientar que cada educador deve dar o ponto de partida, ou seja, ter a iniciativa de considerar cada aluno, independentemente de suas deficiências, como pessoa, sujeito e cidadão, com direito à escolarização e a viver plenamente. Sem essa iniciativa, nada fará sentido na educação inclusiva. Sendo assim, a efetivação plena e permanente da educação inclusiva depende muito da atuação e das atitudes dos professores e do acesso a novas informações.

## TRABALHO EM GRUPO NA SALA DE AULA

O trabalho em grupo na sala de aula é significativo para todos os alunos, principalmente quando se têm alunos com necessidades educacionais especiais com deficiência visual. O pensamento sobre grupos se aproxima das ideias de Vygotsky (1997). Os escritos deste autor apontam a função importante do social na conformação das funções psíquicas superiores, independentemente se estas funções estejam presentes em pessoas consideradas normais ou pessoas mentalmente deficientes. Tal força tem o relacionamento com os outros que, segundo Vygotsky, em primeiro lugar, a função psíquica aparece no processo de desenvolvimento como função da conduta coletiva, como forma de colaboração ou interação com os demais para, em segundo lugar, aparecer como processo interior.

Especificamente, para a criança com deficiência visual, Vygotsky (1997) cita que a falta de visão não é impedimento para que ela desenvolva domínios conceituais. Afirma que não serão os exercícios táteis que possibilita a construção das representações mentais. É importante o estabelecimento de círculos estáveis de interação social. Somente assim, os conceitos serão desenvolvidos e se promoverá a verdadeira construção do saber.

Entretanto, na escola pública, os professores passam a matéria no quadro e trabalham muito pouco em grupo. E mesmo que escolas recebam alunos com deficiência visual, raramente se ouve falar que algum educador fez ou faz uso do Sistema Braille na sala de aula. Quando se propõe que os alunos trabalhem em grupos não há a intenção de se anular outros tipos de organização social das atividades escolares. A ideia é que os métodos de ensino possam se adequar às potencialidades e deficiências dos alunos, ao conteúdo de cada disciplina e, sobretudo, garantir a aprendizagem dos estudantes.

A importância da atuação de outras pessoas no desenvolvimento individual é particularmente evidente em situações em que o aprendizado é um resultado claramente desejável das interações sociais. Na escola, portanto, onde o aprendizado é o próprio objetivo de um processo que pretende conduzir a um determinado tipo de desenvolvimento, a intervenção deliberada é um processo pedagógico privilegiado. Os procedimentos regulares que ocorrem na escola – demonstração, assistência, fornecimento de pistas, instruções – são fundamentais para a promoção de um ensino capaz de promover o desenvolvimento. A

intervenção do professor tem, pois, um papel central na trajetória dos indivíduos que passam pela escola. (OLIVEIRA, 2000).

Nesse sentido, é importante que sejam alternados o trabalho individual e o trabalho em grupo, exigindo-se, no trabalho individual, que cada um enfrente os desafios com seus recursos, limites e possibilidades e que, no trabalho em grupo, ao mesmo tempo em que se revelem as capacidades intelectuais, sejam reveladas também as sociais, no desenvolvimento da responsabilidade perante o trabalho coletivo e no auxílio aos demais colegas. Estas noções são importantes, também, para as pessoas cegas, mesmo se utilizam, muitas vezes, recursos diferenciados para sua aprendizagem, tais como programas leitores da tela do computador e escritos em braile.

Durante todo o processo de aprendizagem de uma criança portadora de deficiência visual, é necessário que o educador utilize procedimentos e recursos especializados. No entanto, de acordo com o estudo Piagetiano, a função cognitiva de crianças com deficiência visual desenvolve-se bem mais lentamente comparando-se com as crianças ouvintes. Por isso, a alfabetização de crianças cegas requer uma metodologia ainda mais diversificada do que para as crianças ouvintes. Sendo assim, o professor não deve ser um mero repassador de informações ou um repetidor de estratégias de ensino já experimentadas ou ainda um alfabetizador repassador de conteúdos. Do educador, exige-se a criatividade, desenvoltura e reflexão da sua prática pedagógica.

O educador deve ser um observador criterioso e ficar atento à evolução do aluno. Todavia, um ponto crucial durante esse processo, é perceber a criança cega ou com baixa visão, como um ser inteiro, proprietário dos seus pensamentos, e construtora de seu próprio conhecimento, ainda que em condições distintas.

Segundo Werneck(2012), incluir socialmente significa “(...) normalizar uma pessoa não significa torná-la normal. Significa dar a ela o direito de ser diferente e ter suas necessidades reconhecidas e atendidas pela sociedade”. A educação, como elemento transformador, precisa provocar a participação e a interação entre escola, educadores e educandos, sejam eles deficientes visuais ou não. Durante décadas, as pessoas cegas tinham somente o Braille como forma de acesso à informação escrita. Sendo assim, as crianças cegas que frequentavam a escola eram alfabetizadas por esse método ao qual permite à pessoa cega ler e escrever textos utilizando apenas as pontas dos dedos.

Com a evolução dos recursos tecnológicos, foi desenvolvido na década de 80 um software de computador para Braille com reconhecimento de voz e scanners ópticos. O acesso às novas tecnologias facilita os estudos das pessoas cegas e seu acesso ao mundo virtual, principalmente com o surgimento dos leitores de tela que, instalados no computador, auxiliam na escrita e leitura de textos, bem como o acesso ao correio eletrônico e a todos os recursos disponíveis através da internet. A utilização do computador traz maior autonomia para as pessoas cegas, pois, assim, elas podem ler textos, digitar seus trabalhos escolares e imprimir-los sem ajuda de um professor de apoio para transcrever sua escrita, como no caso do braille para a tinta.

Existem vários programas leitores de tela especiais para cegos, como o Jaws, considerado atualmente o leitor de tela mais popular do mundo, possui um software de sintetizador de voz que utiliza a própria placa de som do computador. O Jaws roda em diversos idiomas, inclusive em português. Esse programa tem a capacidade de ler certos recursos de

páginas de internet que outros programas do gênero não têm. DOSVOX, primeiro programa de leitura de tela feito no Brasil. É um sistema destinado a auxiliar o deficiente visual a fazer uso do computador através de um aparelho sintetizador de voz. Esse sistema foi desenvolvido no Núcleo de Computação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e vem sendo aperfeiçoado a cada nova versão por programadores deficientes visuais. O Virtual Vision é outro programa leitor de tela brasileiro e foi desenvolvido pela Micro Power. Esse programa é totalmente adaptado para o uso do sistema operacional Windows e seus aplicativos e não requer sintetizador de voz externo. O programa utiliza o Delta Talk, a tecnologia de síntese de voz que garante, segundo o seu fabricante, a qualidade de áudio como o melhor sintetizador de voz em português. Junto aos deficientes visuais há trocas constantes de informações para construção do aprendizado e, ao mesmo tempo, muitos estão aprendendo sozinhos a trabalhar com a informática, utilizando-se de recursos disponíveis na internet.

O deficiente visual tem várias ferramentas que podem auxiliar no seu cotidiano, nos estudos e no lazer. Todos os anos surgem novidades nessa área, desde bengalas com sensores até computadores feitos especialmente para cegos. Infelizmente essas novidades nem sempre estão acessíveis à maioria dos deficientes visuais pelo seu alto custo. Muitos desses produtos são importados e, por isso, ficaram ainda mais caros por causa da recente alta do dólar. Mas temos uma boa notícia nessa área: O Instituto Laramara de São Paulo passou a fabricar no Brasil a americana máquina Perkins que digita em braille. Esse é um dos instrumentos mais valiosos dos cegos. Com ela, o cego pode redigir direto em braille. Valente (1991) afirma que:

[...] O computador é o instrumento que ajuda a minimizar as barreiras entre a criança e o mundo físico movendo os objetos, realizando o desenho ou a escrita. [...] se a criança consegue apertar uma tecla, ela pode comandar o computador para fazer praticamente tudo que ela deseja, sem precisar pedir ajuda para as outras pessoas, e sem ser limitada pela sua dificuldade de se comunicar com o mundo das pessoas e dos objetos. (VALENTE, 1991, online).

Devido a este avanço tecnológico, existem inúmeros livros digitalizados disponíveis na internet e acessíveis à leitura dos programas leitores de telas, inclusive, sites gratuitos que introduzem e facilitam a navegação das pessoas cegas, podem ser de uso das crianças.

A informática está possibilitando aos deficientes visuais perspectivas de trabalho e de comunicação, aprendizagem e acesso a informações. Como ainda há dificuldade para a impressão e leitura de livros e materiais diversos em braille e também poucos professores que o sabem, o aluno pode usar o computador e, assim, “ler” (ouvir) os textos que serão falados por meio do programa.

A informática dispõe de recursos que possibilitam ao deficiente visual ter melhores condições de acesso à educação e, conseqüentemente, possibilita uma melhoria na qualidade de vida, seja através do crescimento intelectual, pessoal e profissional.

A mudança da função do computador como meio educacional acontece juntamente com um questionamento da função da escola e do papel do professor. A função do aparato educacional não deve ser a de ensinar, mas a de promover o aprendizado. Isto significa que o professor deixa de ser o repassador de conhecimento - o computador pode fazer isto e o faz muito mais eficientemente do que o professor - para ser criador de ambientes de aprendizado e de facilitador do processo pelo qual o aluno adquire conhecimento. E as novas tendências de

uso do computador na educação mostram que este pode ser um importante aliado neste processo que estamos começando a entender (VALENTE, 1991).

Esses são alguns dos indicadores de que a efetivação da educação inclusiva somente se realizará quando houver um investimento na escola, em instrumentos, ferramentas ou recursos que propiciem às pessoas com deficiências o exercício de suas capacidades, a expansão de sistemas de representação e a superação de limites. Estas necessidades devem ser consideradas pela escola que almeja incluir a pessoa com deficiência visual com maiores possibilidades de sucesso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de considerar que o sistema braille já está universalizado no país, a aceitação obrigatória de crianças cegas nas escolas não é suficiente. É preciso que o deficiente visual seja tratado dentro das mesmas condições que o aluno que enxerga - com livros transcritos, equipamentos adaptados e professores devidamente orientados.

O avanço tecnológico existe, apesar de não chegar a todos. Atualmente, os livros são produzidos por meio de impressoras automatizadas capazes de reduzir o tempo gasto na produção da publicação.

Ao utilizar o computador, a pessoa cega vai simplesmente ouvir e, portanto, o braille continua sendo indispensável. Ele permite esse contato com a escrita e com a leitura, que contribui para a formação intelectual dos alunos.

Por meio do Sistema Braille, a pessoa cega consegue reconhecer o caractere tocando-o apenas uma vez - baseada na combinação de seis pontos que permitem a composição de todas as letras do alfabeto, de números, de sinais de pontuação e de acentuação gráfica.

Mesmo com o advento das novas tecnologias que viabilizam o acesso de alunos cegos ao processo de ensino e aprendizagem, surgem outras necessidades para que se efetive a verdadeira inclusão.

Pode-se mencionar o envolvimento do governo e de todos os educadores em parceria com a família no estudo e na construção de propostas concretas para o fazer pedagógico; a ampliação do entendimento das dificuldades de aprendizagem nas escolas e universidades e a aquisição de equipamentos necessários para a intensificação do trabalho com os professores e alunos com deficiência visual. E o que não pode faltar nesse contexto é a realização de encontros com educadores, apoio pedagógico, administrativos escolares e familiares para que ocorra, periodicamente, reflexão sobre os possíveis procedimentos a serem adotados diante desta nova realidade.

Como também foi destacado neste artigo, a participação da família é fundamental para o processo de atendimento à criança ou ao adulto com deficiência visual. É relevante que os pais entendam as dificuldades enfrentadas pelos filhos com deficiência, criando um diálogo com eles em uma atitude positiva diante dos desafios. A inclusão não deve ser algo à parte da educação; deve ser parte essencial da educação. Todos devem contribuir para que se promova inclusão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria da Glória. Fundamentos da alfabetização: uma construção sobre os quatros pilares. Benjamin Constant, Rio de Janeiro, n. 22, 2002. Disponível em: <[http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Nossos\\_Meios\\_RBC\\_RevAgo2002\\_Artigo\\_3.rtf](http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevAgo2002_Artigo_3.rtf)>. Acesso em: 16 jul. 2010.
- AMIRALIAN, M. L. T. O psicólogo e a pessoa com deficiência. In: BECKER, E. et al. Deficiência: alternativas de intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- ARAÚJO, Luiz Alberto David. A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência. 2ª ed. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1997, p.20.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura / Secretaria de Educação Fundamental / Secretaria de Educação Especial. Parâmetros Curriculares Nacionais Adaptações Curriculares. Estratégias para Educação de alunos com necessidades educacionais. Brasília: MEC / SEF, 1990.
- DIAS, Maria Eduarda Rodrigues Pereira (1991). A Socialização da Criança Cega. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- DOMINGUES, Celma dos Anjos. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira / Celma dos Anjos Domingues... [et.al.]. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 3. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar)
- GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ações afirmativas e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social – a experiência dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 36-37.
- MASINI, E. A. F. S. Intervenção educacional junto à pessoa deficiente visual (D.V.). In: BECKER, E. et. al. Deficiência: alternativas de intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- MASINI, E. F. S. O perceber e o relacionar-se do deficiente visual: orientando professores especializados. Brasília, DF: Corde, 1994.
- NOVI, Rosa Maria. Orientação e Mobilidade para Deficientes Visuais. Paraná. Autores Paranaenses, 1 ed., 1990. p. 75-79.
- OKA, C. M. NASSIF, M. C. M. Recursos escolares para o aluno com cegueira. In: SAMPAIO, M. W. et. al. Baixa visão e cegueira: os caminhos para a reabilitação, a educação e a inclusão. Rio de Janeiro: Cultura Médica; Guanabara Koogan, 2010.
- OLIVEIRA, M. K. O pensamento de Vygotsky como fonte de reflexão sobre a educação. In: Cadernos Cedes, ano XX, nº 35, 2ª edição, Julho, 2000. p. 15.
- SELAU, Bento; KRONBAUER, Carlise; PEREIRA, Priscilla; Educação inclusiva e deficiência visual: algumas considerações. Benjamin Constant, Rio de Janeiro, n. 45, 2010. Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/nossosmeios/revistas>>. Acesso em: 3 set. 2010.
- VALENTE, José Armando (org.). Liberando a mente: computadores na educação especial. Campinas: UNICAMP, 1991.
- VYGOTSKI, L. S. Obras escogidas: fundamentos de defectologia. Madrid: Visor, 1997.
- WERNECK, Claudia. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. 2ª. ed., Rio de Janeiro: WVA, 2000. p. 52.

## A AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL AFFECTIVITY IN CHILDHOOD EDUCATION AFECTIVIDAD EN EDUCACIÓN INFANTIL

Maria Aparecida Aranha Medeiros Bernardo  
cidaaranha@hotmail.com

BERNARDO, Maria Aparecida Aranha Medeiros. **A afetividade na Educação Infantil**. Revista International Integralize Scientific, Ed. n.24, p. 33 – 47, junho/2023. ISSN/2675 – 5203.

**Orientador: Magno Henrique Constantino**

### RESUMO

O presente trabalho tem como foco central “a importância da afetividade na educação infantil”, e como objetivo compreender como a afetividade entre o professor e o aluno propicia a aprendizagem e o desenvolvimento da criança inserida na educação infantil. Além disso, identificar a importância da afetividade no processo de aprendizagem. A metodologia é baseada no estudo e pesquisa bibliográfica, pois procura caracterizar de que forma acontece a afetividade na educação infantil e como elas podem ser trabalhadas na sala de aula. A fundamentação teórica teve como principais suportes teóricos: Antunes (2004), Áries (1996), Brasil (1998), Piaget (1959), Wallon (2007); dentre outros. É necessário que o professor esteja ciente de que a afetividade não diz respeito apenas a gestos de carinho e atenção, mas que também manifesta sentimentos, que ultrapassam o contato físico, atravessando o lado cognitivo de desenvolvimento da criança. Portanto, vale ressaltar que ela é a base para o desenvolvimento da criança rumo à aprendizagem significativa na sua formação como sujeito do conhecimento emocionalmente equilibrado.

**Palavras-Chave:** Educação Infantil. Afetividade. Aprendizagem. Aluno.

### SUMMARY

The present work has as its central focus “the importance of affection in early childhood education”, and aims to understand how the affection between the teacher and the student fosters the learning and development of the child inserted in early childhood education. In addition, identify the importance of affectivity in the learning process. The methodology is based on study and bibliographical research, as it seeks to characterize how affectivity occurs in early childhood education and how they can be worked on in the classroom. The theoretical foundation had as main theoretical supports: Antunes (2004), Áries (1996), Brasil (1998), Piaget (1959), Wallon (2007); among others. It is necessary for the teacher to be aware that affectivity does not only concern gestures of affection and attention, but that it also manifests feelings that go beyond physical contact, crossing the cognitive side of the child's development. Therefore, it is worth emphasizing that it is the basis for the child's development towards meaningful learning in their formation as an emotionally balanced subject of knowledge.

**Keywords:** Early Childhood Education. Affectivity. Learning. Student.

### RESUMEN

Este trabajo tiene como eje central “la importancia del afecto en la educación infantil”, y el objetivo es comprender cómo el afecto entre el maestro y el alumno promueve el aprendizaje y el desarrollo del niño insertado en la educación infantil. Además, identificar la importancia de la afectividad en el proceso de aprendizaje. La metodología se basa en el estudio y la investigación bibliográfica, ya que busca caracterizar cómo se da la afectividad en la educación infantil y cómo se puede trabajar en el aula. La fundamentación teórica tuvo como principales soportes teóricos: Antunes (2004), Aries (1996), Brasil (1998), Piaget (1959), Wallon (2007); entre otros. Es necesario que el docente sea consciente de que el afecto no se refiere sólo a gestos de cariño y atención, sino que también expresa sentimientos, que van más allá del contacto físico, cruzando la vertiente cognitiva del desarrollo del niño. Por lo que cabe resaltar que es la base para el desarrollo del niño hacia un aprendizaje significativo en su formación como sujeto de conocimiento emocionalmente equilibrado.

**Palabras clave:** Educación Infantil. Afectividad. Aprendiendo. Alumno.

### INTRODUÇÃO

Quando conversamos sobre educação, podemos nos encaminhar a vários contextos. E nos dias atuais, é essencial mencionar também o campo das emoções na área de educação. A afetividade no espaço escolar é uma peça necessária para que haja melhor adaptação a este novo

meio, ao qual a criança está inserida, para que ela possa ter uma aprendizagem mais saudável e agradável e seja capaz de se desenvolver em seu meio social de forma positiva.

Considera-se que as relações, como a interação entre o professor e o aluno, precisam ser aprofundadas no setor da ação pedagógica. O professor é responsável por um papel muito importante neste processo, uma vez que é ele quem produz e direciona o fazer pedagógico de modo a atender às necessidades do discente. Em sua atuação, acredita-se que deve predominar a visão intelectual onde a relação professor-aluno é o alicerce para o desenvolvimento cognitivo e psíquico na sala de aula.

A presente pesquisa que ressalta “A Afetividade na Educação Infantil” visou compreender de que forma a relação afetiva no espaço escolar pode proporcionar o desenvolvimento da criança que está inserida na educação infantil. Assim, este estudo tem como objetivo principal compreender como a afetividade entre o professor e o aluno propicia a aprendizagem e o desenvolvimento da criança inserida na educação infantil. Além disso, identificar a importância da afetividade no processo de aprendizagem; apresentar um breve histórico da educação infantil no decorrer do tempo; analisar os benefícios da afetividade e a sua influência na construção da identidade do sujeito e explorar o papel do docente no desenvolvimento afetivo para que se construa um ensino de qualidade.

Com isso, investiga-se a presença da afetividade na relação professor-aluno e a sua importância para o processo de aprendizagem na educação infantil. A recomendação é fazer com que haja uma maior compreensão sobre o conceito de afetividade, sua contribuição na Educação Infantil e as possibilidades na construção do conhecimento e da vida em sociedade, bem como a intervenção que o professor traz consigo em relação ao educando por meio de tudo o que lhe é repassado em sala de aula.

Sabe-se que a afetividade está presente cotidianamente na vida da criança, por isso é necessário que nós, professores, possamos fazer uma reflexão e resgatar esta temática no nosso cotidiano, estabelecendo vínculos com nossos alunos, com a finalidade de tornar o ambiente escolar mais prazeroso e interativo, fato que proporciona um melhor desempenho deles. Nesta perspectiva, este artigo buscou compreender a contribuição que a afetividade traz para a vida e a formação da personalidade das crianças, as vantagens para a aprendizagem e desenvolvimento.

A pesquisa foi realizada através de levantamentos bibliográficos. Estes consistem em possibilitar ao pesquisador consultar uma variedade de pesquisas que possam ampliar seu conhecimento. É também uma pesquisa exploratória, pois foi necessário buscar conteúdos que abordassem a questão da afetividade na educação infantil e na formação do aluno, tal qual sua importância para o crescimento e desenvolvimento deste aluno. Esta pesquisa está fundamentada nos seguintes autores: Antunes (2004), Áries (1996), Brasil (1998), Piaget (1959), Wallon (2007); dentre outros citados nas referências. Portanto, espera-se com esta pesquisa esclarecer a importância de trabalhar a afetividade na educação infantil destacando a necessidade de trazer para o ambiente escolar uma convivência agradável entre todos os que nela estão envolvidos, contribuindo para a formação integral do educando.

Nesse sentido, entendemos que a afetividade pode contribuir de forma exitosa para aprendizagem e desenvolvimento das crianças, principalmente para melhorar suas relações interpessoais. Com isso, este trabalho foi organizado em 3 (três) seções: a primeira aborda um Breve Histórico da Educação Infantil para entendermos como eram as primeiras instituições

brasileiras de atendimento às crianças; a segunda apresenta algumas perspectivas sobre afetividade e aprendizagem que dão suporte ao tema apresentado. A terceira versa sobre o papel do professor no desenvolvimento afetivo da criança. E, por último, as considerações finais que apresentam os resultados obtidos na pesquisa e os principais elementos evidenciados.

## EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação no Brasil surge em um contexto bem turbulento da história, pois ocorriam diversas transformações na sociedade brasileira da época. Os cuidados com as crianças sempre foram uma tarefa atribuída às suas progenitoras, mas a partir da década de 1940, com o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, levantou-se uma grande demanda de um local para deixarem seus filhos.

Desse modo, motivadas pela necessidade de trabalhar, porém sem ter com quem deixar as crianças, as mães se sujeitavam a deixá-las com as chamadas “criadeiras” que eram mulheres que cuidavam de diversas crianças ao mesmo tempo.

Em geral, esses locais não ofereciam nenhuma estrutura para recebê-las e as condições de higiene eram extremamente precárias, ocasionando, assim, a proliferação de doenças e um alto índice de mortalidade infantil no país. Nesse contexto, as crianças não tinham direitos e deveres sobre a conjuntura da sociedade da época.

A partir do século XV, emergiram as primeiras instituições para acolher crianças rejeitadas em meio às péssimas condições de sobrevivência daquelas que eram abandonadas. Foi em meio a esse cenário que surgiram as creches, até então, com a finalidade de prevenção sanitária e caráter assistencialista, cujo objetivo principal seria a prestação de serviço e assistência necessárias às crianças provenientes de contextos sociais menos favorecidos, proporcionando a elas cuidados básicos essenciais à sobrevivência, enquanto seus pais estavam trabalhando. Durante muito tempo, as creches carregavam essa visão assistencialista, promovendo apenas cuidados básicos para a sobrevivência das crianças, sendo consideradas “depósitos de crianças”, pois não existiam prioridade alguma no educar.

Diante disso, apenas a partir do século XVIII que a família se voltou para o acompanhamento das fases das crianças diante do contexto social. Nesse momento, houve indícios da preocupação com a infância, voltando-se os olhares sobre o sujeito criança. Sendo assim, Áries (1981) explicita:

Na construção de uma família os laços afetivos se estreitam mais no sentido da palavra maior, a afetividade. Surgirão inúmeros temas sobre esta família moderna que a cada vez influenciará não só na arte, mas na sociedade quanto ao seu sentimento em relação ao ser infantil (ÁRIES, 1981, p. 203).

É a partir da sociedade contemporânea que eclode a preocupação com as particularidades das crianças. Evidencia-se isso a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9,394/96, a qual assegura que a criança tem direito a viver sua infância nas suas singularidades, além da educação ser o dever da família e do estado.

Além disso, vem definir a instituição de educação infantil enquanto primeira etapa da educação básica de ensino, em vista da necessidade de educar e cuidar das crianças, evidenciando as suas potencialidades e particularidades.

Assim, surge a valorização em torno do seu direito à educação, ao respeito, à saúde, à vida, dentre outros aspectos inerentes ao ser humano. Com isso, evidencia-se o sentimento de afeto por ambos, professor e aluno, visto que a infância é uma fase imprescindível para a vida de uma criança, onde ela se descobre enquanto ser humano. Assim, esses laços afetivos contribuem para o desenvolvimento das crianças no tocante às dimensões: social, física, afetiva, cultural, dentre outras. Sobre isso, Wallon (2007, p. 117) enfatiza que “Os domínios funcionais entre os quais vai se distribuir o estudo das etapas que a criança percorre serão, portanto, os da afetividade, do ato motor, do conhecimento e da pessoa.”

Desse modo, a infância passa por várias mudanças, tendo em vista o sentimento do afeto, encarado como elemento primordial para a criança desenvolver os seus sentimentos e autoconhecer-se. No decorrer de sua trajetória, nas décadas seguintes e com o surgimento de novos estudos acerca das concepções de infância, tendo em vista a evidência de trabalhos realizados sob o viés da psicologia, tais quais Freud, Piaget, Vygotsky, dentre outros que voltam os seus olhares sobre o ser criança, a ideia de infância começa mudar.

Diante disso, os conceitos de infância e criança sofreram algumas modificações, visto que as instituições devem promover uma educação voltada para a formação integral das crianças, visando o desenvolvimento das dimensões afetiva, social, cognitiva, física, dentre outras.

Todo conhecimento começa com o sonho, mas sonhar é algo que não se ensina. Brota das profundezas do corpo como a água brota das profundezas da terra. É das pulsões, dos desejos, das faltas de ausência que cada ser humano é levado a ter vontade de buscar e para tanto pensar (SALTINI, 1999, p. 16).

Desta forma, devem-se privilegiar os sonhos de cada criança, dada a relevância para o seu desenvolvimento social e intelectual. Assim, as instituições educacionais proporcionam um ambiente favorável à valorização das potencialidades da criança.

Todo processo de valorização dos direitos voltados à aprendizagem das crianças passou a se consolidar a partir da constituição federal de 1988, quando a educação infantil tomou um novo rumo, criando significado e assumindo seu espaço no cenário do país.

A partir do que está descrito na Constituição Federal, passou-se a assegurar o atendimento em creches e pré-escolas como sendo direito de todos e, por sua vez, um dever do estado. Nos anos seguintes também foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com a finalidade de maximizar os direitos das crianças e dos adolescentes do país.

A creche passou por diversas mudanças ao longo da sua história até o presente momento, refletindo seu papel principal, conforme preconizado na LDB no art. 29, lei nº 9.394/96:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, p. 11).

A LDB relata que esta educação deve ser entendida como um lugar de brincadeira e desenvolvimento das diversas áreas do conhecimento. Vale ressaltar que a Educação Infantil tem uma função pedagógica, uma tarefa que abraça a realidade e os conhecimentos infantis como um princípio e os amplia por meio de atividades que tem significado concreto para a vida das crianças. Com base no pressuposto, é fundamental que o professor da Educação Infantil

preocupe-se com a estrutura e execução das atividades contribuindo para o desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos.

Desse modo, podemos constatar que a creche foi, historicamente, um estabelecimento designado a abrigar e cuidar de crianças das quais famílias não possuíam organização para fazê-lo.

A estrutura do trabalho pedagógico da etapa da Educação Infantil pode usufruir de um documento denominado Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI) que abrange metas e objetivos para serem desenvolvidas em cada faixa etária. Considera-se importante apresentar a constatação dos RCNEI (1998) com a finalidade de compreender as suas particularidades.

Individualizar a educação infantil, ao contrário do que se poderia supor, não é marcar e estigmatizar as crianças pelo que diferem, mas levar em conta suas singularidades, respeitando-as e valorizando-as como fator de enriquecimento pessoal e cultural. (BRASIL, 1998, p. 33)

Reconhecer que as crianças são diferentes entre si resulta proporcionar uma educação baseada em condições de aprendizagem que respeitem suas necessidades e ritmos individuais, pretendendo enriquecer as habilidades de cada criança, considerando-as como sujeitos singulares e com particularidades próprias.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se apresenta demarcada por faixas etárias, com distribuição de propostas para cada uma delas. Assim, “esses grupos não podem ser considerados de forma rígida já que há diferenças de ritmo na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças que precisam ser consideradas na prática pedagógica.” (BRASIL, 2017, p. 42).

A BNCC é um documento que visa definir um conjunto de aprendizagens essenciais que todas as crianças devem desenvolver ao longo do seu percurso escolar. Portanto, a educação infantil é lugar de formação, de descobertas e de aprendizagens e a forma com que elas ocorrem irá fazer diferença na vida de cada criança.

## **AFETIVIDADE E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA**

A vida é marcada do início ao fim pela forte presença de afetividade. Desde o ventre materno, já se é capaz de se perceber sentimentos e emoções. Quando se fala em afetividade, uma série de sentimentos surge na mente, como amor e carinho, entretanto sua definição vai muito além. A afetividade é uma importante habilidade do ser humano de assimilar fenômenos internos e externos decorrentes de sua interação com o meio, interpretando-os e traduzindo-os em forma de sentimentos e emoções.

Segundo o filósofo francês Henri Wallon (2007), a afetividade constitui um papel fundamental na formação da inteligência, de forma a determinar interesses e necessidades específicas do indivíduo. Wallon define desenvolvimento humano em cinco estágios, sendo eles:

· Primeiro estágio – impulsivo – emocional (0 a 1 ano): nessa fase, a criança se comunica e expressa sua afetividade através do toque, numa comunicação não-verbal e de movimentos corporais desordenados;

- Segundo estágio-sensório-motor e projetivo (1 a 3 anos): nessa fase, a criança já possui a capacidade verbal, também já se locomove, voltando seus interesses para o exterior, na identificação do ambiente e de objetos à sua volta, com o objetivo de compreendê-los;
- Terceiro estágio – personalismo (3 a 6 anos): essa é a fase da diferenciação, quando a criança se percebe diferente dos demais, ocorrendo a formação do “eu”, construindo seu caráter;
- Quarto estágio – categoria (6 a 11 anos): essa fase é marcada por grande avanço cognitivo, havendo a categorização mental, quando o indivíduo passa a ter uma classificação de pensamentos;
- Quinto estágio- puberdade e adolescência (a partir dos 11 anos): essa fase é marcada por conflitos, onde o indivíduo procura a todo momento assumir uma identidade autônoma, contrapondo-se aos valores familiares, considerando-se um ser único com sentimentos e valores próprios. (Wallon, 2007, p. 73)

Wallon afirma que o processo de desenvolvimento do indivíduo depende tanto de fatores biológicos quanto de influências do ambiente onde ele está inserido. De acordo com a teoria Walloniana, a afetividade surge anteriormente à inteligência, tendo sua origem biológica. E a inteligência por sua vez surge a partir da afetividade, mas depende da interação do indivíduo com o meio para que suas funções sejam potencializadas.

A formação inicial da criança ocorre no contexto familiar a partir da interação com seus progenitores. É nesse ambiente que a criança tem seu primeiro contato com o mundo afetivo, possibilitando a compreensão desses laços e lhe fornecendo segurança para assumir propriedade sobre eles. Assim, “a família tem como função primordial de proteção, tendo, sobretudo, potencialidades para dar apoio emocional para a resolução de problemas e conflitos” (CHALITA, 2001, p. 23).

A família assume um papel exclusivo na primeira fase do desenvolvimento da criança. Porém, se o ambiente familiar for deficiente de afeto, poderá haver sérios problemas ao longo do processo de desenvolvimento, inclusive problemas de socialização que afetam profundamente o aprendizado.

Depois do seio familiar, a escola é o ambiente mais importante para o desenvolvimento da criança, visto que é nesse novo ambiente que ela vai passar grande parte do seu tempo, tendo a oportunidade de conhecer coisas novas, se socializar e interagir com outras crianças, o que é indispensável para o seu desenvolvimento e aprendizado.

Todavia, o processo de transição entre família e escola deve ser acompanhado com muita atenção, já que tudo é novidade para a criança, causando, na maioria das vezes, medo e insegurança que podem afetar significativamente o seu desempenho ao longo de sua trajetória escolar.

Nesse sentido, um professor com postura afetiva é fundamental para que os alunos se sintam acolhidos e seguros no âmbito escolar, pois possibilitam uma adaptação mais tranquila que oferecerá experiências positivas para suas interações futuras. É fundamental que as primeiras interações da criança lhes forneçam boas experiências, pois serão importantes ao longo do seu desenvolvimento. Sobre isso, enfatiza-se que:

Os sentimentos que a criança tenha experimentado no passado, na família e com os professores orientarão os sentimentos futuros. É nesse sentimento primitivo que irá moldar as emoções e comportamentos mais profundos. Portanto, a afetividade na fase escolar e na

adolescência ao educando se apoia na relação direta dos pais e professores (PIAGET, 1988, p. 41).

É na infância que a criança tem seus primeiros contatos afetivos. Essas experiências são decisivas para a construção do seu caráter, podendo influenciar positivamente ou negativamente no seu futuro. A afetividade intensifica o ser humano a evidenciar os seus sentimentos em relação a outros seres e objetos. Através da ajuda da afetividade, docentes e discentes conseguem criar laços de amizade entre eles. Essas relações e laços construídos pela afetividade não são baseados somente em sentimentos, mas também em atitudes. Por isso, a afetividade é um dos fatores que favorecem a aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo. Segundo Piaget (1962):

É indiscutível que o afeto tem um papel essencial no funcionamento da inteligência. Sem o afeto não haveria nem interesses, nem necessidades, nem motivação; em consequência, as interrogações ou problemas não poderiam ser formulados e não haveria inteligência. O afeto é uma condição necessária para a constituição da inteligência. No entanto, em minha opinião, não é uma condição suficiente. (Piaget, 1962/1994, p.129)

Pretende-se mostrar que os pensamentos do autor são muito mais do que opiniões, expressam uma apresentação sobre as relações entre afetividade e inteligência que estão para além de uma visão dividida sobre o ser humano, visto que sugere relações de mensagens entre a evolução cognitiva e a afetiva.

Na ausência de um desses elementos, o aprendizado não acontece, já que afetivo e cognitivo se desenvolvem paralelamente. Dessa forma, deve-se trabalhar o pedagógico em consonância com o afetivo e o cognitivo. Neste contexto, compreende-se que “para que a inteligência funcione é preciso um motor que é o afetivo. Jamais se procurará resolver um problema se ele não lhe interessa. O interesse com a motivação afetiva é o móvel de tudo” (BRINGUIER, 1977, p. 71-72). É inquestionável que o afeto assume um papel primordial no funcionamento da inteligência. Sem o afeto não existiriam interesses nem necessidades, nem mesmo a motivação. Diante disso, a afetividade tem um papel determinante no processo de aprendizagem do ser humano, porque está presente em todas as áreas da vida, influenciando eminentemente o crescimento cognitivo.

De acordo com a citação acima, a afetividade é indispensável para estimular o pensamento. Ela funciona como se fosse uma “mola”, impulsionando o cognitivo em direção ao aprendizado. No ambiente escolar, são diversos fatores que influenciam no aprendizado do aluno. Um deles é a conduta do professor. Se o seu agir não for guiado pela afetividade, é impossível que se estabeleçam os vínculos professor-aluno, essenciais para o processo de ensino-aprendizagem. Aquino (1996) afirma:

Os laços efetivos que constituem a interação Professor-Aluno são necessários à aprendizagem e independem da definição social do papel escolar, ou mesmo um maior abrigo das teorias pedagógicas, tendo como base o coração da interação Professor-Aluno, isto é, os vínculos cotidianos. Com isto, estamos dizendo que a interação Professor-Aluno perpassa as aquisições cognitivas. O diálogo é de suma importância para a interação professor-aluno no fator psicológico, sendo vínculo entre o cognitivo e as ações concretas. A essa afirmação, encontra-se justificativa na literatura de Piaget sobre o estágio das operações concretas. (AQUINO, 1996, p. 50)

No entanto, propiciar a aprendizagem por meio do diálogo não é algo que ocorre espontaneamente, uma vez que o professor deve ter uma escrita e um conhecimento centralizado na turma em razão do diálogo provocar nas pessoas a abertura do seu pensamento a novas opiniões e a novas maneiras de enxergar. Conforme Aquino (1996), a criança utiliza a fala para “realizar as operações que descrevem as ações cognitivas intimamente organizadas em uma rede ou sistema”.

Por isso, é imprescindível que os aspectos cognitivos e afetivos sejam levados em consideração na relação entre o professor e o aluno. Desta forma, o diálogo e a afetividade são aspectos bastante pertinentes para a interação professor-aluno.

Sendo assim, ao pensar em educação, agir pedagógico ou processo ensino aprendizagem, observa-se que todos estes conceitos referem-se necessariamente à origem de relações entre seres humanos que por meio das trocas direcionados pela linguagem, caminham em busca de novas aquisições de conhecimentos e do aperfeiçoamento daqueles já existentes. Portanto, a interação é essencial à realização da prática educativa, na qual o diálogo representa um aspecto importante para o seu exercício.

A afetividade na Educação Infantil é importante no processo de ensino e aprendizagem. Os vínculos de confiança criados entre aluno e professor estão ligados ao sucesso na aquisição do conhecimento, não apenas na primeira infância. O afeto contribui, também, para a origem de um ambiente agradável e harmonioso em sala de aula. Este espaço caracteriza-se como um dos responsáveis por despertar nas crianças diversas curiosidades e prazer pelo aprendizado, influenciando assim, positivamente no processo de aprendizagem.

Vale ressaltar que o primeiro contato da criança com a escola é um dos momentos mais significativos da trajetória educacional, porque acontece um rompimento de vínculo emotivo familiar, ou seja, um sentimento de ruptura com a família para o primeiro contato social que a criança vai experimentar.

A integração na instituição de ensino vem com uma bagagem de novidades diversificadas, pois a criança deixará de vivenciar momentos com a família para partilhar com pessoas estranhas. Os espaços construídos para a criança e com a criança devem ser explorados por ela em uma relação de interação total, possibilitando descobertas pessoais num espaço onde será realizado um trabalho individualmente ou em pequenos grupos.

Wallon (2010) ressalta que uma criança saudável apresenta uma boa relação com todos e tudo que a rodeia, dispõe da necessidade de ser um objeto de apresentações afetivas para que, assim, se desenvolva biologicamente e seja normal. Sendo assim, Bezerra (2006) aponta:

Uma teoria pedagógica que se depreende das ideias sobre a construção do indivíduo a partir de Wallon diz que o desenvolvimento intelectual envolve muito mais do que um aparato cerebral. Pressupõem perceber a dimensão afetiva do indivíduo e trabalhá-la para permitir uma construção cognitiva mais dinâmica e efetiva. Sendo assim, uma teoria pedagógica inspirada em Wallon pressupõe um movimento dialético entre afetividade, emotividade e subjetividade com processos cognitivos, interação social e racionalidade mutuamente imbricadas e relacionados em via de interdeterminação (BEZERRA, 2006, p. 23).

A afetividade é um sentimento que se baseia na confiança, no carinho, no respeito mútuo, na admiração e que faz com que a autoestima enalteça a criança. Dessa forma, em sala de aula o aluno consegue mostrar se gosta ou não de estar na escola. A falta desse sentimento

traz problemas sérios e colabora para que a criança fique totalmente negada a tudo. Por isso, é essencial que os pais e professores levem em consideração a afetividade durante o processo de ensino-aprendizagem. Bonfim (2011) explicita que:

Se a educação não conseguir promover a construção do conhecimento por meio do afeto, do respeito às dificuldades e aos sentimentos do aluno, não será à base do autoritarismo e do castigo que formará cidadãos coerentes. Pois o afeto entre educador e educando é como uma semente lançada em terra fértil: germina numa rapidez surpreendente e produz frutos de qualidade (BONFIM, 2011, p. 9).

Para Wallon (2010), a afetividade é uma das dimensões do ser humano é também conhecida como uma das etapas mais antigas do desenvolvimento cognitivo humano, deixando de ser natural e passou a ser afetivo, e da afetividade passamos a ser mais racionais. A afetividade e a inteligência estão literalmente ligadas; pois sempre uma terá controle sobre a outra, mesmo que haja uma diferenciação entre elas. Sendo assim, Wallon (2010) afirma:

É possível pensar a afetividade como um processo amplo que envolve a pessoa em sua totalidade. Na constituição da estrutura da afetividade, contribuem de forma significativa as diferentes modalidades de descarga do tônus, as relações interpessoais e a afirmação de si mesmo, possibilitada pelas atividades de relação (WALLON, 2010, p.14).

Wallon aprimorou muitos estudos sobre a afetividade e suas concepções no que diz respeito a como essa temática é ampla e como nossas relações estão carregadas de afetividade que começam a ser constituídas assim que somos concebidos. Levando em consideração o que exposto, é muito importante que se estabeleçam as relações de afetividade na instituição de ensino, pois estas são de grande relevância no processo de ensino-aprendizagem.

Conforme Jean Piaget (1959), ao longo da vida o indivíduo desenvolve várias relações cognitivas e afetivas, de forma a desencadear os comportamentos de rebeldia, obediência e os sentimentos, seja de respeito ou carinho. Nessa concepção, podemos compreender melhor que a criança constrói um vínculo com seu professor durante todo o tempo em que fica na escola, e o professor também está passível a esse vínculo. Com isso, Piaget (1962) ressalta que:

É incontestável que o afeto desempenha um papel essencial no funcionamento da inteligência. Sem afeto não haveria interesse, nem necessidade, nem motivação; e conseqüentemente, perguntas ou problemas nunca seriam colocados e não haveria inteligência. A afetividade é uma condição necessária na constituição da inteligência, mas, na minha opinião, não é suficiente (PIAGET, 1962. p. 43).

Existem várias atividades que podem ser preparadas para que aproximem mais os alunos de seus colegas e de seus educadores. Pode-se propor uma roda de conversa para que as crianças digam como foi o fim de semana delas e tenham espaço para serem ouvidas, o que lhes causa muita falta, pois, infelizmente muitas pessoas não dão voz à criança e acabam não ouvindo o que elas têm a dizer. Portanto, a criança também deve compreender que por mais que seja fundamental o vínculo entre professor-aluno, é necessário diferenciar o momento em que se está com a família do momento com o professor.

Wallon (2010) nos mostra que a afetividade é essencial para o desenvolvimento infantil. Por meio da afetividade as crianças conseguem determinar valores, criar vínculos com os adultos e os outros que a cercam.

A proposta da educação infantil deve considerar o currículo como o conjunto de experiências em que se articulam saberes e socialização do conhecimento em seu dinamismo, dando ênfase à gestão das emoções, entre outros aspectos (BRASIL, 2010, p. 19).

Nesse sentido, a evolução da emoção é um processo que começa no início da vida e vai até o fim dela. A partir das emoções é que a linguagem surge. O afeto é um sentimento capaz de ajudar nas necessidades da criança ainda pequena, pois quando ela chora, por exemplo, é a maneira que utiliza para se comunicar.

Wallon (2007, p.117) afirma que "os domínios funcionais entre os quais vai se distribuir o estudo das etapas que a criança percorre serão, portanto, os da afetividade, do ato motor, do conhecimento e da pessoa". Portanto, estes elementos retratam verdadeiros levantamentos de teóricos que contribuem na compreensão por parte do profissional da educação das etapas de desenvolvimento vividas por cada criança. E esses levantamentos servem de referência no gerenciamento do processo de ensino e aprendizagem fortalecendo, assim, a própria relação entre professor e aluno.

## A AFETIVIDADE E A LUDICIDADE NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

A afetividade e a ludicidade são uma forte influência no desenvolvimento da criança, apesar de ser um desafio aos educadores. Ao longo de muito tempo, o afeto e o lúdico ficaram fora de sala de aula, gerando danos emocionais e atraso na aprendizagem dos alunos, levando em consideração que uma criança que se sente amada, tem a sua autoestima elevada e positiva.

Cada criança é singular em sua forma de ser, de aprender. Com certeza, os vínculos não são os mesmos entre o professor e todos os alunos, porque cada criança tem uma personalidade, comportamento, família e diversas culturas.

Os docentes devem ter em pensamento que todos os alunos são capazes, cada um com seu ritmo de aprendizagem, e por meio de um olhar afetivo e uma atividade envolvente por parte do professor, poderá descobrir o que cada aluno tem de especial, ajudando-os no desenvolvimento de novas competências e habilidades.

Na teoria Walloniana, a relação entre os progressos da afetividade e os da inteligência só podem ser compreendidos a partir de uma relação de reciprocidade e de interdependência. As condições para a evolução da inteligência têm raízes no desenvolvimento da afetividade e vice e versa. (MAHONEY e ALMEIDA, 2012, p. 40).

Cabe lembrar que o professor é quem dá os direcionamentos no jogo para que a descoberta aconteça. Está nas mãos dele orientar seus alunos, de maneira que possa fazer desse conhecimento algo prazeroso e significativo para suas vidas. Segundo Carvalho (1992), "o brincar se torna importante no desenvolvimento da criança de maneira que brincadeiras e jogos vão surgindo gradativamente na vida da criança, desde os mais simples até os de regras" (CARVALHO, 1992, p.14).

Por isso, a afetividade na maioria das vezes, é responsável pelas atividades e escolhas feitas pelo sujeito, pois é por meio do processo afetivo que este integra questões de motivações, valores e interesses ao intelectual e cognitivo. Desta forma, Antonino et al.(2012) afirmam que:

[...] a afetividade é utilizada com uma significação mais ampla, referindo-se às vivências dos indivíduos e às formas de expressão mais complexas e essencialmente humanas. Engloba sentimentos (origem psicológica) e emoções (origem biológica). A afetividade desempenha um papel fundamental na constituição e funcionamento da inteligência, determinando os interesses e necessidades individuais (ANTONINO et al, 2012, p. 56).

Perante o exposto, nota-se que a afetividade está associada com o cognitivo da criança. Ela funciona como um estímulo de ações, emoções e razão, por isso, analisamos que de um modo geral o ser humano se interessa mais facilmente por aquilo que sente prazer. Nas palavras de Vygotsky (1998):

O brincar é fonte de desenvolvimento e de aprendizagem, constituindo uma atividade que impulsiona o desenvolvimento, pois a criança se comporta de forma mais avançada do que na vida cotidiana, exercendo papéis e desenvolvendo ações que mobilizam novos conhecimentos, habilidades e processo de desenvolvimento e de aprendizagem (VYGOTSKY, 1998, p. 81).

A construção da identidade é permitida com mais naturalidade através da brincadeira. A criança, nesse momento de diálogo, consegue assumir a sua função de sujeito ativo no seu próprio desenvolvimento e aprendizagem. Uma vez que Ronca (1989) explicita:

O lúdico permite que a criança explore a relação do corpo com o espaço, provoca possibilidades de deslocamento e velocidade, ou cria condições mentais para sair de enrascadas, e ela vai então, assimilando e gastando tanto, que tal movimento a faz buscar e viver diferentes atividades fundamentais, não só no processo de desenvolvimento de sua personalidade e de seu caráter como também ao longo da construção do seu organismo cognitivo. (RONCA, 1989, p.27).

É fundamental que os adultos tenham a concepção de que, por meio do brincar, a criança estará desenvolvendo seu raciocínio, configurando suas emoções e que até pode ser estimulado o entendimento de regras de convívio. Contudo, evidentemente, todos os envolvidos precisam dispor de um lugar para a criança, que possa oportunizá-la o brincar, interagir e se comunicar com eles, entendendo que, através do lúdico, elas podem desenvolver e adquirir habilidades que as amparam no decorrer da vida, as levando a vivenciar as múltiplas possibilidades.

De acordo com Kishimoto (2006, p.40), “os jogos de construção são considerados de grande importância por enriquecer a experiência sensorial, estimular a criatividade e desenvolver habilidades da criança”. Portanto, ao entender a importância do lúdico na vida das crianças, estamos convencidos que as atividades que elas realizam em cada situação para se divertir, representam de certa forma a cultura lúdica dos povos. Dessa forma, é através das atividades lúdicas que a criança constrói seu vocabulário, dando destaque nas atividades espontâneas e criativas para estimular a essência e o prazer de brincar.

Entretanto, apesar da existência de uma ampla bibliografia sobre atividade lúdica, na realidade, esta pesquisa está sendo pouco influenciada na prática da educação infantil. Nesta

perspectiva, o lúdico se define por uma prática que valoriza a criatividade, sensibilidade e, inclusive, a afetividade da criança no ambiente escolar infantil.

Destaca-se que, apesar do avanço tecnológico ocorrido ao longo dos tempos, ainda persistem características da vida passada, pois atualmente encontramos nas ruas crianças brincando de futebol, de roda e de amarelinha, claro que não com a mesma liberdade de antes, e essa prática é importante porque mostra que as brincadeiras do passado não foram totalmente esquecidas.

Vale ressaltar que, segundo Vygotsky (1987):

O brincar é uma atividade humana criadora, na qual imaginação, fantasia e realidade interagem na produção de novas possibilidades de interpretação, de expressão e de ação pelas crianças, assim como de novas formas de construir relações sociais com outros sujeitos, crianças e adultos (VYGOTSKY, 1987, p. 35).

O autor declara que a brincadeira propicia aprendizado, fazendo com que a criança se relacione com o outro, compreenda as relações humanas, seu papel nelas, construindo sua identificação. Portanto, a criança tem o direito de brincar, pois está respaldada por lei, e este é mais um motivo para brincar, porque a brincadeira beneficia a descoberta, a curiosidade, uma vez que auxilia na percepção, concentração, observação e, além disso, as crianças desenvolvem a musculatura, crescem, movimentam-se no espaço, conhecendo o seu próprio corpo.

## **O PAPEL DO DOCENTE NO DESENVOLVIMENTO AFETIVO DA CRIANÇA**

A pedagogia tem-se usufruído nos últimos anos das mais novas descobertas da psicologia, psicanálise, antropologia e outras ramificações do conhecimento e, em especial, ao que se refere à criança. Na creche, a criança vai vivenciar suas primeiras experiências sociais, determinar relações para além da convivência familiar procurar se adaptar ao convívio e às atividades inerentes ao ambiente educacional.

Ao entrar em uma instituição de ensino, a criança vai se deparar com um novo mundo. É neste momento delicado que o educador assume um papel relevante. A criança é apresentada a um mundo amplo, sistematizado através de uma dialética diferenciada da qual ela estava acostumada.

Compete, portanto, ao professor proporcionar apoio de forma a contribuir para o momento inicial de sua integração no ambiente de ensino, tal qual no desenvolvimento psicológico e afetivo da criança. É função do educador propiciar o fornecimento de atividades lúdicas adequadas para ajudar a criança a orientar suas próprias emoções para mediações construtivas e para adquirir habilidades eficazes. Dessa forma, para Winnicott (1985, p. 224), a tarefa de educador infantil tem dupla responsabilidade e oportunidade, visto que pode “dar assistência à mãe na sua descoberta das próprias potencialidades materiais e de assistir à criança [...] inevitáveis problemas psicológicos com que o ser humano se defronta”.

Dessa forma, é importante considerar que a interação entre educador - criança é essencial para um desenvolvimento adequado de maneira afetiva e intelectual. Deste modo, os primeiros educadores de uma criança exercem um papel importante para a vida futura desse sujeito, seja no aspecto como pessoa, quanto na vida escolar. Todavia, esses profissionais

necessitam em primeiro lugar realizar uma tarefa pessoal de autoconhecimento, do ponto de vista de autoestima e de autoavaliação, tanto pessoal quanto profissional.

Assim, o processo de formação do professor pretende necessariamente que seja disponibilizado um espaço de construção e reflexão sobre sua formação e postura como profissional, de modo que estes possam reparar sua didática às novas atualidades da sociedade (LOPES, 2010).

Essa nova realidade mostra que o docente de hoje precisa atualizar-se constantemente para que esteja preparado, capacitado para articular o conhecimento escolar com os acontecimentos do dia-a-dia da sociedade. Este professor necessita estar preparado emocionalmente, capaz de administrar as próprias emoções, possibilitando as práticas concretas com o intuito de despertar o emocional de seus alunos, visando prepará-los para o conhecimento de suas emoções e o desenvolvimento das soluções positivas.

Vale lembrar que o educador é um dos motivadores do desenvolvimento psíquico do aluno. A função mais importante do educador é apresentar maneiras diferenciadas de atividades, bem como de vivências aos educandos. Apesar disso, deve descobrir antes se eles apresentam condições de absorvê-las. Contudo, quando a criança é estimulada adequadamente tem um desenvolvimento intelectual e social equilibrado, por isso há necessidade de uma reflexão didática que respalde a ação docente, facilitando a construção da consciência da criança em relação a si mesma.

Assim, Antunes (2004) clarifica:

Para um cientista da cognição a mente infantil é um conjunto fantástico de células nervosas colocando em contato bilhões de neurônios e de correntes eletroquímicas em agitação permanente, formando uma consciência dinâmica que rapidamente se transforma. (ANTUNES, 2004, p.21).

Portanto, é notório que nos anos 60 comentava-se que o cérebro de uma criança obteria conhecimento natural com o passar do tempo, tendo em vista que para muitos estudiosos o conjunto de células neurais seria capaz de construir o pensamento idealizado e a referida consciência.

Pode-se dizer que a afetividade também está presente como um campo passível de aprendizado. Nesse sentido, a contribuição dos professores seria possibilitar ao aluno ter uma relação mais agradável e satisfatória na busca de novos conhecimentos. Por meio do afeto, o docente pode obter um melhor estabelecimento de limites nos momentos que se fizerem necessários.

Verifica-se que o aluno é instigado por sentimentos que o acompanham em seu processo de desenvolvimento, tanto sentimentos positivos quanto negativos, sendo que estas emoções inconvenientes podem levar a dificuldades de aprendizagem mais ou menos marcantes em relação a este ou aquele professor ou ainda campos específicos do conhecimento ou de maneira geral. No entanto, para Cury (2003, p 126), “educar é provocar a inteligência, é arte dos desafios”.

Nessa perspectiva, compreende-se que “o professor que pensa certo deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de intervir no mundo, conhecer o mundo” (FREIRE, 1996, p 28).

O autor ressalta a importância do professor buscar apresentar o mundo ao discente de maneira nítida, bem como estimulá-lo a querer conhecer, produzir, construir e não somente reproduzir o que já existe. É necessário que o profissional seja atencioso com o aluno, buscando auxiliá-lo no processo de ensino e aprendizagem, não é fazer para o aluno, mas sim, construir junto, fazer desse sujeito um ser ativo nesse caminhar e sempre buscar soluções para as questões propostas.

Outro fator existente é que o aluno tem capacidade para desenvolver suas habilidades cognitivas a partir de uma prática pedagógica voltada à construção do sujeito, incentivada pela afetividade na interação com o professor, pois a mente não está desagregada do corpo. O indivíduo não só está aberto às experiências do meio, quanto se desorientam com este. Ainda convém lembrar que o discente precisa ser ouvido, necessita de atenção e de afeto, pois observamos que existem muitas famílias sem estrutura e filhos carentes, e esperam do educador um gesto de carinho que muitas vezes ameniza essa falta. No entanto, a preparação, o respeito, a atenção, enfim, tudo isso antecipa uma aula planejada com carinho. Assim, o aluno sente-se motivado em colaborar com ideias e ser participativo numa aula interessante e motivadora.

Dessa forma, levando em consideração todos os aspectos mencionados, devemos buscar enquanto professor compartilhar nossa teoria e prática na ação pedagógica diariamente, possibilitando o desenvolvimento do aluno mais criativo, pensante, autônomo e transformador de sua realidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi argumentado, apresentando os teóricos da pesquisa, de acordo com os documentos presentes, conclui-se que a afetividade é considerada aspecto primordial para o processo de ensino aprendizagem das crianças. O desenvolvimento da criança deve ser levado em consideração, junto com o fato de que ela está inserida em uma sociedade e precisa conviver com ela diariamente. De acordo com a discussão da temática, adentramos no mundo da criança, compreendendo sobre o processo de construção da infância, os direitos à educação, à saúde e entre outros.

Ressalta-se que o aprendizado é composto por alegria, afeto e prazer naquilo que se realiza, seja no aprender ou no ensinar, e na Educação Infantil estes recursos se fazem essenciais no cotidiano escolar, possibilitando à criança investigar, se expressar, considerando suas ideias e opiniões.

Os pressupostos teóricos com os quais discutimos neste trabalho indicam que o afeto tem uma função essencial no funcionamento da inteligência. Sem o afeto não haveria interesses e nem motivação. O afeto é uma circunstância necessária para a estrutura da inteligência. Dessa forma, podemos declarar a importância que existe em se trabalhar este aspecto de forma cuidadosa pelo professor, permanecendo sempre atento à resposta que o aluno dará a partir da convivência e de sua socialização.

Portanto, de acordo com a literatura e a revisão bibliográfica que foi realizada no decorrer deste trabalho, retratou que a criança necessita de afeto e cuidados próprios para cada fase, bem como no ambiente escolar, para se sentir mais segura e adquirir um bom desenvolvimento. Cabe evidenciar que cada educando possui seu tempo para aprender, suas

peculiaridades etc. Além disso, é muito importante considerar suas vivências e experiências anteriores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Celso. Educação Infantil: Prioridade Imprescindível. 3. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2004.
- ANTONINO, Edileide; VIGAS, Maria Célia; PEIXOTO, Maria de Fátima (Orgs.). Ação psicopedagógica: uma contribuição para a construção do conhecimento. Salvador: Editora da Assembleia Legislativa da Bahia, 2012.
- ÁRIES, P. A história social da criança e da família. 2. Ed. São Paulo: LTC, 1981.
- AQUINO, J. G. Confronto na sala de aula: uma leitura institucionalizada da relação professor-aluno. São Paulo: Summus, 1996. (Novas buscas em educação, v.42d).
- BEZERRA, Ricardo José Lima. Afetividade como condição para a aprendizagem: Henri Wallon e o desenvolvimento cognitivo da criança a partir da emoção. 2006.
- BONFIM, Valéria Amorim. Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil no. 20. Brasília, 2010.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de educação Básica. Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília/DF: MEC, SEB, 1996.
- \_\_\_\_\_. Referencial Curricular para Educação Infantil. v. 1. Brasília: MEC, SEF, 1998.
- BRINGUIER, J.C. Conversando com Jean Piaget. Rio de Janeiro – São Paulo, 1977.
- CARVALHO, A.M.C. et al. (Org.). Brincadeira e cultura: viajando pelo Brasil que brinca. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.
- CHALITA, Gabriel. Educação: a solução está no afetivo. São Paulo: Editora Gente, 2001.
- CURY, Augusto Jorge. Pais Brilhantes e Professores Fascinantes: Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia, São Paulo: Paz e terra 1996.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Froebel é uma concepção de jogo infantil. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.) O brincar e suas teorias. São Paulo: Ed. Pioneira & Ed. Thomson Learning, 2006.
- LOPES, Honorina Conceição Rozendo. A importância da afetividade na educação infantil. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Três Cachoeiras – RS. 2010.
- PIAGET, Jean. Aprendizagem e conhecimento. In: PIAGET, J., GRÉCO, P. Aprendizagem e conhecimento. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974. Título original: Apprentissage et connaissance, 1959.
- \_\_\_\_\_. The relation of affectivity to intelligence in the mental development of the child. In: Bull Menninger, 26, (3), 1962.
- \_\_\_\_\_. (1994). La relación del afecto con la inteligencia en el desarrollo mental del niño. In G. Delahanty, & J. Perrés (Eds.), *Piaget y el psicoanálisis* (pp. 181-289). Universidad Autónoma Metropolitana: Xochimilco. (Trabalho original publicado em 1962).
- \_\_\_\_\_. Para onde vai a educação? Rio de Janeiro: Summus, 1988.
- RONCA, P.A.C. A aula operatória e a construção do conhecimento. São Paulo: Edesplan. 1989.
- SALTINI, Cláudio J.P. (Claudio João Paulo). 1935 – Afetividade e Inteligência, vol. 1: a emoção na educação/Claudio J.P. Saltini. 3. Edição – Rio de Janeiro: DP & A, 1999.
- WALLON, Henri. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- \_\_\_\_\_. Do ato ao pensamento: ensaio de psicologia comparada a Petrópolis. Vozes, 2007.
- \_\_\_\_\_. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- Psicologia e educação Abigail Alvarenga Mahoney, Laurinda Ramalho de Almeida (organizadoras) – São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- VYGOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- \_\_\_\_\_. A Formação Social da Mente. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda., 1998.
- WINNICOTT, D. W. A criança e o seu mundo. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1985.

## JOGOS E BRINCADEIRAS NA INTERVENÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

### GAMES AND PLAY IN INTERVENTION IN LEARNING DIFFICULTIES JUEGOS Y JUEGOS EN LA INTERVENCIÓN EN LAS DIFICULTADES DE APRENDIZAJE

Anieli Felix de Lima Oliveira  
anielifelix35@gmail.com

OLIVEIRA, Anieli Felix de Lima. **Jogos e brincadeiras na intervenção das dificuldades de aprendizagem.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.27, p. 48 – 63, setembro/2023. ISSN/2675 – 5203.

#### RESUMO

O presente artigo visa contribuir para compreendermos sobre a importância do psicopedagogo na educação infantil, refletindo sobre as dificuldades de aprendizagens (DA) e como os jogos e brincadeiras podem apoiar o desenvolvimento das crianças. Dessa forma mostraremos como as brincadeiras podem trazer aprendizados positivos, no que se refere ao processo de aprender para atrelar o conceito cognitivo, raciocínio lógico, linguagem, afetividade, psicomotricidade e a socialização. Partindo do supracitado, o psicopedagogo é uma parte de suma importância, para instruir e direcionar a escola, professores e pais para refletirmos sobre a prática pedagógica e como podemos transformar jogos e brincadeiras em ideia de aprendizagem diante do desenvolvimento integral da criança. Para tanto foi realizada revisão bibliográfica sobre os conceitos de aprendizagens para entendermos a fundo como se dá o desenvolvimento da criança e como essas práticas podem trazer qualidades para o processo de ensino.

**Palavras-chave:** Brincadeiras. Jogos. Psicopedagogia e Ensino-Aprendizagem.

#### SUMMARY

This article aims to contribute to understanding the importance of Educational Psychologist in early childhood education, reflecting on learning difficulties (AD) and how games and games can support children's development. In this way, we will show how games can bring positive learning, about the learning process to link the cognitive concept, logical reasoning, language, affectivity, psychomotricity, and socialization. Based on the aforementioned, the Educational Psychologist is an extremely important part, to instruct and direct the school, teachers, and parents to reflect on the pedagogical practice and how we can transform games and games into an idea of learning in the face of the integral development of the child. To this end, a bibliographic review was carried out on the concepts of learning to understand in-depth how the child's development occurs and how these practices can bring qualities to the teaching process.

**Keywords:** Play, games, Psycho-pedagogical, and Teaching-Learning.

#### RESUMEN

Este artículo pretende contribuir a comprender la importancia de los psicopedagogos en la educación infantil, reflexionando sobre las dificultades de aprendizaje (LD) y cómo los juegos y actividades pueden apoyar el desarrollo infantil. De esta manera, mostraremos cómo los juegos pueden aportar aprendizajes positivos, en términos del proceso de aprendizaje para vincular el concepto cognitivo, el razonamiento lógico, el lenguaje, la afectividad, la psicomotricidad y la socialización. En base a lo anterior, el psicopedagogo es una parte sumamente importante, para instruir y orientar a la escuela, docentes y padres de familia a reflexionar sobre la práctica pedagógica y cómo podemos transformar el juego y el juego en una idea de aprendizaje de cara a la integración integral del niño. desarrollo. Para ello se realizó una revisión bibliográfica sobre conceptos de aprendizaje para comprender en profundidad cómo se desarrollan los niños y cómo estas prácticas pueden aportar cualidades al proceso de enseñanza.

**Palabras clave:** Juegos. Juegos. Psicopedagogía y Enseñanza-Aprendizaje.

#### INTRODUÇÃO

Este artigo bibliográfico nos remete ao direcionamento para nos aprofundar sobre alguns conceitos que permita analisar e investigar a fundo a respeito, diante dessa proposta

analisaremos como os Jogos e brincadeiras são uma ferramenta simples porém eficaz, em que poderíamos transformar em um aspecto para contribuir de forma positiva na aprendizagem das crianças. Foi essa perspectiva que me motivou para a escolha do tema.

Entretanto, através de recorrentes relatos e diagnósticos a respeito do mesmo e acontecimentos que retrata indícios de grande valia a brincadeira e aos jogos, como sendo práticas que podem transformar os estudos, o passo foi pesquisar teóricos e metodologias para ampliar mais os conhecimentos de acordo com grandes pesquisadores que durante suas trajetórias tiveram a oportunidade de progredir com o ensino de forma positiva.

Durante muito tempo ouvíamos falar em jogos e brincadeiras apenas como um passatempo, mas ao longo de vivências e práticas podemos perceber que sua funcionalidade ia além de uma simples diversão. Assim, foi através desse olhar de insatisfação sobre como entenderíamos que o brincar vai muito além, que nos trouxe até essa pesquisa, da preocupação de entendermos melhor a respeito. Todavia, ao relatarmos o impacto que tem na sociedade vimos que a forma é um pouco direcionada incoerentemente, pois a comunidade no geral subentende brincadeira como faz de conta e não irá transferir no processo de ensino.

Para tanto, ao percebermos todas essas eventualidades podemos intuir que muito ainda precisa ser debatido sobre o assunto, visto que, através do mesmo podemos vivenciar grandes aprendizados de forma contínua, no desenvolvimento cognitivo, afetivo e sensorial dentre muitas outras possibilidades geradas em um brincar, mas nos levar a crer que ao longo da formação terá grandes significados para persuadir.

Contudo, o principal objetivo desse trabalho é possibilitar para o leitor um aprofundamento que reflita sobre os jogos e brincadeiras de forma positiva e grandiosa a respeito do tema como podemos nos abranger no processo de ensino e vivenciar modos que muitas das vezes não enxergamos para o aprender com a ludicidade de forma significativa.

Como o referencial teórico é extenso/escasso nos deteremos especialmente em citar os principais autores utilizados dentro da pesquisa bibliográfica – apontando de modo geral as ideias que eles defendem em relação a temática para entendermos mais claramente o que pode ser utilizado para a solução de como os jogos e brincadeiras possibilitam a aprendizagem na Educação infantil.

Com o referencial teórico escasso nos deteremos, especialmente, em Vygotsky, Sousa, Vasconcelos, Rosa, Borsa, Nicolau, Alves, Bianchin, Kishimoto. A principal ideia desses autores é trazer para o ensino uma modalidade diferenciada deixando de lado o tradicionalismo e promovendo outros meios de aprendizagem, tendo em vista que é possível trabalhar as diversas situações, mesmo seguindo essa linha de raciocínio. Esses autores falam como o psicopedagogo pode contribuir de forma significativa na vida do aluno que precisa de um olhar mais atento. Sendo assim, esse trabalho está organizado nos seguintes tópicos: 1. Introdução; 2. O psicopedagogo e suas contribuições; 3. O papel que o brincar tem na socialização; 4. A importância dos jogos nas dificuldades de aprendizagem. 5. Considerações finais.

O intuito do mesmo é compreendermos a importância do pedagogo na questão da escola, quais são seus impactos em relação aos obstáculos enfrentados na instituição, de qual maneira ele pode contribuir para ajudar não somente o aluno, mas a escola precisa ser moldada em relação a entender que é partindo do princípio que conseguirá estabelecer o ensinamento melhor para esses alunos e deixar de lado a visão de modelo tradicional. Saber e entender como é crucial

esse elo do psicopedagogo com os professores e a escola e assim obter resultados positivos na intervenção.

Como as dificuldades de aprendizagem podem ser vencidas através do lúdico, com brincadeiras que transformem toda nomenclatura, pois percebemos que ao longo do tempo a criança que apresenta alguma dificuldade de aprender tendo uma aproximação maior com o brincar e a ludicidade, esses elementos promovem conceitos favoráveis para sua aprendizagem quando estabeleçam regras de convivência com diferentes culturas, seu cognitivo e suas experiências são impostas com o passar do tempo e a mudança é reconhecida.

Desse modo, sabemos que desde o nascimento o contato de socialização é presente no contexto de uma criança e seu aprendizado a princípio é recorrente aos ensinamentos propostos, no entanto isso quer dizer que a família desempenha um fato interessante é primordial para que sua aprendizagem seja posteriormente avançada, na realidade quando essa criança cresce num ambiente que a estimula para o caminho adequado em prol do seu desenvolvimento tudo muda.

Os jogos tendem a trazer consigo diversas possibilidades de estímulo, ou seja, mostrar seus desejos e gostos, saber se posicionar em determinadas situações e quando os obstáculos e estratégias são postos em evidência. Assim, suponhamos que uma criança é inquieta ou tenha problemas de aprendizagem, podemos ter o jogo como aliado em suas diversas fases no caminho da experiência, por exemplo, o jogo com regras com o intuito de provocar a reflexão ou mesmo quando precisam organizar as regras do jogo, portanto são muitas maneiras presentes em um simples jogo que podem ser seguidas. O jogo é uma maneira de colocar o mundo como tendo uma finalidade pedagógica, sendo algo sério que pode ser trabalhado de diversas formas e pode ser utilizado para contexto pedagógico na visão de atrair de forma significativa.

## A PSICOPEDAGOGIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES

A psicopedagogia se fundamenta em entender a necessidade que leva o processo do ser humano de adquirir o conhecimento e suas dificuldades, dentre outras funcionalidades dentro da aprendizagem; sua origem foi na Europa em meados do século XIX, no entanto a ideia é de entender não só a criança, mas o círculo a qual estará introduzida. (Sousa, Vasconcelos, 2012, p. 01). Segundo sua definição propõe que o profissional procure desenvolver e descobrir características, além de robustez para o aprendizado. Todavia, essa grande função e responsabilidade de atuar na psicopedagogia, não se limita apenas no exercício escolar, mas também na parte clínica, no entanto cabe entendermos que o psicopedagogo trabalhando no institucional precisa observar sua intervenção com olhar na dificuldades que o aluno, a criança apresenta, para que possa contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem.

Entretanto, a psicopedagogia transmite e provoca uma solução para com as situações secundárias presentes e seu maior objetivo de trabalho é intervir nos problemas que instigam e causam desconforto. Nessa linha de pensamento Sousa e Vasconcelos, (2012, p.55) podemos mostrar que o psicopedagogo é diferente de qualquer outro profissional e que sua forma de trabalho não pode ser sombreada a nem um outro. É indiscutível adentrarmos a essa possibilidade, pois seu papel é essencial e não deve ser comparado a sua forma e jeito de ser. Entre outras possibilidades o olhar do mesmo reflete positivamente na vida do sujeito que precisa de um segmento para poder entender, ou seja, uma matéria, alguma dificuldade que esse

indivíduo apresenta, por isso a importância de sabermos conceituar o que desenvolve um psicopedagogo sua área é extremamente marcante. De acordo com o supracitado, o intuito é entendermos que nesse campo buscamos informações gerais de como o sujeito apresenta, quais as grandes aflições do pedagogo, da família, para adentrarmos a investigação e assim, procurar recursos, por exemplo uma criança não consegue ter concentração ou socialização, podemos elaborar algum estímulo com jogos e brincadeiras, para que a mesma venha criar vínculos afetivos e percebermos a causa de tudo que está acontecendo. Nessa reflexão ressalta Bossa (2007):

A psicopedagogia se ocupa da aprendizagem humana, que adveio de uma demanda - o problema de aprendizagem, colocado em um território pouco explorado, situado além dos limites da psicologia e da própria pedagogia – e evoluiu devido a existência de recursos, ainda que embrionários, para atender a essa demanda, constituindo-se assim, em uma prática. Como se preocupa com o problema de aprendizagem, deve ocupar-se inicialmente do processo de aprendizagem. Portanto, vemos que a psicopedagogia estuda as características da aprendizagem humana: como se apreender, como essa aprendizagem varia evolutivamente e está condicionada por vários fatores, como se produzem as alterações na aprendizagem, como reconhecê-las, tratá-las e preveni-las. (BOSSA, 2007, p. 24)

Como vimos ao longo do tempo, o psicopedagogo tornou-se um profissional significativo dentro da sociedade e posteriormente na escola e em diversos outros locais que atua, e trouxe com sua bagagem formas de lidar com as especificidades que são distintas. ROSA (2014, p.04) Dentro da instituição o mesmo realiza diversas formas para a avaliação e ambos não utilizam da mesma maneira de estratégias, logo são individualmente caracterizados, pois tudo remete e vai além das salas da escola, é uma investigação total desde seus primeiros passos de vida, os detalhes trazem grandes informações para termos intervenções que contribuam positivamente, tendo em vista que a sua função é investigação em todas as partes que o circula, família e escola, é perceptível que o psicopedagogo use de melhor forma o recurso pedagógico, interlocuções, provas, definições, jogos que descubram distinguir adversidades de aquisição para que haja máximos efeitos.

Soares (2012, p. 05) Quando uma escola não procura ter a vivência de saber lidar com o outro, com o diferente, se perpetua na mesmice com grandes dificuldades entre saber lidar com o aluno, dessa forma o professor presta queixa, mas não procura entender, e dentro de uma escola é preciso estabelecer essa preocupação, porque o grande fato de percebermos que o psicopedagogo não está em uma sala com brinquedos e desenhos aleatórios são recursos cruciais, seguindo esse argumento percebemos que algumas instituições se perpetuam em viver na mesmice, de não evoluir, de entender que a educação não se fundamenta sempre com o mesmo exercício, e essa área que foi crescendo, mostra a grande diversificação que a escola tem perante o aluno.

As queixas dos professores são grandiosas em face dos alunos que apresentam um grau de dificuldade ou comportamento diferente, quando insere com seus colegas, na vivência de brincadeiras não sabem se associarem, quando vão realizar suas atividades, dentro dessa visão o psicopedagogo entra para vivenciar justamente com o professor e família. O contexto geral mostra esses problemas presentes que podem estar enfraquecendo e retrocedendo, não é deixar o aluno de lado e posteriormente colocar na mente que não tem jeito, é buscar o melhor do

sujeito, o psicopedagogo tem uma visão de zelar na questão do indivíduo de entender mais fundo o processo.

Rosa (2014), A escola precisa desempenhar essa importância, o controle dos acontecimentos e entender que dentro de todos esses conceitos não é de hipótese alguma um reforço, é ser mais abrangente com os pais, professores, promover reuniões esclarecedoras e ter uma visão além, e mostrar na prática que sua escola está vivenciando e compartilhando as angústias, percebendo que o aluno vai para o psicopedagogo para procurar soluções de como lidar com os fatos apresentados e os demais envolvidos para que tudo isso aconteça estabeleça o equilíbrio, pois se nada disso for desenvolvido não teremos uma escola democrática que procura melhorias para seu alunado. ROSA, (2014, p.08).

No entanto, para que todo o acompanhamento seja feito é preciso que as discussões sejam colocadas em dia, sanado esse problema é possível concentrar no trabalhar com as crianças que tenham problemas dificuldades de aprendizagem, sendo crucial que todos os envolvidos e segmentos desde da família que é substancial no convívio e a relação professor que passa a maior parte com o aluno, sabendo como se adapta em sala seu progresso e a comunidade escolar reflete para ter as observações estabelecidas. Vimos que são posteriormente muitas informações para que tudo ocorra e que seja de fato sua contribuição estabelecida.

Paterra e Rodrigues (2014, p. 03) Este estímulo de como saber lidar com os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, na situação de contribuir e não querer distinguir o motivo pelo qual não aprende há muitos relatos que transmite ao aluno não aprende por diversos fatores, porque não quer, é preguiçoso, não se relaciona com as atividades propostas, sendo que o indivíduo atua desse modo por vários motivos. Paterra e Rodrigues (2014, p.04) o que cabe ao professor é entendê-lo, pontuando sobre quais motivos o leva a ter essa vivência na sala de aula; uns dos fatores que causam esse impacto é o professor não procurar saber os motivos daquele comportamento, sem motivação e um raciocínio avançado de entendimento, apenas deixar o mesmo na sua zona de conforto e meramente falar eu o alunado é agressivo e não sabe lidar com essas características entre outros argumentos. A visão do professor tem que ir além do quadro e procurar motivação onde não há para entender que todos precisam estar inseridos.

Bossa (2009) afirma que:

Em um mundo cada vez tecnológicos os alunos apresentam grandes dificuldades de concentração, pais que desde pequenos não sabem o que é dar limites aos seus filhos no acesso à internet se alimentam assistindo televisão, dormem teclando; esse é o reflexo e o espelho que muitos têm sem limitações alguma e quando são estabelecidos a realizar as tarefas é aí que os pais compactuam na negatividade que não conseguem ter concentração no que está realizando, são atitudes dos pais que não mostram os devidos termos, e sendo causadas pelo formato de não apreenderem por não serem estimuladas a saberem que tudo tem sua hora, sendo, dessa forma, os responsáveis por essa má formação de indivíduo com costumes que diante da sociedade e quando são procurados pelos psicopedagogos apresentam um perfil diferentemente dos seus filhos. (BOSSA, 2009, p. 20).

Para tantos argumentos presentes em relação como podemos dar melhorias para aprendizagem Masini, (2006, p. 09) essa formação do profissional da psicopedagogia em promover qualidade do formato como anda a aprendizagem tem grandes princípios. Assim como antigamente não havia todos esses avanços e possibilidades, hoje temos a chance de mudar todo o cenário, pois grandes foram os desafios, obstáculos para chegar nessa evolução e

alcançamos, segundo o mesmo conseguimos mudar o formato que os professores tendem a pensar sobre as dificuldades, e os alunos, escola a comunidade em geral.

O sentido de tudo é determinado com o olhar do psicopedagogo esse que se faz presente em todo o campo na relação para ser contribuinte, em aspectos a criança, seu modo de se relacionar com outro, com a família, o jovem seus empecilho e angústias que muitas vezes contribuem para o fracasso escolar. Vercelli, 2012, p. 06) Dentre os argumentos presentes percebemos que o trabalho árduo do psicopedagogo institucional é um referencial capaz de colaborar, nas fases presentes dentro de uma escola, com os demais profissionais; o que não está dando certo para obter melhorias, pois vimos que mediante o propósito é focar no que não está sendo proveitoso, por exemplo, fazer projetos pode ser um grande fator contribuinte na colaboração no que não está sendo proveitoso.

Ao longo de pesquisas foi pontuado que os distúrbios que uma criança possa ter; para tanto antes que o aluno passe ser acompanhado é necessário avaliar com todos os procedimentos com bastante cautela se realmente o caso é pertinente; pois os casos são levados para atendimentos especificados, como psicólogos e psicopedagogos, sem ter algo aparente, isso transmite para o aluno incerteza e sua autoestima pode ser abalada, por isso é muito cauteloso o processo, assim, a instituição e os professores precisam estar atentos para transferir para o psicopedagogo os atendimentos para não dificultar o ensino. Nesse sentido, Bossa, (2009, p.12) alega que esses problemas enfrentados em uma escola pertencente ao aluno e uma situação que requer sabedoria para conduzi-la, não adianta resolvê-los, sendo que a raiz da dificuldade não foi primeiramente investigada para sabermos a real solução.

Essas identificações necessitam de uma intervenção especializada, para ele aprender envolve muitos aspectos, como: pensamento, percepção, memória e seu estado emocional; mostrando que o estudo vai além de uma sala de aula com materiais didáticos aplicados meramente para ensinar; sentar-se em uma cadeira e escrever todos os conteúdos apresentados não significa ter produtividade e não haver ensino preciso. Diante de um assistir extensivo, no planejamento com crianças dentre outros, porquanto, como miramos o cérebro entra como sempre como elo momentos ao aluno que apresenta posteriormente alguma dificuldade, mas para que isso seja erguido e pontuado como realmente é precisa-se impelir com um cuidado diferencial dentro mesmo da sala de aula juntamente com o professor para saber se realmente existe essa adversidade ou se esse aluno se sente excluído por ser quieto, a uma diferenciação entre os argumentos para não ser confundido com algum obstáculo.

Bossa (2009, p.17) Apesar disso, incitar o intelectual da criança que possa ter uma vivência que a permita entender se envolver de maneira coerente na aquisição dos materiais a obter a ludicidade para que haja entre os alunos essa parceria e não trabalhar, posteriormente, individualmente saber lidar com as especificidades e entender as maneiras que cogitam para cada um. Claro que vai ter casos que precisam ser acompanhados e outros não.

Pontes (2010, p. 02) De acordo com suas alegações, o psicopedagogo contribui, porém, vale lembrar, pois sistematicamente é confundido com um solucionador de problemas de todas as partes, conjuntura da escola, direção, comportamento, evasão. Para tanto, o mesmo não chega em uma instituição com todas as respostas e soluções prontas, isso irá acontecer com a parceria em trabalho da equipe.

Esse prazer em ensinar é recíproco em todo o parâmetro e o tradicionalismo, seja moldado para que haja a transformação do jeito de ensinar, contudo a psicopedagogia entra com

bagagem de contribuidor trazer inspirações para o aluno não desanimar e querer ter uma mudança saber que precisa de ajuda a mais, e conseqüentemente aprender que é capaz de ultrapassar seus próprios limites; o engajamento do profissional com finalidade que tudo ocorra devidamente, saber lidar com as diferenças e procurar métodos bem elaborados para encontrar soluções. Pontes, (2010, p. 03) No momento que o trabalhador capacitado entra em uma escola pode encontrar e, portanto, ter que enfrentar um cenário com aparência bem apresentável, mas que quando olhamos profundamente necessita de melhorias e organizações.

Tudo é essencial para se merecer a educação e o formato como lidar com as circunstâncias precisa ser levada em consideração, por exemplo, quando uma escola apresenta diretores desestimulados que refletem, por permanecerem com o mesmo pensamento e professores que sentem cansados e “ensinar por ensinar”. Conseqüentemente, a cultura a princípio não irá existir. O passo para que tudo possa percorrer e entrar nos eixos adequadamente é fazer uma visão geral o psicopedagogo da instituição e tomar ciência sobre o projeto político pedagógico (PPP) que é o início, a base dentro e sua visão sistemática, para mudar a velha história é interessante que todos sejam participativo com a organização para entendermos como tudo vai acontecer. Pontes (2010, p.06) Assim, a investigação é um instrumento que o psicopedagogo tem para atuar na instituição “é um assunto bem adequado faz-se considerar.

Pontes (2010, p.10) O referencial de um psicopedagogo tem que ser totalmente especializado, saber sobre a vida de uma criança, aluno é diferentemente particular, gostos, costumes, modo de viver, famílias com extrema pobreza ou sem nenhum estudo, são muitas realidades e estas se sentem vulneráveis. Pontes, (2010) Não há receitas prontas para tudo, o importante é buscá-las e procurar também o encanto e entender as dificuldades de aprendizagem que podem ser reconhecidas com o pedagogo juntamente com o psicopedagogo fato que agregará na atuação psicopedagógica, isso existe quando parte do ouvir, do propor o saber, a criatividade e perseverança são os principais elementos e como vimos é uma árdua realidade que precisa ser alcançada para melhoria do ensino e o aprender de todos envolvidos na trajetória que foi iniciada na rotina dia após dia, com esforços tendem entender e assim criar laços saudáveis.

## **O PAPEL QUE O BRINCAR TEM NA SOCIALIZAÇÃO**

A criança desde do seu nascimento necessita de apoio, no entanto a necessidade de uma ligação, contribui para vida e sua identidade vai sendo adquirida, o modo de aprendizagem no qual pertence ao mundo, todas as características que permeiam a sociedade ressalta: Bossa, (2007, p. 02) Quando uma criança nasce perpetua em um grupo social, por que a necessidades do cotidiano é ligada aos outros, estão inseridos a viverem em sociedade.

O grupo social é um espelho para o desenvolvimento do ser humano, além da sobrevivência adquire cultura, ética, o saber lidar com os desafios. Bossa, (2007) A cultura transmitida permite envolver os valores, normas, costumes, atribuição; o ensino da linguagem e as habilidades. Os principais agentes transmissores dos valores são os pais, a socialização é uma interação da criança e seu meio, o resultado exposto depende de cada característica da criança.

Borsa (2007), instiga que a socialização dispõe de três caminhos: os processos do intelecto, a socialização e efetividade na qual argumenta que o intelecto é a parte fragmentada e importante para a base dos conhecimentos, valores, como a aprendizagem, a linguagem e aquisição dos conhecimentos e a afetividade tem uma demanda importante no desenvolvimento social da criança atribuída a empatia. Objetivo considerado importante para a socialização, é considerável e equivale na aprendizagem do errado e certo, ou seja que vivenciem todos esses valores morais que regem uma sociedade. Esses processos de interiorização favorecem o controle do mecanismo do desenvolvimento. Assim, todo modo contribuirá para o decorrer da aprendizagem, regras e compreensão da moral através do seu estágio e eventualidade das atitudes que compõem o sujeito no grupo social.

Ao longo dos anos, a brincadeira se tornou um tema de pesquisa por apresentar uma influência no desenvolvimento da aprendizagem e socialização pelo fato de conseguir uma grande motivação e influência na socialização. Entretanto, a brincadeira desempenhou uma significação, uma importância a respeito da socialização e interação entre os seres humanos, assim como outros aspectos. Brincar remete criar possibilidades de reinventar, e agregado ao indivíduo traz pontos que o transformam, quando vimos uma criança brincando manuseando tais objetos percebemos seus movimentos que causam transparência. O ato de brincar provoca uma dimensão de valores para a criança, sua capacidade de comunicar em que tentam compreender o mundo, e esses fatores são influenciados pelo brincar, conforme diz Wajskop (2009):

É, portanto, na situação de brincar que as crianças se podem colocar desafios e questões além de seu comportamento diário, levando 6 hipóteses na tentativa de compreender os problemas que lhes são propostos pelas pessoas e pela realidade com a qual interagem. Quando brincam, ao mesmo tempo em que desenvolvem sua imaginação, as crianças podem construir relações reais entre elas e elaborar regras de organização e convivência. Concomitantemente a esse processo, ao reiterar em situações de sua realidade, modificando de acordo com suas necessidades. (WAJSKOP, 2009, p. 23)

Portanto, a brincadeira é interpretada como algo que traz consigo estilo de vida, voltada para entender que o ser humano necessita desde do seu nascimento das relações da sociedade, partindo disso a colaboração do brincar é evidentemente eficaz. Dito isso, acreditamos na brincadeira como um meio estratégico que transforma o aluno/indivíduo no receptor e transmissor em demonstrar como essa atividade que para muitos se tornam simbólica é crucial na perspectiva de explorar o que a criança tem de melhor na relação no meio em que vive ou quando estiver sendo vivenciada com outras. O lúdico prova grandes benefícios no corpo do ser humano.

Ao analisar é possível conhecer que o brincar tem se tornado fundamental para contribuir na vivência da criança em aspectos relacionados à realidade da vida. A infância é a fase inicial para construção do conhecimento é nela que as descobertas surgem, o desenvolvimento se constrói, a fase do lúdico propõe seu cognitivo, a linguagem, cultura, a associação do mundo e socialização entre pessoas, de acordo com Oliveira e Soares (2008):

A importância da ludicidade para as crianças de qualquer cultura se dá pelo fato de que a infância é o momento em que se inaugura o processo de socialização na vida do indivíduo, devendo permanecer este processo ao longo de toda a sua vida. Mas é no

primeiro momento, na infância, que a socialização aparece em seu furor. E esta socialização infantil se utiliza especialmente do ludismo para garantir a sua efetivação. (OLIVEIRA, SOARES, 2008, p 01).

A importância do brincar é tão presente dentro do contexto educativo e social junto à cultura que ao longo do tempo percebemos a influência da brincadeira como sendo essencial e não mais atribuindo o brincar sem nenhum propósito, é pontuada como influência na construção da identidade do convívio entre pessoas e reconhecê-las em suas relações dialéticas dentro do mundo.

Portanto, a criança que brinca bem, que participa dos processos simbólicos tende a ser mais ágil, o sensorial ajuda desenvolver os sentidos, na brincadeira, o sentido da audição é essencial e desenvolve o raciocínio. O motor exige a participação de todo o corpo, mas depende principalmente dos músculos, tudo influencia no desenvolvimento, como pode ser visto nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998):

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos. No processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem idéias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação. (RCNEI, 1998 p. 21)

Dessa forma, as crianças aprendem com os colegas, vivenciam, trocam gostos, sentimentos e lidam com adversidades, esse gosto de brincar é típico deles, mas temos que ter consciência que não são quaisquer brincadeiras, e entender sua conexão que vai além. Nessa mesma discussão, Nicolau (2000, p.03), nos adverte que o brinquedo é um grande influenciador na questão do conhecimento da aprendizagem, o toque dos objetos em uso para estímulo da aprendizagem vivenciada gradativamente. Entende-se que o ser humano precisa socializar com os demais para saber a cultura, o modo de viver, saber dividir brinquedos partindo do contexto das crianças. Essa troca é primordial.

A brincadeira é fonte inexplicável, pois remete tantas possibilidades, imaginação de algo que não se vê, dentre o mesmo os pais desde pequenos estabelecem o primeiro contato para socialização, por isso o segmento vai atribuindo para se fazer presente na vida social. Quando uma criança está brincando podemos conduzir sua brincadeira pondo regras falando o que pode e o que não, perguntar seus sentimentos, se compreende o formato, instigar a conversar, entender como conduzir seu corpo,

No período da socialização pesquisas feitas apresentam algumas características próprias de cada faixa etária; crianças a partir de 01 a 02 anos brincam somente com o brinquedo como fonte de inspiração; autora acrescenta que essas fases são importantes, é o tempo de descoberta, também é um momento de aprendizagem, manusear é criativo e traz o primeiro impacto, depois entre os 03 anos tudo vai modificando, as brincadeiras se tornam interativas e tudo ganha mais

sentido, as perguntas sobre como foi feito o brinquedo, qual sua cor, essas perguntas são ótimas para estimular o cognitivo, e a interação social.

Nesse sentido, Carvalho, Alves, Gomes (2005, p. 02), colocam que a brincadeira é uma ferramenta determinante para a socialização, esses autores compreendem essas atividades como uma maneira de terem autonomia em si próprios. Essa avaliação do brincar para a aprendizagem é percebida quando o aluno sabe se expressar de forma educativa distribuindo sua maneira de pensar, agregando em alguma dificuldade de aprendizagem de convívio com colegas, de socializar na hora do intervalo, com a professora, pois muitos alunos se sentem presos, muito em função de viverem em local vulnerável.

Portanto, a socialização depende segundo o mesmo de interação e convívio, para se ter grandes avanços no seu desenvolvimento entre aprender e socializar.

Cadorin, Morandini (2014, p. 04), A brincadeira defendida entre eles como um recurso pedagógico dirigido para garantia do bem-estar e desenvolvimento, preparando sem ao menos entender para a aprendizagem.

Aqui, a ludicidade traz grandes desempenhos, pois relaxa e possibilita enfrentar barreiras e vale entender que o lúdico não é apenas para promover momentos prazerosos, mas ter aprendizes, desenvolvê-la; entretanto, esse recurso didático propicia atribuir nos aspectos da aprendizagem, fuge do modo tradicional. Em todos tempos da existência do ser humano somos envolvidos com brincadeiras que acarretam o desenvolvimento pessoal, entender a relação do mundo, a forma de comunicar, expressão e o raciocínio lógico, essas possibilidades importantes que criam um ser pensante e transformador.

Posto isso, Cadorin, Morandini (2014, p. 06), fala que em uma brincadeira introduzida com várias pessoas como correr, contar histórias, explicar a exploração do brincar é base, e brincadeiras com regras de decisões levam ao longo do tempo a prenderem ser crianças decisivas com argumentações, a terem equilíbrio, entender o colega, saber ouvir. Outro exemplo são as brincadeiras de contagem, se os mesmos não apresentam essa habilidade/desenvoltura ficam perdidos no brincar, por isso que a brincadeira vai além de uma hora ou mais de diversão, é o momento de explorarem o que aprenderam. Nessa toada, Kishimoto (1998, p.20), compreende a brincadeira, sendo introduzida no modo individual de cada ser humano e toda a interação precisamente é ele mesmo que constrói; essa criança age da forma da significação e ações que os objetos apresentam.

Portanto, segundo Oliveira, Sousa (2008, p.05), a brincadeira provoca a socialização de forma objetiva e traz consigo uma ação independentemente da idade, por isso o brincar é com tudo um diferencial que remete a realidade externa ou compartilhada. Então brincar é uma expressão de criatividade que transforma. Para os mesmos Oliveira, Sousa (2008, p. 08), entende que o brinquedo e brincadeira são formas essenciais que foram encontradas para adquirir a socialização; cultura compartilhada, esses caminhos seguem representações significantes na idealização; a espontaneidade da criança é o diferencial para entender o mundo social.

Oliveira, Sousa (2008 p. 09), afirma quando a criança brinca com expressões representativas como imitação; algo é possível ser adquirido pelo adulto na questão da representatividade, o modo de agir é real ou até mesmo na situação do trabalho vivenciado no ato de brincar é uma forma de representar o contexto que estão inseridos e essas características remetem a realidade da vida no vínculo que está inserido.

Levando em consideração tudo que foi observado, a criança que tem dificuldade de socializar com os colegas seja na escola ou em casa, muitas vezes prefere brincar sozinha é remetido por algumas causas e o brinquedo acaba sendo um diferencial para a descoberta de algo que poderá atrapalhar futuramente o sujeito, pois crianças através de interação conseguem se expressar melhor.

Então, a brincadeira sendo bem trabalhada e desenvolvida na vida do ser humano, faz uma grande modificação em que crianças que apresentam dificuldades de comunicação; o brincar sendo bastante instruído, nos dar oportunidade de trabalhar para entender como anda e como processa o meio social do indivíduo que por alguma razão, não socializa.

Carvalho, Alves, Gomes (2005, p. 08), entende que o brincar libera os movimentos do corpo sabendo conduzi-lo no correr; o raciocínio também permanece muito presente no envolvimento do sujeito, a recreação dentro do contexto escolar é o local, o momento de perceber como brincar é simbolizado na vida da criança tendo em vista o jeito o comportamento os desejos a expressão.

Brincar vai além de uma hora de diversão é um momento segundo os autores de atividades naturais, que constrói e resolve valores, sendo uma das primeiras fases de uma aprendizagem, onde existe limites entre outros, é um mecanismo da interação e socialização pelo brincar, aprende se descobrir nas dificuldades de aprendizagem e possibilita a atenção; comportamento estabelecido que evidencia a aprendizagem. Carvalho, Alves, Gomes (2005, p. 09).

## **A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS NAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA**

Todavia, o jogo é uma ferramenta de uso importante, a origem da palavra, segundo Alves, Bianchin (2010, p. 03), vem do vocabulário latino *ludus*, no qual introduz a criança um material, em prol de assimilação às realidades do intelecto. Sem esse meio a criança permanece igual. Com esses fatos destacados torna-se visível que o jogo dentre seus vários lados pode caracterizar e ajudar no ensino e as dificuldades presentes. Quando uma criança inicia na vida, em seu desenvolvimento o ambiente produz grandes mudanças e os jogos, nesse contexto representado, contribui no estímulo de querer estudar.

Tendo em consideração que o jogo ajuda de maneira adequada quando entram, por exemplo, na fase de dificuldades e descobertas. O jogo é um grande aliado para descobrir o que está passando e quais são esses motivos. Na educação a estimulação, diz Alves, é crucial. Assim, o jogo contribui com a relação psicomotora da criança, pois quando estão jogando percebemos movimentos, gestos, atitudes que nos ajuda a entendermos; na forma de avaliação reflete pontos importantes para serem trabalhados; o jogo o jogo ajuda desde o início da descoberta do mundo ao modelo da aprendizagem e suas dificuldades.

Na medida que a criança está jogando podem expor os desafios para ela resolver, criam hipóteses e problemas colocados tendo a solução. O jogo não é somente uma forma de se divertir, são possibilidades que transformam e exploram a espontaneidade e criatividade de cada um, a experimentação entre o mundo externo e interno. Entretanto, DELL'AGLI (2002, p. 31) argumenta o valor do jogo no respeito à educação atual que verifica o peso na relação da tradição de ferramenta do papel, o mesmo fala que o uso dos jogos não é algo novo e várias

pesquisas levam esclarecimentos sobre a qualidade do jogo para aprendizagem. Desse modo, o Jogo assume perspectivas histórica, antropológica e psicopedagógica e tem significação valores conforme o contexto social em que está inserido, possibilitando entender como eram trabalhados os jogos e refletir sobre a situação atual. Além de afirmar que cada tempo histórico é disseminado em uma hierarquia modificada ao longo do tempo em intermédio das relações que direcionam a construção e concepção de aprendizagem.

O jogo se fundamenta em alguma função básica com a dificuldade de concentração, o desinteresse nos estudos, possivelmente ocasionados por fatos que precisam ser investigados. Segundo Kishimoto (2017, p. 06), antes da revolução romântica o jogo era caracterizado de três formas: recreação, momento que a criança ficava livre para brincar sem nenhum direcionamento, em seguida como uso dos jogos para os conteúdos escolares e o terceiro para ter o diagnóstico infantil, para ajudar o ensino e as necessidades infantis. O mesmo ressalta Vygotsky (1998, p.12) que remete em sua fala os jogos dentro de uma perspectiva que desempenha dentro de uma criança, sensações transformadoras, e os jogos são representados pelas expressões que antes os adultos desenvolveram. O jogo que uma criança brinca é a formação de uma nova realidade que está sendo construída através desses símbolos.

Vygotsky (1979, p. 138), acrescenta que quando a criança está em um determinado jogo o ensino e suas qualidades humanas lhe conduz e atinge níveis de desenvolvimento. O mesmo nos permite saber lidar com a fantasia e magia da brincadeira, o que pode estabelecer e pontuar situações entre o real e imaginário. Dentro dessa visão, o sujeito age na forma que percebe o mundo por assimilação e associação. “No brincar, embora muitos jogos reportem-se ao ambiente familiar e a espaços profissionais aparece uma diversidade de atividades humana e se correspondentes personagens”. (GÓES E LOPES, 2004, p.14).

A psicopedagogia na sua intervenção com os jogos traz consigo o modo de aprendizagem significativa e tem em seu currículo um caráter interdisciplinar, Góes e o jogo foi bastante discutido para ser atuado como um processo de intervenção de dificuldades de aprendizagem e os jogos simbólicos tornam-se efetivos e capazes de contribuir com as peculiaridades e compreender o meio na qual vivem. Góes e Lopes (2004).

Mas para realizar essas intervenções no caminho para saber como está essa dificuldade de aprendizagem, tem que ter cautela para não deixar sem sentido e apresentar o jogo sendo apenas um uso instrumental. Góes e Lopes (2004), Essa intervenção do profissional, o psicopedagogo, tem como foco a problematização de conhecimento e pontuar situações que precisam ser melhoradas para solucionar. Portanto, o trabalho do psicopedagogo, o modo que será desenvolvido pode ser de duas formas: se for de formato clínico terá seus próprios objetos para o uso da intervenção das aprendizagens no qual disponibilizará sua criatividade para ter o máximo de informação, durante suas sessões de atendimento.

No âmbito institucional, o psicopedagogo pode ajudar a escola na compra dos materiais e realizar um trabalho com os demais profissionais deixando claro a importância dessa vivência simbólica dos diversos tipos de jogos para o desenvolvimento infantil. Segundo os autores, o psicopedagogo propõe que a instituição analise os materiais necessários que possibilitem transmitir para a criança que vai ser trabalhada um conhecimento elevado dentro da comunicação com os jogos Leal, Luz (2006).

Na visão de GOMES (2000), o jogo é utilizado como um contexto pedagógico e psicopedagógico para atividades de diagnóstico e pela intervenção, tendo como base promover

por meio da sua contribuição o desenvolvimento e aprendizagem. A mesma defende a utilização desse recurso como diagnóstico com mais engajamento do aluno ou em um atendimento. O jogo traz situações privilegiadas que a longo prazo muda a dificuldade que o encontrava.

O jogo é algo sério que pode ser trabalhado de diversas formas, quando uma criança apresenta alguma dificuldade de aprendizagem é possível o jogo trilhar um novo segmento na vida do sujeito com algumas técnicas valiosas, por exemplo, a estimulação dos brinquedos educativos que darão sentido a essa nova realidade, como ressalta:

Além de uma necessidade humana, os jogos e atividades lúdicas possuem grande relevância no ensino-aprendizagem. Isto promove situações em que o educando ligue o conteúdo com algo prazeroso, favorecendo a relação entre o conteúdo trabalhado e o seu cotidiano, assim as atividades lúdicas incentivam e motivam os alunos revelando-se como uma importante ferramenta pedagógica. A estimulação, a variedade, o interesse, a concentração e a motivação são igualmente proporcionados pela situação lúdica... (MOYLES, 2002, p.21).

Portanto, quando uma criança transmite em seu estado de convivência humana algo diferente do normal é recorrido à várias situações uma característica que podemos citar e a falta de desinteresse nos estudos, ou algo que não está sendo trabalhado de maneira correta, pois o fracasso escolar depende de grupos, grupos esses constituídos por família, pelo fato de apresentarem desestruturação, o que acaba afetando o aprender. Outro ponto que pode ser destacado é a falta de atenção diante desses episódios, prejudicial à aprendizagem, por esses fatores o jogo é um instrumento que aperfeiçoa e abre caminho para o saber se expressar da melhor maneira.

O jogo ao longo de todo tempo foi entendido como brincadeira remota sem grandes significados e sem direcionamentos objetos que ocupam o tempo, dentro da psicopedagogia vivenciamos grandes desafios expostos ao guiar os jogos como instrumentos das dificuldades de aprendizagem. A longo prazo foi percebido, que com regras estimuladas, o cenário do simples brinquedo/jogo mudaria de cena, pois a estimulação agregou que poderia perceber quais os motivos que essa criança não poderia está aprendendo e notou-se que fazia sentido o brinquedo na intervenção enxergando várias formas e possibilidades de utilizá-lo como entender o outro, por exemplo, mas claro tudo rigidamente sendo guiado e com cautela para percebermos o jogo como fonte da descoberta de dificuldades enfrentadas e promovendo soluções.

Esses jogos educativos tem uma finalidade pedagógica como vimos, pois jogando eles aumentam a concentração e motivação. O indivíduo provoca sensações agradáveis em si e no outro segundo Moura (1991):

Jogo é uma palavra, uma maneira de expressar o mundo e, portanto, de interpretá-lo. Precisamos reconhecer que estamos tratando de uma concepção complexa na medida em que em torno de um nó de significações, giram valores bem diferentes: a noção aberta a interpretações e, sobretudo, a novas possibilidades de análise. Pode-se descobrir um paradigma dominante em torno da oposição ao trabalho, mas também potencialidades diversas conforme se favoreça essa ou aquela direção de seu desenvolvimento. (Moura, 1991, p. 24)

Assim, é convicto afirmar que o jogo é um símbolo de aprendizado que ao longo do tempo fez/faz presente trazendo consigo várias possibilidades de se reinventar, no entanto o que se precisa é criar vínculos fortalecedores e mudar o ensino tradicional, buscando soluções com

jogos para abordagem de dificuldades, pois é uma liberdade que transforma o ser humano. Como vimos é comprovado que o jogo ajuda no desenvolvimento psicológico, pois a partir do momento que a criança joga livremente podemos perceber algumas características como sentimentos, ideias, organização, desorganização, por esses fatos que o jogo desempenha o papel psicomotor, são variáveis as formas que o jogo possibilita os processos mentais.

Nesse sentido, a imaginação dentro de um jogo é um aprendizado, porque o exercício da mente é instruído como podemos citar quando a criança está em um jogo e provoca sensações de algo imaginário que não está presente, porém pensam em algo que poderia ser como uma paisagem, brinquedos e estratégias são inúmeras possibilidades. Logo, o jogo é o melhor caminho para uma criança mostrar seus desejos e gostos, para conhecê-la é uma ferramenta ideal. O jogo apresenta o conhecimento social e físico com a colocação de obstáculos e problemas podemos avaliar diversas situações que a criança mostra, dentro desse contexto suas reflexões.

Um outro exemplo que podemos mostrar é quando a criança apresenta um grau de comportamento diferente dos demais, logo alguns tiram uma certa conclusão que a possível causa desta não apresentar aprendizagem significativa e não está fluindo, pelo fato do comportamento, mas logo o jogo nos mostra uma relação diferente entre esses dois assuntos. Quando essa criança joga pode apresentar a sua aprendizagem significativamente, pois a uma diferenciação entre os dois, seu comportamento pode ser pela busca de querer a atenção, provocar, expressar algo e através do jogo é possível adquirir/perceber todos esses acontecimentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, diante de tudo que foi exposto podemos perceber o quão é importante a psicopedagogia para as dificuldades de aprendizagem, percebemos que transmite e procura soluções. Seu maior objetivo de trabalho é mostrar que o empecilho de aprender pode obter uma solução, mas para que tudo seja efetivamente expressivo é necessário que todos dentro de uma instituição sejam capazes de colaborar para que tudo ocorra, por isso seu papel é essencial, pois reflete positivamente na vida do sujeito que precisa de algo a mais, de suporte para poder entender uma matéria em que apresenta alguma dificuldade.

E quando falamos no brincar como meio de intervenção vimos que com a brincadeira direcionada é possível trazer melhorias e transformações para tudo, ou seja, é através da brincadeira que socializa aprende a entender o outro trocar experiências, por meio da interação, os valores, costumes são percebidos, a brincadeira direcionada busca encontrar soluções com algo que está impedindo o seu desenvolvimento, por esses fatos é eminente afirmar que a brincadeira dentro da socialização provoca uma dimensão de valores para a criança, sua capacidade de comunicar, elas tentam compreender o mundo e esses fatores são caracterizados pelo brincar. Essa atividade além de instigar a diversão proporciona adquirir a identidade e autonomia.

Dentro desses aspectos, os jogos se apresentam como um recurso muito usado para entender e descobrir possíveis causas de dificuldades na medida que estar jogando acaba por expor desafios, como resolver hipóteses e problemas. Entretanto, o jogo não é uma forma de

hora de descanso e sim um fator que explora a criatividade, seu cognitivo e sendo dirigido podemos perceber atos que o leva a entender.

Dessa forma, os resultados foram alcançados, pois mediante tudo que foi mencionado a criança sem ao menos perceber aprende com o outro de forma expressiva o que é de mais impactante; é como os jogos são essenciais no olhar pedagógico, na qual minhas principais aprendizagens foram atribuídas em avaliar como está sendo direcionado o brincar e os jogos, sendo assim teremos um elo entre ambos. E os resultados alcançados e pelo fato de saber que a diversão pode estabelecer vínculos e mudanças internas e externas na vida do ser humano sem ao menos perceber essa magia é que faz superar os limites.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Luciana; BIANCHIN, Maysa Alahmar. O jogo como recurso de aprendizagem. *Revista Psicopedagogia*, v. 27, n. 83, p. 282-287, 2010.
- BORSA, Juliane Callegaro. O papel da escola no processo de socialização infantil. *Psicologia. com. pt: o portal dos psicólogos*. Recuperado de [www.psicologia.pt/artigos/textos](http://www.psicologia.pt/artigos/textos) A, v. 351, 2007.
- BOSSA, Nadia A. Dificuldades de aprendizagem: O que são? Como tratá-las?. Artmed Editora, 2009
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CADORIN, Caroline Tonin; MORANDINI, Luciana Pandolfi. prática da ludicidade. *Revista de Educação do IDEAU*, v.
- CARVALHO, Alysso Massote; ALVES, Maria Michelle Fernandes; GOMES, Priscila de Lara Domingues. Brincar e educação: concepções e possibilidades. *Psicologia em estudo*, v. 10, n. 2, p. 217-226, 2005.
- DE SOUSA, EDILMA FERREIRA; VASCONCELOS, TATIANA CRISTINA. O papel do
- DELL'AGLI, Betânia Alves Veiga et al. O jogo de regras como um recurso diagnóstico psicopedagógico. 2002.
- FALKEMBACH, Gilse A. Morgental. O lúdico e os jogos educacionais. CINTED- Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação, UFRGS. Disponível em, 2006.
- GOMES, Maria Aparecida Mezzalira; BORUCHOVITCH, Evely. Desempenho no jogo, estratégias de aprendizagem e compreensão na leitura. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 21, n. 3, p. 319-326, 2005.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo, Cortez, 1997
- KISHIMOTO, Tizuko M. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. Cortez editora, 2017.
- LEAL, Gisele; LUZ, Mariana Megale. A Intervenção Psicopedagógica em Crianças Pré-Escolares Através do Jogo do Faz de Conta. Monografia. Universidade Católica de Campinas. Recuperado em, v. 16, 2006.
- MASINI, Elcie F. Salzano. Formação profissional em Psicopedagogia: embates e desafios. *Revista Psicopedagogia*, v. 23, n. 72, p. 248-259, 2006.
- MOYLES, brincar? O papel do brincar na educação infantil. 2002. p. 199-199.
- NICOLAU, Marieta Lúcia Machado. Escolarização e socialização na educação infantil. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, v. 22, p. 119-125, 2000.
- OLIVEIRA, Leide; SOUSA, Emilene. Brincar para comunicar: A ludicidade como forma de socialização das crianças. Sociedade brasileira de estudos interdisciplinares da comunicação, 2008.
- PATERRA, Marcos Tadeu Garcia; RODRIGUES, Silvestre Coelho. Atuação do psicopedagogo nos diversos e complexos contextos de dificuldades de aprendizagem nas instituições escolares. *Educação, Gestão e Sociedade*, v. 4, n. 14, p. 2-10, 2014
- PONTES, Idalina Amélia Mota. Atuação psicopedagógica no contexto escolar: manipulação, não; contribuição, sim. *Revista Psicopedagogia*, v. 27, n. 84, p. 417- 427, 2010.
- psicopedagogo no contexto atual. *Revista Brasileira de Educação e Saúde*, v. 2, n. 1, p. 53-58, 2012.
- ROSA, Alice Conceição. A Necessidade de um Psicopedagogo na escola. *Cadernos da FUCAMP*, v. 13, n. 19, 2014.
- VERCELLI, Ligia de Carvalho Abões. O trabalho do psicopedagogo institucional. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 12, n. 139, p. 71-76, 2012.
- VYGOTSKY, L.S. Pensamento e Linguagem. Tradução de M. Resende Lisboa: Antídoto, 1979.
- VYGOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente 6. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- WAJSKOP, Gisela. Brincar na pré-escola. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

**INCLUSÃO NA SOCIEDADE ATUAL**  
**INCLUSION IN TODAY'S SOCIETY**  
**INCLUSIÓN EN LA SOCIEDAD ACTUAL**

Anieli Felix de Lima Oliveira  
anielifelix35@gmail.com

OLIVEIRA, Anieli Felix de Lima. **Inclusão na sociedade atual**. Revista International Integralize Scientific, Ed. n.27, p. 64 – 75, setembro/2023. ISSN/2675 – 5203.

### RESUMO

O presente artigo bibliográfico tem a missão de mostrar como apresenta na atualidade o caminho da inclusão de pessoas que apresentam dificuldades especiais, o intuito é promover uma reflexão dos acontecimentos e mostrar como o papel da sociedade pode influenciar tanto positivamente como negativamente na vida do ser humano, sabendo que esses fatos mostram como é importante adquirirmos o conhecimento para tratarmos desses assuntos pertinentes que são tão esquecidos para muitos, nessa visão tomamos como base para elaboração do mesmo situações diversas presentes no cotidiano. Seguindo essa mesma linha de pensamento nos permitimos ressaltar como a família é fundamental para termos um direcionamento em relação aos processos de inclusão quando estes são bem fundamentados desde do seu nascimento e entendem que não são diferentes de quaisquer outros. É partindo dessa linha de entendimento que vamos investigar todos os fatos que tendem a incluir dentro de uma vida social adequadamente.

**Palavras chave:** Inclusão Social, Ser humano, Necessidades especiais.

### SUMMARY

The present bibliographic article has the mission of showing how it currently presents the path of inclusion of people who have special difficulties, the aim is to promote a reflection of events and show how the role of society can influence both positively and negatively in the life of human beings. Knowing that these facts show how important it is to acquire the knowledge to deal with these pertinent subjects that are so overlooked for many, in this view, we take as a basis for elaborating the same diverse situations present in everyday life. Following this same line of thought, we allow ourselves to emphasize how the family is fundamental to have a direction about the inclusion processes when these are well-founded since their birth and understand that they are no different from any other. It is based on this line of understanding that we will investigate all the facts that tend to include within a social life properly.

**Keywords:** Social Inclusion. Human Being. Special Needs.

### RESUMEN

Este artículo bibliográfico tiene la misión de mostrar cómo se presenta actualmente el camino de inclusión de personas que presentan especiales dificultades, promover una reflexión sobre los acontecimientos y mostrar cómo el papel de la sociedad puede influir tanto positiva como negativamente en la vida de las personas. Sabiendo que estos hechos demuestran lo importante que es adquirir conocimientos para afrontar estos temas tan pertinentes y tan olvidados por muchos, en esta visión tomamos como base para elaborar las mismas situaciones diversas presentes en la vida cotidiana. Siguiendo esta misma línea de pensamiento, nos permitimos resaltar cómo la familia es fundamental para tener un rumbo en relación a los procesos de inclusión cuando están bien fundamentados desde su nacimiento y entienden que no se diferencian de cualquier otra. Es con base en esta línea de entendimiento que investigaremos todos los hechos que tienden a incluirse dentro de una vida social propiamente dicha.

**Palabras clave:** Inclusión Social, Ser humano, Necesidades especiales.

## INTRODUÇÃO

É de fundamental importância termos um direcionamento a respeito dos aspectos vivenciados no cotidiano, no convívio social, o que nos leva a realização de uma conexão afetiva a respeito do nosso olhar, sobre a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade atual.

A partir do interesse como pedagoga sobre os acontecimentos, pesquisas, relatos e estudos na área que procurei aprofundar-me, uma vez que se trata de um assunto tão peculiar e distante de algumas pessoas sobre o processo de incluir em uma cultura ou em um mundo diversificado, porém cheio de desafios circunstâncias, assim, pensando em fundamentar e entender com mais clareza iremos através do mesmo procurar respostas sobre como se dá o caminho da inclusão, quais as mudanças serão essenciais para termos de fato ela concretizada.

Entretanto, em contexto abrangente, de acordo com os acontecimentos relacionados ao supracitado, na tentativa de incrementar, procurei aprofundar-me a respeito de alguns teóricos para ter mais amplitude e metodologias sobre o tema. Com a insatisfação de como se caminha a inclusão obtive o interesse a respeito do tema que será redigido para entendermos a fundo o porquê de tantos relatos que não nos propõe a verdade, o mesmo tende ser visto de forma positiva por alguns, para tanto a negatividade se estende na comunidade em geral.

A inclusão nos faz perceber o quão nossa sociedade é carente nesse aspecto, pois vivenciamos diariamente a exclusão, o que reflete no convívio social, por isso foi através dessas impressões que pude analisar e procurar motivações, buscando o aprofundamento neste trabalho para aprendermos a lidar e caracterizar a mudança tão essencial que perante o século XXI ainda idealizamos, qual seja uma forma de enxergarmos que temos um mundo brilhante com pessoas diferentes, mas com o mesmo coração.

Durante nossa trajetória profissional vivenciamos tantas coisas, uma delas é como lidar com a diferença, como nós pedagogos ultrapassamos barreiras e obstáculos para entendermos que não existe uma única forma, mas diversas. Dessa forma, temos que saber diferenciar e fazer com que o mundo seja melhor o que trouxe um significado enorme para a nossa profissionalização.

Posto isso, o principal objetivo deste artigo bibliográfico é mostrar como a pessoa com deficiência é inserida na sociedade atual, como podemos diversificar nossos conceitos e entendermos que a inclusão é primordial. Ressaltando o quão fundamental é o respeito ao papel que a família transmite em adaptar-se ao mundo com grandes barreiras e dificuldades existentes que prevalece; levando à pauta o poder da escola para transformar o espaço de forma sucinta, mais inclusiva e cheia de esperança para transbordar e mostrar a diferença

Como o referencial teórico, nos deteremos especialmente em citar Aranha (2000), Maciel (2000), Matsumoto, Macedo (2015) Hassamano e Bahia (2010), os principais autores utilizados dentro da pesquisa bibliográfica apontando de modo geral as ideias que eles defendem em relação a temática para compreendermos mais claramente o que pode ser utilizado para a solução da Inclusão na Sociedade Atual.

Sendo assim esse trabalho está organizado nos seguintes tópicos: 1. Introdução; 2. Inclusão Social; 3. O papel da Família e Escola; 4. Educação Inclusiva; 5- Considerações Finais e por fim as Referências. Logo, é possível entendermos que a sociedade se faz presente na vida e principalmente quando é relacionada à pessoas que apresentam necessidades especiais, quais

os obstáculos que precisam ser enfrentados para serem incluídos na sociedade, que evidentemente é preconceituosa, pois por muito tempo esse desejo de inclusão era uma barreira a ser vencida e poucos tinham os seus devidos direitos respeitados.

Analisamos que na atualidade existem, infelizmente, esses impedimentos por parte da sociedade que ainda é muito associada a não querer incluir seja no vínculo social, por exemplo, em empresas por não precisarem dar toda assistência que precisam e por outro lado apresentarem uma normalidade que para muitos é entendida dessa forma ou por seguirem um pensamento que não se atualiza. Por esses fatos, a família tem um caminho árduo mas primordial para que esse indivíduo tenha a participação e o conhecimento dos fatos. Tendo uma base fundamentada, seus valores são colocados em prática.

Pois sabemos que a criança se desenvolve por meio de diversos fatores, um deles é a família, quando a mesma está disposta a enfrentar os desafios para inclusão é conseqüentemente importante para o desenvolvimento do sujeito. No entanto, a instituição também é o local para meio comunicativo para transformar, incluir, integrar sendo que precisa de variadas mudanças para que realmente ocorra o processo de inclusão.

## INCLUSÃO SOCIAL

Ao longo do tempo vários acontecimentos foram expostos, como se dava o processo de inclusão no contexto social, percebemos que durante toda a trajetória para chegar até aqui muita coisa não mudou, Maciel (2000, p. 02), fala como se ressalta e como lidamos com todos esses acontecimentos dentro de uma comunidade e numa circunstância de incluir, pois em seu relato retrata que essa questão supracitada é antiga e deveria ser pensada para obtermos uma inclusão igualitária.

Por que dentro desse parâmetro de sociedade vivemos de forma distinta com características e maneiras diferentes do outro o que nos agrega a entendermos que somos diferentes, no trabalho e na convivência com grupos sociais, sendo tudo muito supérfluo, assim pecamos ao querermos entender o outro na forma que ansiamos, Maciel (2000, p. 03), nos permite captarmos como a construção e a democracia de pessoas com necessidades especiais se fez presente; se instiga a significar a permanência de todos sem quaisquer diversidade, o que a lei estabelece e nos propõe é seguirmos para compreendermos que independente dos olhares, a igualdade, o respeito e os valores são para todos sem distinção.

Aranha (2000, p.10), se fundamenta em uma teoria de segurança da importância de lidarmos com as especificidades, que são características do ser humano que pensa e idealiza sempre de maneira diferente uns dos outros, assim subentendemos algo que na verdade precisamos, porque se pararmos para pensar sobre a grande diversidade de gente no mundo e se todos fossem iguais, não teríamos como evoluir de modo considerável. Aranha (2000, p.11), Desse modo, quando articulamos sobre a inclusão social não é somente em saber incluir na teoria é seguir as diretrizes de maneira coerente e prática, pois se vivemos em uma sociedade democrática temos a mente aberta e flexível em relação às pessoas com “deficiência”, por exemplo, as quais precisam de uma assistência maior que as demais, ditas normais, mas isso não a impossibilita frente seu lugar na sociedade.

Hassamo e Bahia (2010, p. 03), pondera que no Brasil em uma reflexão levamos em consideração que a desigualdade foi presente por muito tempo até a década de 1970, a exclusão

social perpetuava-se, sua mudança se fez em 1990 quando houve uma intenção integradora na sociedade que se mostrava preparada para conviver com diversidade de pessoas de diferentes modos culturas ou deficiências e o mercado de trabalho mostrava-se disposto a incluir todos sem distinção de qualquer natureza, mas o que vimos durante essa vivência é que muito ainda precisa ser mudado.

Hassamo e Bahia (2020, p. 04), Diante disso, é importante compreender que incluir não é meramente ser inserido, é criar laços concretos, o que adiantaria estar em uma determinada empresa, porém não exercer o profissionalismo na área que estudou, estando ali, apenas, por puro marketing ou em uma escola e não ter todas as tecnologias assistivas para apreender, essa visão é embasada para entender situações promovidas de maneira que o intuito não de ter leis e decretos, e sim como está sendo realizado esse processo de inclusão.

Quando falamos em incluir estamos relatando a desigualdade social existente em nosso país, que é tão peculiar, mas que soma um índice de exclusão permanente, todavia devemos aceitar a diversidade para combatermos todos esses aspectos, pois é direito de todos obter oportunidades iguais sem distinção de classe ou quaisquer outras funcionalidades. Hassamo e Bahia (2020, p. 07) Isto significa acesso para todos e oportunidades, mediante as peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social.

Hassamo e Bahia (2020, p. 08), A constituição Federal ressalta claramente sobre essa funcionalidade no que diz respeito à igualdade quando dispõe no caput de seu artigo 5 que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

No entanto, para que a igualdade seja efetivamente igual precisaremos analisar algumas questões a respeito de tudo o que se apresenta no contexto social, é substancial sabermos que não existe sociedade igualitária se dentro de uma comunidade geral não se insere com qualidade, êxito, e, principalmente, respeito a todas essas pessoas com alguma necessidade especial. As mesmas inviabilizam, posto que existem muitos critérios que envolvem esses pressupostos. Hassamo e Bahia (2020, p. 11).

Para Aranha (2000, p.12), é de fundamental importância a garantia e a continuidade do acesso a tudo que envolva o conceito de vida independentemente do nível ou deficiência que tenha uma pessoa, seja no trabalho ou em outras funções, o importante é a mudança. Aranha (2000), dentro desse contexto, impressiona como a sociedade precisa de mais compreensão e interesse para tratar desse assunto que vai aprofundando cada vez mais seus conceitos. Aranha (2000, p. 14), pois mesmo em um século com grandes descobertas, porém cheio de deficiência no que refere a participação, quando falamos em incluir estamos tratando de querer alguém em uma sociedade atual, mas até quando iremos falar sobre esse tema? Será mesmo que precisamos querer incluir algo na sociedade atual? E assim refletimos sobre o quão relevante é triste é tratarmos sobre algo que poderia ser totalmente diferente do que é apresentado.

Deixando reflexões e retóricas de lado, adentrarmos nesse conceito para expor um pouco mais todas essas características, sobre como lidar com a exclusão formada por mentes e elaboradas tão insignificadamente dentro desse olhar peculiar em que vimos algumas melhorias a respeito da desigualdade seja no âmbito do trabalho, da vida social, dentre outros. Arelado a isso, é importante entendermos que deveríamos ter em mente que esse processo se dar para elucidarmos sobre a percepção de ser integralmente incluso em um ambiente e não

precisar ser igual ao outro, porém aceitar o seu modo de ser ou até mesmo sua deficiência seja ela qual for o mais importante é como se dar esse processo de integração, não é querer que uma pessoa seja formada pelos os conceitos que a sociedade impõe, mas como esta reflete na vida das pessoas com alguma necessidade especial.

O Brasil, assim como diversos outros países, em décadas passadas e na atualidade têm um grande índice e probabilidade de discriminação e quando nos referimos em incluir a maioria, na inclusão, estar disposta a seguir, pois em seu contexto e laço social não os permite vivenciar, assim preferem viver associados a diretrizes e quando essa inclusão é realmente pensada, dispõe de algumas informações que não agregam ao formato incluir em uma sociedade meramente hipócrita; através de grandes estudiosos percebemos o quão infeliz é o raciocínio de alguns seres humanos, por exemplo, em lidar com o outro, como:

Uma empresa inclusiva é aquela que acredita no valor da diversidade humana, contempla as diferenças individuais, efetua mudanças fundamentais nas práticas administrativas, implementa adequações no ambiente físico, adéqua procedimentos e instrumentos de trabalho, treina todos os recursos humanos na questão da inclusão. (SASSAKI, 1997, p. 63)

São coisas supérfluas, quando analisamos que vivemos em uma sociedade considerada democrática, sendo preciso repensar diversas atitudes, pois a nomenclatura presente não é das melhores. No entanto, as leis nos mostra como deveríamos ter uma postura diversificada que agregaria para sabermos lidar com a diversidade de pessoas existentes no mundo, se pararmos para pensar como seria se todos fossemos iguais viveríamos na mesmice com os mesmos pensamentos e atitudes e não mudaremos jamais os conceitos, pois pensaríamos igualmente, isso de fato não seria interessante para vivermos em uma sociedade com distintas maneiras de pensar nada e do mesmo jeito, ou seja, uma pessoa, por exemplo, que tenha uma deficiência. No esclarecimento de Matos (2002), devemos entender:

Observamos que a sociedade possui uma visão padronizada e classifica as pessoas de acordo com essa visão. Elegemos um padrão de normalidade e nos esquecemos de que a sociedade se compõe de homens diversos que ela se constitui na diversidade, assumindo de outro modo as diferenças. (2002, p. 01)

Buscar o melhor de nós para ter o processo de inclusão, analisar e não julgar, pois a mente é associada e frustrada a entender que se o outro não é do nosso jeito, é diferente, logo não merece estar incluído, de acordo com todos esses fatos podemos dar um exemplo de uma pessoa inserida em uma empresa. Ao analisarmos todo o contexto, percebemos que um profissional com uma determinada deficiência deve estar inserido de forma inclusiva no mercado de trabalho, em sua devida área para atuar de forma positiva, de acordo com sua qualificação.

Vale ressaltar que no contexto atual vemos pessoas qualificadas em suas determinadas profissões, mas não exercem, por inúmeros obstáculos e dificuldades, empresas que “incluem”, porém não dão a devida tecnologia assistiva para os deficientes que precisam desse meio para trabalhar; existem leis e decretos ressaltando a respeito da igualdade; mas ainda precisa subir grandes degraus para que isso tudo ocorra:

O portador de deficiência física, no uso de suas aptidões, que não dependam de suas limitações, é tão mais produtivo que qualquer outra pessoa. Disponibilizar trabalho a essas pessoas não é caridade, mas sim respeitar o princípio básico da igualdade perante a sociedade. É necessário mudar o conceito da pessoa portadora de deficiência física perante toda a sociedade, se não ressaltar suas qualidades, ao menos por acreditar que a inclusão social somente será possível pelo trabalho. E isso, não é uma prerrogativa somente dos deficientes, mas de toda a sociedade. (Ramalho Cristina, Souza Resende 2005 p. 02)

Entretanto, de acordo com o supracitado, percebemos que existem obstáculos, pessoas com deficiência que mesmo com barreiras em seu caminho conseguem atuar em sua determinada profissão e vão além das suas limitações acabam se tornando uma influência com muito esforço, garra e entusiasmo, o que nos leva a acreditar que existem profissionais que exercem e outros que lutam para serem inseridos em seus cargos. Mesmo sabendo que o mercado de trabalho, no contexto em geral, é muito limitado em incluir deficientes, a reflexão aponta que muitos não atuam em seus espaços pelo fato de representarem um ponto negativo, “trabalhoso”, para os empresários e acabam se submetendo/exercendo, cargos que eles próprios escolhem:

A legislação trabalhista brasileira é bastante ampla e garante às pessoas com deficiência o acesso ao mercado de trabalho. A Lei 8.213/91 (art. 93), a chamada Lei de Cotas, estabelece que todas as empresas privadas com mais de 100 funcionários devem preencher entre 2 e 5% de suas vagas com trabalhadores que tenham algum tipo de deficiência. Esse percentual varia em função do número de funcionários da instituição: empresas com até 200 funcionários devem ter 2% de suas vagas preenchidas por pessoas com deficiência, entre 201 e 500 funcionários, 3%; entre 501 e 1000 funcionários, 4%; empresas com mais de 1001 funcionários, 5% das vagas. (SOUZA SILVA, CARVALHO, 1995, p. 02)

A inclusão de fato seria fundamental para obtermos uma sociedade justa, não somente em palavras e sim na prática; desenvolver e progredir, pois a profissionalização é ponto crucial nessa perspectiva de inclusão e mudança. Não adianta dizer que inclui na função esses profissionais, sendo que os colocam como ações de puro marketing. Integrar vai muito além de um rosto nas páginas de jornais, televisões, redes sociais, entre outros. É preciso ir adiante, com a inclusão desses profissionais nas organizações em suas devidas atividades.

Diante de tudo que já foi explanado, salientamos que grandes trabalhadores deficientes conseguiram ir adiante nas suas respectivas incumbências, assim como a que citamos, dentre outros, o que é de grande importância sabermos que os profissionais deficientes podem ir além, mesmo que existam empecilhos. Não se pode falar sobre esse conceito antes de discutirmos o assunto, a partir da compreensão de décadas anteriores, pois ao conhecermos a forma como era atribuída a deficiência no processo de ser empregado em uma determinada empresa/instituição elucidada particularidades sobre a temática.

Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988; que foi um grande marco, o qual possibilitou trazer grandes avanços significativos para a dignidade humana, pois vivemos em grandes relatos que havia dificuldades imensas, e com essa lei criou-se um olhar diferenciado com a possibilidade de valorização do trabalho através da mudança no quesito desigualdade social. Amiralian (2002, p. 10), ressalta em sua fala que não importa o formato, o modo como

sejam os seres humanos, os direitos e deveres serão iguais, independentemente de rótulos, o desenvolvimento, ou seja, um trabalho é igualitário sem nenhuma distinção seja qual for.

O mesmo fala que há duas formas de entendermos a deficiência, a primeira é a compreensão que não só existe um jeito de pensar e agir, há uma diversidade humana. Amiralian (2002, p. 12), Uma outra forma que um corpo com alguma dificuldade é impossibilitado de fazer algo, ou seja, o intelectual e o sensorial. Mas o que nada impediria, segundo o mesmo, de realizar suas determinadas funções, uma vez que vivemos em uma sociedade que infelizmente não se mostra inclusiva.

Diante de uma diversidade humana com formas de pensar, a grande dificuldade é entendermos que o outro não é igual a gente, ninguém é igual, percebemos que durante toda nossa vida queremos lidar com a diferenciação, porém não conseguimos. Amiralian (2002, p. 17), por exemplo, estamos em um grande debate falando sobre o modo como vivem pessoas surdas, ao longo da conversação damos pontos iguais e assim anda muito bem nossos pensamentos.

Amiralian (2002, p. 20), mas veja ao sermos pegos de surpresa com a discordância de alguém tentamos driblar que o que ele fala é o errado, só o nosso é o certo, pensamento totalmente errado, mas que colocamos em prática ao querermos sempre em nosso vínculo pessoas com os mesmos pensamentos e ideias, assim não estaríamos em uma sociedade com preceitos e ideias meramente iguais.

## O PAPEL DA FAMÍLIA

O processo de inclusão segundo esses autores Matsumoto e Macedo (2015, p.11), ressalta que a sociedade dentro do contexto em geral, cria impactos emocionais sobre as crianças e seus pais, mesmo antes do nascimento, a gestação é algo delicado e no processo do nascimento se cria e idealiza vários pensamentos.

Matsumoto e Macedo (2015, p. 14), no entanto a gestante ao dar à luz a um filho com alguma necessidade especial, o cenário muda, aqui sempre devendo fazer um parêntese relativizador, pois depende da visão de quem recebe a notícia no núcleo familiar. O mesmo atribui que quando uma criança nasce especial, de formas diferentes das quais normalmente foi idealizada, a estrutura familiar que era para ser algo natural se rompe entre sentimentos, e algo que simbolicamente apresentava uma estrutura sólida e linda muda. As expectativas que anteriormente eram de sonhos instala uma crise de identidade grupal. (MATSUMOTO e MACEDO, 2015, p. 22)

Diante disso tudo, mesmo que uma família seja extremamente unida, essa crise é inevitável, porque a situação é de como tudo que foi construído na gestação foi acabado. Retrata que a forma da expectativa e de sensações imaginária desaparecesse e uma nova cultura de família tivesse que ser criada. A família desempenha um papel fundamental em todos os aspectos na vida de uma criança, de acordo com a lei nº 9.394, de dezembro de 1996 no seu art. 1º:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996, online)

Todavia percebemos que a família é o início e notamos que tudo sem esse apoio e colaboração não seria possível, pois é através deste que a criança se constrói e busca os conhecimentos, adquire os hábitos e se transforma. Dessen e Polonia (2007, p. 05), fala que as famílias são fundamentais para o desenvolvimento, pois este é influenciado positiva ou negativamente e esse modo como influência traz para o aluno uma forma de se relacionar na família em geral, no seu comportamento e principalmente na sua aprendizagem.

Eisenberger e Cols, (1999, p. 10), ressalta que esses laços precisam ser balanceados para não retribuir de maneira diversificada, pois o grande excesso provoca dificuldades, para tanto, esse papel familiar, como vimos, precisa ter e ser com os filhos uma porcentagem e contribuição em razão de não adiantar suprir com necessidades do filho, como fazer por ele, sendo que ele pode aprender do seu jeito e tempo, saber esperar a hora certa e o tempo para intervir.

Rosen e Krasnor (1988, p. 03), mostra que a insatisfação em compreender os filhos e a discrepância interfere em problemas e causam dificuldades de aprendizagem, é quando vimos relativamente, pais com a suposição de o filho não estar aprendendo e por que é preguiçoso mais o fato disso poder ser características relacionadas a não compreensão por parte dos envolvidos diante do aprender do mesmo. É sabido que a família configura e exerce uma grande influência na construção do vínculo e no processo cognitivo, para tanto é preciso saber lidar, para não ter problemas futuros em outros contextos. Mazzotta, D' Antino (2011, p. 09).

Mazzotta, D'Antino (2011, p. 10), em pesquisas sobre o apoio que os pais fazem na vida dos seus filhos, foi analisado uma mãe que engajada no desenvolvimento do seu filho sempre o apoiando percebeu o quão é interessante a família estar desde o nascimento, adolescência e fase adulta apoiando, porque ao observar os mesmos, a relação e interação mãe criança, é possível entender que durante essa observação com a mãe e filho notou-se a evolução de vários pontos positivos, no estudo se contestou que tudo se encaminha ao contrário, quando não se tinha esse elo, a aproximação efetiva, o filho se regredia, mudava de comportamento, a interação e o convívio social não era o mesmo, pois bloqueava. (MAZZOTTA, D' ANTINO, 2011, p. 11).

Portanto, segundo Brandão, Ferreira (2013, p.22), a família é um grupo social primário, cumpre uma função formativa e determinante para que o indivíduo cresça e seu papel na vida de algum laço sanguíneo tenha.

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Muito se tem falado na contextualização de como a exclusão está presente na linha da sociedade e um dos principais é a escola Facion (2009, p. 10), pois ressalta-se que desde o princípio o mundo apresenta a exclusão seja na oposição de cargos ou na falta de empregos e assim por diante.

É perceptível que a pobreza está diminuindo no Brasil, no qual tenha levado a “Educação para todos”, o autor Facion (2009, p. 11), diz que ficamos menos pobres, mas que a desigualdade não foi afastada do principal lugar: a escola, isso significa quando colocamos as crianças, adolescentes, adultos na instituição o mais complicado é obter uma aprendizagem significativa, pois o mesmo tem que sair com o domínio do conhecimento.

Na escolarização para as pessoas em situação de deficiência, sua prática começa a ser introduzida segundo Sanches e Teodoro (1954), na Dinamarca, na qual entende-se que podem desenvolver uma qualidade de vida normal. O mesmo define a integração escolar como processo educativo de ensino que diante da classe permita a integração entre os alunos deficientes.

Na visão do mesmo existem quatro graus para interação: física (na qual compartilha espaços) funcional (utilizam os mesmos recursos) social (integram a classe regular e comunitária (a interação na juventude e a vida adulta). Essa inclusão escolar colocou crianças e jovens que apresentam deficiência nas instituições, focando na qualidade de ensino sem separação, a qual permite a normalização para usufruir do convívio com a socialização e aprendizagem. (SANCHES e TEODORO, 1954).

Dentro desse contexto, o ensino e suas práticas pedagógicas foram transformados. Mas deve haver uma comunhão entre as regras de ensino e sua aplicabilidade, principalmente quanto ao desempenho funcional dos professores, para que o sistema de ensino seja moldado para não haver a exclusão.

Sanches e Teodoro (1954), Dessa forma o indivíduo que apresenta necessidades especiais em um certo modo estará incluso na questão de permanecer em sala de aula com os demais alunos; mas o autor fala que a inclusão não acontece quando se faz uma atividade, pois quando é submetido a sair da sala para não “atrapalhar” esse aluno não é percebido pelo professor, porque suas atividades são extremamente esquecidas, ficando a responsabilidade sobre o auxiliar, sendo que o professor titular de uma sala de aula deve ser o responsável pelo planejamento.

Em virtude disso, compreende-se que hoje para a educação especial não é impactante distinguir/separar o ser humano para se educar, o mais provável é criar laços para todos sem distinção e assim possam aprender uns com os outros. Sanches e Teodoro (1954). Vemos que não são todas as escolas que estão preparadas psicologicamente, tendo em vista as pessoas que estão inseridas nesse contexto. Em uma experiência com a integração escolar é possível notar que ainda existem escolas que precisam lidar com esses fatores. Esse autor remete que a origem da inclusão escolar se deu em um centro em que as pessoas com deficiência foram inseridas nos grandes movimentos contra a exclusão social.

A inclusão escolar é para todos; na escola que fomos inseridos ainda está longe de cumprir com o caminho de inclusão que precisa ser moldada. A escola é um local de abertura para todos que necessitem de estudar sem distinção de nada, independentemente da cultura, condição física, social, intelectual, tendo somente diferenciação para a construção:

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola. (ONU, 1994 p. 11-12).

Entretanto, para que tudo seja adequadamente moldado, as visões precisam ser elaboradas, sendo importante lidar com os desafios e provocar a aprendizagem significativa, independentemente das dificuldades presentes, o primordial é incluir.

Como vimos, a escola é um local que necessita desses cuidados para ser inclusiva e ter as práticas educativas bem assistivas, quando vivenciamos características inadequadas percebemos que o ambiente precisa ser mais trabalhado, existem ainda, infelizmente, no meio da sociedade democrática escolas que precisam ter mais estrutura de cooperação pedagógica. Ter o entendimento que ninguém é igual e portanto sempre haverá diferença, saber que o enfrentamento na inclusão não se limita a um professor, mas que precisa do incentivo de todos que fazem uma escola. Nessa questão delicada, porém eficaz, o apoio geral se fundamenta em contribuir na valorização dos alunos sem escolhas.

Escola inclusiva é uma escola onde se celebra a diversidade, encarando-a como uma riqueza e não como algo a evitar, em que as complementaridades das características de cada um permitem avançar, em vez de serem vistas como ameaçadoras, como um perigo que põe em risco a nossa própria integridade, apenas porque ela é culturalmente diversa da do outro, que temos como parceiro social.” (CÉSAR, 2003, p. 119).

Levando em consideração a educação inclusiva, sua concepção é transformadora e seu maior objetivo é incluir. Sua missão é trilhar a igualdade de oportunidades e valorizar as diferenças humanas. Quando a equipe é empenhada e busca estratégias tudo se desenvolve.

Percebemos que quando uma escola está sendo inclusiva o aluno é sujeito que tem seus direitos com a qualidade e perspicácia, garantindo sua caminhada na aprendizagem. Essa escola respeita cada indivíduo inserido, respeita suas potencialidades e necessidades; um dos fatores importantes em uma escola é o projeto político pedagógico, ele é um instrumento para definir as relações da comunidade, é nesse formato que entra o processo da inclusão.

Na medida em que todos sejam atingidos por suas necessidades, desse ponto que promovemos os objetivos a serem alcançados. Se no PPP, os alunos com necessidades não estão inseridos como iremos promover a inclusão, por isso a necessidade de o PPP atender a toda a comunidade. Durante muito tempo é pautada essa questão de esclarecer sobre a inclusão escolar, Rosin Pinola e Del Prette (2014, p. 23), fala que para uma escola ser totalmente inclusiva é preciso de alguns suportes de variados tipos: material técnico e destaca que essas condições não são suficientes. A escola tem um grande objetivo auxiliar para adquirir o conhecimento.

Dentro desse contexto, o autor fala que o serviço de apoio é extremamente crucial para a escolarização, essa inclusão mediante vários aspectos ainda se encontra como grande desafio na escola atual, pois infelizmente a escola ainda não está apta a dar os devidos suportes. Rosin Pinola e Del Prette, (2014, p. 27) Um dos aspectos que o mesmo defende é a importância da construção da escola inclusiva que necessita colaborar no aperfeiçoamento da prática do professor, para a prática do processo de conhecimento.

Nessa visão, o autor fala que a inclusão é atribuída à mudança para a transformação do ensino e fala que a atuação do professor é essencial ao conduzir práticas de inovação para que a participação possa estar presente em todos os alunos. Na atualidade, as dificuldades da educação brasileira são pertinentes; por esses motivos é complicado concretizar o incluir, sendo de fato uma missão. Ainda sobre a inclusão, os autores Strieder e Zimmermann (2010, p. 14), apontam que tendo uma visão que possibilite entender o outro na sua diversidade abre outros

horizontes. O tentar construir inclusão é desejar realizar mudanças na qual é capaz desenvolver expectativas. Strieder e Zimmermann (2010, p. 17) O mesmo fala que a educação inclusiva só conseguirá ter avanços quando a mudança de mentalidade for diferente nas escolas. Essa educação inclusiva quando o ambiente escolar a incorpora pode ter diversos desafios, mas serão equilibrados. Os alunos quando se sentem incluídos pela escola são capazes de evoluir com o meio escolar.

Assim, à escola inclusiva o autor aponta que não faz diferenciação aceita todos do seu mesmo formato lidando com a diferença agindo de forma correta com o apoio que prevalece mesmo não tendo todas as funções e tecnologia assistivas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo essa linha de pensamentos, a sociedade atual tem aprendido na medida do possível que as pessoas com necessidades especiais precisam estar incluídas na sociedade, percebemos que existe ainda uma dificuldade de aceitação desses seres humanos em empresas que não trabalham em sua devida área e sim em outros por motivos de não terem as devidas tecnologias assistivas e na comunidade em geral.

Por outro lado foi avançado, como vimos, os mesmos não tinham tantos direitos como na atualidade, sendo claro que ainda diante de toda a pesquisa observamos que essa quebra de pensamento ainda é pertinente. A desigualdade ainda é um dos problemas que afeta gravemente a sociedade; uma deficiência não pode ser entendida como algo tenebroso, cada um com suas especificidades.

Entretanto, o papel da família é fundamental para o desenvolvimento da aceitação de si próprio para entender que o mesmo não é uma pessoa diferente e sim que pode contribuir significativamente na comunidade, vale salientar que uma base sólida e bem fundamentada ajudará estes a enfrentarem os desafios que a vida irá impor, porque muitos acham que são diferentes dos ditos normais de tanto a sociedade definir e caracterizar e criam um certo bloqueio de aceitação, por isso que muitos acabam tendo um fracasso escolar, na vida e em vários meios, mas a família tem que permanecer firme para atingir os direitos e mostrar que diante de obstáculos eles são capazes de tudo.

A educação inclusiva abre caminhos essenciais na vida do aluno, a motivação e o interesse de aceitar as diferenças dentro de uma instituição provoca um estímulo, pois quando se sentem inclusos podemos pontuar que tendem a melhorar a qualidade de vida. Mesmo sabendo que existem diversas barreiras que uma escola enfrenta por não ter uma tecnologia adequada ou suporte, o interesse de incluir é fundamental, quando falamos em incluir, não deixar de lado sentados olhando e dizendo que estão inclusos é criar meios para ajudar. Temos possibilidades de criação de se reinventar, mas a escola não agirá sozinha, precisa de todos que fazer o desenvolvimento acontecer. Inclusão de ajudar a realizar mudanças que criam expectativas transformadoras. Como vimos, a inclusão está em degraus de construção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIRALIAN, M.L., M. L. T. M. Desmistificando a inclusão. Revista Psicopedagogia, v. 22, n. 67, p. 59-66, 2005.  
ARANHA, Maria Salete Fábio. Inclusão social e municipalização. Educação especial: temas atuais, p. 1-9, 2000.  
Brasil (1989). Constituição Federal do Brasil. Congresso Nacional.

- BUSCAGLIA, Leo F. Os deficientes e seus pais. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- CÉSAR, M. (2003). A escola inclusiva enquanto espaço-tempo de diálogo de todos para todos. Duarte, R., Sanches, I. & Brites, I. (2004). Projeto de Decreto-lei da educação especial e dos apoios socioeducativos (Parecer). Revista lusófona de Educação, 03, 153-157. In David Rodrigues (org.), Perspectivas sobre a inclusão. Da educação à sociedade. Porto: Porto Editora.
- COELHO, Cristina M. Madeira. Inclusão escolar. Desenvolvimento humano, educação e, p. 60, 2010.
- DESSEN, Maria Auxiliadora; BRAZ, Marcela Pereira. A família e suas inter-relações com o desenvolvimento humano. A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras, p. 113-131, 2005.
- FACION, José Raimundo. Inclusão escolar e suas implicações. Editora Ibpx, 2009.
- HASSAMO, Inês; BAHIA, Sara. Opiniões sobre a deficiência mental: Como vêem os professores a educação inclusiva. VII SIMPÓSIO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO EM PSICOLOGIA, v. 7, p. 2854-2866, 2010.
- MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. São Paulo em perspectiva, v. 14, n. 2, p. 51-56, 2000.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. Inclusão escolar: o que é. Por quê, p. 12, 2003.
- MATSUMOTO, André Suehiro; DE MACEDO, Adriane Roberta Ribeiro. A importância da família no processo de inclusão. INTERFACES DA EDUCAÇÃO, v. 3, n. 9, p. 5- 15, 2015.
- MATTOS, Edna Antonia de. Deficiente Mental: Integração/Inclusão/Exclusão. VIDETUR -13, Espanha, 2002. p. 03-20.
- MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. Saúde e Sociedade, v. 20, p. 377-389, 2011.
- ROSIN-PINOLA, Andréa Regina; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. Inclusão escolar, formação de professores e a assessoria baseada em habilidades sociais educativas. Revista brasileira de educação especial, v. 20, n. 3, p. 341-356, 2014.
- SANCHES, Isabel; TEODORO, António. Da integração à inclusão escolar:
- SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Romeu Kazumi Sasaki – Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- STRIEDER, Roque; ZIMMERMANN, Rose Laura Gross. A inclusão escolar e os desafios da aprendizagem. Caderno de Pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba, v. 5, n. 10, p. 144-162, 2010.

**A INCLUSÃO E PRECONCEITO DE PESSOAS COM TEA NO ÂMBITO DA  
EDUCAÇÃO E DO TRABALHO**  
**THE INCLUSION AND PREJUDICE OF PEOPLE WITH ASD IN THE SCOPE OF  
EDUCATION AND WORK**  
**LA INCLUSIÓN Y PREJUCIO DE LAS PERSONAS CON TEA EN EL ÁMBITO  
EDUCATIVO Y LABORAL**

Maria Leonice Marques Nery

NERY, Maria Leonice Marques. **A inclusão de pessoas com TEA no âmbito da educação e do trabalho.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.24, p. 76 – 82, junho/2023. ISSN/2675 – 5203.

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar o TEA – Transtorno do Espectro Autista. É, na infância, que a família começa a perceber algumas situações diferentes, a criança indica um comportamento desconhecido pelos pais, nesse processo, começam a surgir as primeiras preocupações onde se inicia uma busca incansável na tentativa de compreender e encontrar nos profissionais que lidam com essa área, buscam uma resposta satisfatória, muitos sonham com a cura. Com o passar do tempo, nesse caminhar, se encontra o mais temido obstáculo que é o preconceito, ele desconsidera literalmente toda a capacidade humana do TEA fazendo-o isolar-se da sociedade como se o mesmo não fosse parte importante na construção do crescimento social. A escola, lugar de aprendizagem e acolhimento se torna muitas vezes um ambiente de desprazer, pois os profissionais não buscam capacitação adequada para conseguir trabalhar com segurança e tornando a inclusão um ponto forte e eficaz na vida do autista. Os ambientes comerciais desacreditam na Inteligência do TEA, fechando-lhe as portas, isso impossibilita que o mesmo demonstre através da oportunidade do trabalho o seu leque de potencialidade que pode ser importante na evolução profissional da empresa.

**Palavras chave:** Família, preconceito, oportunidade, capacidade, inclusão, trabalho.

### SUMMARY

This article aims to present ASD – Autism Spectrum Disorder. It is, in childhood, that the family begins to notice some different situations, the child indicates a behavior unknown to the parents, in this process, the first concerns begin to emerge where a tireless search begins in an attempt to understand and find professionals who deal with this area, they seek a satisfactory answer, many dream of a cure. Over time, on this journey, the most feared obstacle is encountered, which is prejudice, it literally disregards the ASD's entire human capacity, causing it to isolate itself from society as if it were not an important part in the construction of social growth. School, a place of learning and reception, often becomes an unpleasant environment, as professionals do not seek adequate training to be able to work safely and make inclusion a strong and effective point in the life of autistic people. Commercial environments discredit the TEA's Intelligence, closing its doors, making it impossible for it to demonstrate through the opportunity of work its range of potential, which can be important in the company's professional development.

**Keywords:** Family, prejudice, opportunity, capacity, inclusion, work.

### RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar el TEA – Trastorno del Espectro Autista. Es en la infancia que la familia comienza a notar algunas situaciones diferentes, el niño indica un comportamiento desconocido por los padres, en este proceso comienzan a surgir las primeras inquietudes donde comienza una búsqueda incansable en el intento de comprender y encontrar profesionales que se ocupan de este ámbito, buscan una respuesta satisfactoria, muchos sueñan con una cura. Con el tiempo, en este recorrido, se encuentra el obstáculo más temido que es el prejuicio, que literalmente desconoce toda la capacidad humana del TEA, provocando que se aisle de la sociedad como si no fuera una parte importante en la construcción del crecimiento social. , lugar de aprendizaje y acogida, muchas veces se convierte en un ambiente desagradable, ya que los profesionales no buscan la formación adecuada para poder trabajar con seguridad y hacer de la inclusión un punto fuerte y eficaz en la vida de las personas autistas. Los entornos comerciales desprestigian la Inteligencia del TEA, cerrando sus puertas, impidiéndole demostrar a través de la oportunidad de trabajo su abanico de potencial, que puede ser importante en el desarrollo profesional de la empresa.

**Palabras clave:** Familia, prejuicio, oportunidad, capacidad, inclusión, trabajo.

## INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresenta-se o tema: A inclusão e preconceito com pessoas autistas no âmbito da educação e do trabalho. A inclusão escolar e social desde muito tempo vem sendo debatida de forma insistente entre as diversas áreas da educação, trata-se de uma situação de cunho delicado e também complexo pela falta de conhecimento de alguns profissionais do campo da educação que ainda não se colocaram a disposição para tentar estudar e compreender a necessidade e a importância que é trabalhar a inclusão dentro das escolas, seja nas privadas, públicas ou federais.

Um dos grandes problemas enfrentados, com forte frequência, ainda é o nível de preconceito existente, apesar do mundo contemporâneo está vivenciando em tempo real os inúmeros atributos da tecnologia, esse termo preconceito ainda não foi literalmente vencido dentro das camadas sociais.

As pessoas com TEA – Transtorno do Espectro Autista nunca se sentiram confortáveis ao enfrentar os olhares negativos dos desconhecedores da situação, não apenas nas escolas compostas por profissionais e discentes ignora-os, no âmbito do trabalho, em todas as profissões existentes. As pessoas autistas ainda não são recebidas para que através do seu trabalho possam mostrar com eficácia as suas potencialidades, entre elas: compromisso, criatividade, pontualidade, inteligência aguçada, respeito e amor pelo que desenvolvem dentro das suas atribuições.

O conhecimento em relação ao conceito correto sobre o TEA – Transtorno do Espectro Autista vem sendo divulgado numa velocidade admirável através de todos os meios de comunicações atuais, isso vem trazendo uma significativa contribuição no combate crucial ao preconceito. A força do preconceito ainda irá perdurar por muito tempo, mas com a persistência de todos os interessados que não se cansam de lutar pela igualdade de direito na sociedade, continuará travando uma luta constante sem previsão de término. O único caminho que pode vencer todos esses obstáculos detectados se chama conhecimento.

Com o advento da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA, hoje, é possível perceber um amparo legal que apresenta, com clareza, uma segurança legalizada antes não existente. A Lei Berenice Piana (12.764/12), pela Constituição Federal do ano de 1988 vem garantir alguns direitos, coloca com ênfase a importância que as pessoas com TEA – Transtorno do Espectro Autista têm os mesmos direitos garantidos como cidadãos do seu país.

## TEA – TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Na infância, se percebe o Transtorno do Espectro Autista - TEA, o diagnóstico geralmente é feito por um profissional competente da área. A característica é justamente a dificuldade em se comunicar, nas diversas áreas sociais, o autista apresenta um retraimento, faz uso de ações repetitivas e persistentes em determinado objeto, exercício ou comportamento, vistos como critérios classificados pelo (DSM-V), todo esse diagnóstico é filtrado num minucioso discernimento. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

Pacientes portadores do transtorno do espectro autista precisa de uma dose de motivação através de atividades desenvolvidas, é importante pesquisar e estudar para elaborar um

planejamento dirigido considerando as habilidades existentes, ativando a criatividade e fazendo-o enxergar e compreender o seu valor e importância dando contribuição à sociedade com o seu talento.

A família, os amigos e a escola exercem um papel influenciador para que o mesmo seja incluído, ou seja, sinta que está sendo incluído no meio social participando do desenvolvimento. (LEMONS; SALOMÃO; RAMOS, 2014). As relações construídas, no ventre escolar, devem receber um olhar especial, deve ser enfatizada, a participação das crianças autistas deve ser observado com minuciosidade, ter conhecimento de como essa participação está sendo acontecido, todo esse cuidado pode evitar uma série de constrangimento que fazem com que o autista se desestimule e abandone a escola.

O ambiente em que o autista está inserido exerce influência sobre suas reações, a pessoa responsável deve ficar atenta, pois o mesmo precisa de um apoio conspirando pelo autista um porto seguro.

A família deve ofertar um subsídio essencial em todo o decorrer da trajetória, ser companheira atuante, o elo entre escola e família tem uma grande contribuição no crescimento diário, isso favorece mudanças significativas dentro da família como também dentro da instituição escolar e o autista carregará com essas transformações para onde ele for. O conhecimento sobre a inclusão de como lidar com o espectro autista deve ser trabalhado nas escolas da rede privada, nas escolas da rede estadual, nas escolas da rede federal como também nas universidades que ainda não estão preparadas para receber um jovem autista. É vista a necessidade de conhecer as diferenças, respeitar, apoiar e proporcionar oportunidade, a forma de tratamento com as crianças autistas deve despertá-la para que a mesma descubra a sua própria autonomia, aliando o arcabouço de toda teoria da educação, isso também é uma forma de inclusão educacional. (AGUIAR, 2000).

Trabalhar a inclusão ainda é um obstáculo para algumas instituições escolares, profissionais da educação e até mesmo para algumas famílias que não conseguem enxergar e aceitar as necessidades do(a) filho(a) autista, teme-se que essa falta de consciência ainda perdure por muito tempo, mesmo com o advento da tecnologia que a cada dia evolui proporcionando uma comunicação rápida em tempo real trazendo inúmeros conteúdos entre eles teores sobre o autismo, muitos ainda não dispõem da curiosidade de procurar saber. De acordo com os estudos de Gonçalves, Abrão e Manzato (2014), mesmo sendo detectados problemas de inclusão com crianças autistas como também com outra deficiência é possível buscar formas de incluí-las no meio sociocultural e escolar.

## **A PERSPECTIVA SÓCIO HISTÓRICO MOSTRANDO A EVOLUÇÃO HUMANA E O AUTISMO DENTRO DO CONTEXTO SOCIAL E ESCOLAR TRABALHANDO A INCLUSÃO.**

No ato do nascimento, toda criança já é envolvida por um mundo repleto de variados objetos pensados e elaborados pelo próprio homem, vocabulário, vestimentas, ferramentas e até mesmo os alimentos. Com tudo isso, não significa que o desenvolvimento no período de toda a infância esteja sintonizado nesses itens como

forma de adaptação. A mencionada citação ela não busca fazer uma determinada reflexão sobre alguns elementos básicos do desenvolvimento psíquico, visto que uma criança não se apropria ao exterior do objeto, ela faz deles como seus, assumindo o ato de apropriar-se dos mesmos. (LEONTIEV, et al, 2003).

Na concepção sócio histórica, percebe-se que a visão de homem se encontra ligada à ação que o mesmo manifesta sobre o meio material, social, o mundo inteiro é literalmente modificado pela ação do homem. O leque de habilidades e saberes são formulados mediante cada realidade encontrada e sendo transmitidos modificando costumes, o exercício de escrever é um dos itens criados pelo homem, é possível detectar essas habilidades no aprimoramento que consegue ajudar visando aperfeiçoar essas habilidades. (BOCK, 2004).

Na teoria vygotskyana, aponta (Neves e Damiani - 2006), que o homem vive inserido no meio cultural, ele é capaz de fazer alterações e também sofre por necessitar passar por um processo de alteração pelo fato dele construir suas relações na qualidade de membro atuante do meio que faz parte. Todos já nascem com certas habilidades, elas são adquiridas por meio das dinâmicas relações com o meio em que se faz parte. Nota-se que o indivíduo inserido nas questões sociais e culturais recebe a influência dialética que ocorre a partir de toda essa relação.

No pensamento de Vygotsky, compreende-se que o homem consegue se desenvolver, ele tem essa capacidade, mas isso não acontece entre fatores distintos e separados, nem também por influências ambientais, existe em meio a tudo isso uma troca mútua desses elementos. O homem é um ser social, ele é caracterizado por isso e está, extremamente, ligado com frequência à sociedade e aos acontecimentos vivenciados. Com isso, também passa a ser considerado um importante produto biológico, está claramente dentro de toda a história da humanidade sendo fonte atuante nas manifestações culturais deixando a sua contribuição para aprimoramento e crescimento da mesma.

## PRECONCEITO

Todos se deparam, frequentemente, com o preconceito, ele marca uma presença muito forte na vida da humanidade, surge muitas vezes de maneira sutil, no meio familiar o mesmo também ocupa um espaço notório quando algum membro da família não é aceito por algum motivo, segundo Koehler (2003), é uma violência de caráter psicológico que não deixa explícitas marcas. Na maioria das vezes o mesmo é encontrado dentro de nós mesmos, no entanto, torna-se muito mais fácil detectá-lo no outro. A relação entre sujeito e sociedade causa uma tensão perigosa e esse fenômeno denominado preconceito encontra caminho e começa a agir desestruturando toda uma vida psicológica e social. Crochik (1997), o preconceito é uma ideia antecipada das coisas, muitas vezes fala-se daquilo que não se tem o devido conhecimento gerando uma visão errada antecipada da verdade. O homem não nasce preconceituoso, ele aprende a ser mediante toda a sua vivência inserida no meio social, toda criança consegue perceber de alguém para com ela, felizmente, isso não bloqueia a capacidade dela se relacionar com o diferente.

A ignorância é a verdadeira raiz do preconceito, manifesta-se à discriminação de um modo geral quando não se obtém o conhecimento daquilo que se critica e quando se passa a conhecer passa-se a gerar possibilidades para se trabalhar com precisão o desenvolvimento da inclusão. A possibilidade de superação do preconceito e da discriminação só é possível com a

busca do acesso maior a informação que é um ponto de partida colocando fim nessa negativa ideologia do preconceito, sabe-se que com a evolução natural da sociedade foi adicionado um índice de fatores considerados importantes para ser considerado “normal”, ou seja, um indivíduo com TEA – Transtorno do Espectro Autista enfrenta diversos desafios justamente porque o ser humano, infelizmente, tem a capacidade de absorver o que há de ruim e transporta essa carga de discriminação praticando a não aceitação do diferente.

As barreiras são inúmeras, um jovem autista se depara constantemente com a falta de oportunidade no mundo do trabalho, por mais competência que o mesmo possa ter ele é literalmente desacreditado. De acordo com (SILVA, 2013), o trabalho é uma fonte de sobrevivência, nele se conquista metas particulares onde se adquire a independência financeira obtendo um grau de satisfação de cunho pessoal se sentindo um ser realizado, essa inclusão torna o jovem autista trabalhador mais confiante e valorizado nas suas habilidades motivando-o a ser mais criativo, desenrolado, despertando nele o gosto pela experiência diária, fazendo-o crescer como profissional importante levando-o a se tornar um gerador de ideias que colocam o ambiente de trabalho num melhor patamar dentro da sociedade comercial.

## LINGUAGEM E ESCOLA

Um dos estudos mais antigos citados na história da humanidade é a linguagem, durante longos anos ela vem conseguindo fixar um fascínio, cada povo mediante a sua cultura manifesta as suas mais variadas formas de linguagem, cada uma com o seu jeito próprio de ser mediante a sua realidade social.

Magna Soares (2000) afirma que:

A forma de linguagem de uma pessoa é extraída do meio em que ela vive, o espaço a qual é inserida exerce uma forte influência, o meio religioso se utiliza de uma linguagem oriunda da experiência espiritual ocorrida entre os seus costumes, na política o jeito de se comunicar foca na forma de persuadir o outro visando uma conquista às vezes de cunho partidário, quando se está inserido no meio dos amigos de classe ou de rua a expressão linguística exerce outro formato de comunicação onde se encontra geralmente as gírias.(SOARES, 2000, s/p)

A criança nasce e cresce participando de todos esses segmentos, nesse contexto cultural de linguagem, ela vai conseguindo observar atentamente aquilo que mais lhe encanta e aos poucos vai procurando caminhos para poder praticar a sua linguagem escolhida. A escola assume uma responsabilidade de imensurável valor, ela tem a capacidade de averiguar esses tipos de linguagem e respeitando os anseios e a necessidade da criança estuda e planeja ações direcionadas a realidade encontrada com o real objetivo de apresentar uma linguagem mais formal sem precisar ferir o que ela aprendeu extra escola, visto que a forma de falar aprendida fora da escola não deixa de ser também uma comunicação, pois existe entendimento daquilo que se diz.

## A LEI BERENICE PIANA (12.764/12)

Nasce a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA.

Pela constituição Federal do ano de 1988 a Lei Berenice Piana vem garantir alguns direitos, coloca com ênfase a importância que as pessoas com TEA – Transtorno do Espectro Autista têm os mesmos direitos garantidos como cidadãos do país, esses direitos estão previstos no Estatuto da Criança e Adolescente (Lei 8.069/90), e os maiores de 60 anos estão protegidos pelo Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003).

Essa lei garante aos autistas o direito a um diagnóstico precoce, como também assegura terapias, tratamentos, o acesso aos medicamentos pelo Sistema Único de Saúde – SUS, vem garantindo o direito à educação de qualidade, proteção social, enfatiza a necessidade de colocá-los num patamar de igualdade social para que possam obter oportunidades como trabalhadores atuantes no meio em que vive. A lei também ressalta também que o TEA é considerado pessoa com deficiência dentro dos efeitos legais.

Nota-se a devida importância dessa lei que permite acolher os TEA – Pessoas com Transtorno do Espectro Autista serem inseridas com vigor nas leis específicas de pessoas com deficiência (13.146/15) Estatuto da Pessoa com Deficiência, seguindo as normas internacionais assinadas pelo Brasil - Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (6.949/2000).

Algumas legislações que regulam questões mais específicas do cotidiano das pessoas com TEA. São elas:

- Lei 7.853/ 1989: Estipula o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público e define crimes.
- Lei 8.742/93: A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que oferece o Benefício da Prestação Continuada (BPC). Para ter direito a um salário mínimo por mês, o TEA deve ser permanente e a renda mensal per capita da família deve ser inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo. Para requerer o BPC, é necessário fazer a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e o agendamento da perícia no site do INSS.
- Lei 8.899/94: Garante a gratuidade no transporte interestadual à pessoa autista que comprove renda de até dois salários mínimos. A solicitação é feita através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).
- Lei 10.048/2000: Dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e outros casos.
- Lei 10.098/2000: Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- Lei 7.611/2011: Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado.
- Lei 13.370/2016: Reduz a jornada de trabalho de servidores públicos com filhos autistas. A autorização tira a necessidade de compensação ou redução de vencimentos para os funcionários públicos federais que são pais de pessoas com TEA.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta maneira, pode-se constatar que o âmbito educacional, em termos gerais, infelizmente, ainda não se encontra, definitivamente, preparado para receber com dignidade os TEA – pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Não existe uma política pública enraizada nos termos legais que possa assegurar os direitos que reconhecem como cidadão capaz de atuar na sociedade, contribuindo de forma significativa com o crescimento do país. Muitos direitos continuam sendo negados, embora com a existência da Lei Berenice Piana (12.764/12) seja possível enxergar muitas angústias das famílias que enfrentam diariamente a palavra não, vinda de uma escola, de um comércio, de uma igreja e até mesmo de pessoas parentes.

Todas essas dificuldades encontradas no decorrer de cada dia, devem ser enfrentadas sem medo, com coragem. É importante ter consciência da existência dos inúmeros desafios, deixar que eles fracassem à luta e se entregar aos objetivos dos que desejam fechar as portas como se os TEA fossem pessoas incapazes de exercer suas potencialidades nos diferentes meios de oportunidades existentes na sociedade.

Com isso, percebe-se a importância de um trabalho de conscientização que seja realizado por uma equipe ou pessoas interessadas que construam através de um planejamento específico uma ação voltada para todos aqueles menos esclarecidos. Objetivando uma melhor expansão do entender o TEA, atribuindo-o valor, oportunidade e ajudando-o a vencer os desafios do preconceito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, W. M. J. Reflexões a partir da psicologia sócio-histórica sobre a categoria “consciência”. Ed: cadernos em pesquisa, n.110, p.125-142, julho, 2000.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). Manual Diagnóstico e Estatístico De Transtornos Mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- AUTISMO E REALIDADE – Convivendo com o TEA – Direitos Iguais. [https://autismoerealidade.org.br/convivendo-com-o-tea/leis-e-reitos/#:~:text=A%20Lei%20berenice%20piano%20\(12.764,social%3B%20ao%20trabalho%20e%20a](https://autismoerealidade.org.br/convivendo-com-o-tea/leis-e-reitos/#:~:text=A%20Lei%20berenice%20piano%20(12.764,social%3B%20ao%20trabalho%20e%20a)
- BOCK, A. M. B. A perspectiva sócio histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. Cedes: Campinas, v. 24, n.62, p.26-43, abril, 2004.
- CROCHÍK, J. L. (1997). Preconceito individual e cultura. São Paulo: Robe Editorial.
- GONÇALVES, L. P., ABRÃO, J. L. F., MANZATO, A. C. Contribuições da psicologia para inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista no município de Assis. Presidente Prudente: Colloquium Humanarum, v.11, n. especial, jul-dez, p. 1189-1197, 2014.
- LEMOS, E. L. M. D., SALOMÃO, N. M. R. RAMOS, C. S. A. Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar. Ed: Esp. Marília: Rev.Bras, v. 20. n.1, p. 117-130, jan-mar, 2014.
- LEONTIEV, et al. Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. Ed: 2º. São Paulo: Centauro, 2003.
- KOEHLER, S. M. F. (2003). Violência Psicológica: um estudo do fenômeno na relação professor-aluno. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo
- NEVES, R. A., DANIANI, M. F. Vygotsky e as teorias da aprendizagem. Rio Grande do Sul: Unirevista, v.1, n.2, abril, 2006.
- SILVA, A. C. M. da. Autismo: o acesso ao trabalho como efetivação dos direitos humanos. Dissertação (Mestrado em Direito) – Recife, UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco, 2013.
- SOARES, Magna. Linguagem e Escola. Uma Perspectiva Social– 2000.

**EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE O  
PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS**  
**INCLUSIVE SPECIAL EDUCATION: A BIBLIOGRAPHIC STUDY ON THE STUDENT  
INCLUSION PROCESS**  
**EDUCACIÓN ESPECIAL INCLUSIVA: UN ESTUDIO BIBLIOGRÁFICO SOBRE EL  
PROCESO DE INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES**

Maria Leonice Marques Nery

NERY, Maria Leonice Marques. **Educação Especial Inclusiva: um estudo bibliográfico sobre o processo de inclusão de alunos.** Revista Internacional Integralize Scientific, Ed. n.24, p. 83 – 89, junho/2023. ISSN/2675 – 5203.

### RESUMO

O presente trabalho tem a finalidade de apresentar uma abordagem histórica da educação especial, perpassando desde o passado distante até o presente, apresentando a evolução dessa modalidade de ensino, seus olhares e interpretações. Trata-se também de analisar a parte legal que ampara os portadores de necessidades especiais, tanto na questão educacional quanto na perspectiva da inclusão social, o respeito às diferenças e o que nos apresenta a respeito disto os documentos que regem nosso sistema de ensino. Dessa forma, com intuito de propor uma educação de qualidade para todos, é extremamente necessária uma reconstrução ideológica contribuisse melhorias no processo educativo que reveja conceitos e paradigmas com o propósito de reorganização no sistema de ensino brasileiro.

**Palavras-chave:** Escola; Ensino Regular; Necessidades Educacionais Especiais.

### SUMMARY

This study aims to present a historical approach to special education, passing from the distant past to the present, with the evolution of this type of education, their views and interpretations. This is also to analyze the legal part that supports people with special needs, both in the educational issue and the perspective of inclusion: social, respect differences and that presents us with the documents governing our education system. Thus in order to offer a quality education for all, and desperately needed an ideological reconstruction, contribute improvements in the educational process to review concepts and paradigms for the purpose of reorganization in the Brazilian education system.

**Keywords:** School; Regular education; Special Educational Needs.

### RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo presentar una aproximación histórica a la educación especial, yendo desde un pasado lejano hasta el presente, presentando la evolución de esta modalidad de enseñanza, sus perspectivas e interpretaciones. Se trata también de analizar la parte jurídica que apoya a las personas con necesidades especiales, tanto desde el punto de vista educativo como desde la perspectiva de la inclusión social, el respeto a las diferencias y lo que nos presentan al respecto los documentos que rigen nuestro sistema educativo. Por lo tanto, para proponer una educación de calidad para todos, es sumamente necesaria una reconstrucción ideológica que contribuya a mejoras en el proceso educativo que revise conceptos y paradigmas con el objetivo de reorganizar el sistema educativo brasileño.

**Palabras clave:** Escuela; Educación regular; Necesidades Educativas Especiales.

### INTRODUÇÃO

O interesse pela temática surgiu da necessidade de discutir e colaborar com uma melhor compreensão da educação inclusiva, cujo objetivo principal é demonstrar que a educação inclusiva não é apenas um paradigma ou ideologia no cenário educacional brasileiro, mas uma realidade válida em nosso país e isso cobre positivo com muito estudo, pesquisa e dedicação. Dado este contexto, abordando o problema da educação inclusiva nos processos de ensino da escola de aprendizagem escolar.

Desta forma, esta investigação é justificada quando a inclusão de alunos com deficiência, o papel da gestão escolar é discutido, o papel do professor neste processo de inclusão. Como sabemos que a realidade deste processo inclusivo permanece muito diferente do que é proposto na legislação atual do país e também requer muitas discussões sobre o assunto, em relação aos desafios da educação equitativa para a educação de qualidade para todos os alunos com deficiência.

O objetivo deste trabalho é ajudar os envolvidos na educação para refletir sobre pontos de inclusão positivos e negativos. Definir os processos de educação e ensino e aprendizagem no atual contexto do ensino superior, analisando-os criticamente e suas funções? Não pode ser negado que os sistemas educacionais devem mudar para responder às necessidades. As atividades de educação inclusiva não são as mesmas para a educação comum, este aprendizado e eficiente permite o maior poder, integração, independência, qualidade de vida e inclusão.

O presente trabalho é organizado em seis momentos diferentes no início, temos a introdução do nosso trabalho, que contém, introdução, justificação e importância, questões de pesquisa, objetivos gerais e objetivos específicos, relevância da pesquisa. No segundo, contém uma pesquisa bibliográfica com motivo teórico. Finalmente, no terceiro, a metodologia apresenta as considerações e referências finais.

### **Breve Perspectiva Histórica da Educação Inclusiva**

Na pesquisa sobre este tema de pesquisa, é importante tratar as diferentes concepções da pessoa com deficiência durante a história da humanidade. Pessoas com deficiências, aqueles considerados "diferentes" da antiguidade até hoje, sempre foram marcados pela exclusão e trazem a marca da rejeição à pessoa com deficiência, sempre foi considerada uma das normas normais do ponto de vista histórico. Cultural, que sempre a sociedade, critérios de normalidade. Muitos termos foram usados para identificar pessoas com deficiências e cruzadas que buscam um senso de inovação na busca de superar preconceitos.

Nos Estados Unidos, até cerca de 1800, a grande maioria dos alunos com deficiências não era considerada digna de educação formal, embora sejam percebidas como os irmãos participantes da comunidade. Para a maioria dos estudantes pobres nos Estados Unidos desacreditados ou não, a primeira dificuldade era simplesmente acessar a educação.

No final da guerra Americana da Independência, em 1783, grupos e cidadãos ricos estabeleceram várias sociedades filantrópicas cuja principal preocupação era garantir que grupos marginalizados não ameaçassem a República e os valores norte-americanos vigentes na época. Os motivos da assistência social e do controle eram interligados no funcionamento dessas instituições. Alguns líderes da educação especial da época fizeram notáveis esforços para promover a ideia de que todas as crianças, incluindo as deficientes, deveriam ter direito ao ensino (STAINBACK, 1999, p. 37).

Um dos representantes desse movimento foi Benjamim Rush, médico do final da década de 1700, que foi um dos primeiros norte-americanos a introduzir o conceito da educação de pessoas com deficiência.

As instituições para pessoas com deficiência continuaram a crescer em número e tamanho durante o final do século XIX até a década de 1950, ao mesmo tempo em que surgia uma nova tendência de escola conhecida como "escolas comuns", nas quais a maioria das

crianças eram educadas, embora vários grupos de crianças fossem excluídas das escolas públicas regulares. Entre 1842 e 1918, todos os estados legislaram o ensino obrigatório e as escolas públicas atraíram enorme quantidade de recursos para seu desenvolvimento (RURY, 1985; U. S. BUREAU OF THE CENSUS, 1975; U. S. DEPARTAMENTO EDUCATION, NATIONAL CENTER FOR EDUCATION STATISTICS, 1991).

Dentre os diversos grupos de crianças excluídas das escolas públicas normais, tínhamos os afro-americanos e nativos americanos que eram educados em sistemas escolares separados. Além disso, os alunos com deficiência mental visível acima de tudo continuaram a ser segregados.

Instituições residenciais e escolas especiais permaneceram como aquelas indicadas para limpar os desativados, surdos ou estudantes físicos. Os alunos com déficits de desenvolvimento geral não tinham serviço educacional disponível e quase sempre estavam sempre nas casas dos fundos de instituições estatais.

Por muitos séculos, o termo atraso atrasado foi utilizado, atualmente presente nos códigos de classificação das doenças mais importantes. Na década de 1960, a pessoa pobre ou atrasada foi reconhecida como "individual excepcional", o que significa que era um talento especial, na tentativa de atribuir um significado positivo às pessoas, superando as atitudes preconceituosas. Em pouco tempo, novas expressões têm circulado, como pessoas ou simplesmente especiais, na tentativa de cancelar o significado da deficiência. No final da década de 1980, o movimento de inclusão que desafia qualquer situação de exclusão, com base no princípio da igualdade de oportunidades nos sistemas sociais, incluindo a instituição educacional.

Esse movimento global precisa garantir o direito de todos os alunos participarem da escola regular e avaliação da diversidade, de modo que as diferenças sejam parte do estado da instituição e todas as formas de construção de aprendizagem são consideradas na escola espacial.

## AS LEIS - A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

A nossa Constituição Federal (1988) garante que é objetivo da República Federativa do Brasil “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Artigo 3º, Inciso IV). Em seu Artigo 5º, a Constituição garante o princípio de igualdade:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]. (BRASIL, 1998, online)

Além disso, a Constituição Federal garante em seu Artigo 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Logo mais, no Artigo 206, estabelece a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. O Atendimento Educacional Especializado, oferecido preferencialmente na rede regular de ensino, também é garantido na Constituição Federal (Artigo 208, Inciso III).

Portanto, a Constituição Federal garante a todos os alunos a frequência no ensino regular, com base no princípio de igualdade. Assim, todo aluno tem direito de estar matriculado no ensino regular e a escola tem o dever de matricular todos os alunos, não devendo discriminar qualquer pessoa em razão de uma deficiência ou sob qualquer outro pretexto.

A Lei nº 7853/89 garante a oferta obrigatória e gratuita da educação especial em estabelecimento público de ensino, considerando crime a recusa de alunos com deficiência em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado. Já a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) foi aprovada em Jomtien, Tailândia, em 1990.

Essa declaração tem como objetivo garantir o atendimento às necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos. Em seu Artigo 3º a Declaração trata da universalização do acesso à educação e do princípio de equidade. Especificamente em relação à educação dos alunos com deficiência, o documento diz:

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiência requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte do sistema educativo (ONU, 1990, p. 4).

Assim, essa Declaração afirma o direito de todas as pessoas à educação, assegurando a igualdade de acesso às pessoas com deficiência. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, aponta que a educação de pessoas com deficiência deve dar-se preferencialmente na rede regular, sendo um dever do Estado e da família promovê-la. O objetivo da escola, segundo a lei, é promover o pleno desenvolvimento do educando, preparando-o para a cidadania e qualificando-o para o trabalho.

É importante destacar que a LDBEN garante, em seu Artigo 59, que os sistemas de ensino assegurarão aos alunos com necessidades especiais:

[...] Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades;  
- Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados. (BRASIL, 1996, online)

## **A ESCOLA E O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO**

Diversas vezes não temos um comportamento adequado quando nos deparamos e às vezes não sabemos nos comportar quando nos deparamos com alguém com deficiência. Talvez a falta de formação adequada nos coloque em algumas situações desconfortáveis no nosso dia a dia e o nosso trabalho tem como objetivo mostrar o desenvolvimento do professor dentro da sala de aula para alunos com deficiências.

Trazendo para nossa realidade a questão da inclusão dentro da escola levantando quais são as nossas expectativas como professor e quais são as expectativas dos alunos com deficiência e da comunidade como expectadores do trabalho desenvolvido. Muitos professores têm o curso de graduação e não se preocupam em fazer um estudo continuado deste trabalho, o

professor tem que gostar e se responsabilizar pelo seu trabalho, para que venha desenvolvê-lo com qualidade.

A escola juntamente com o professor, precisa repensar nas suas estratégias de ensino para não ficar preso ao espaço delimitado da sala de aula, faz se necessário repensar nas práticas pedagógicas até mesmo numa nova gestão de classe, porque ainda é muito forte a ideia de controle, principalmente quando se fala em delimitação de espaço. É de grande importância pensar não só no ambiente, como também no acesso e permanência nesse espaço como um todo, seja na escola como prédio ou até mesmo nas mesas e cadeiras, sempre utilizando os meios ofertados pela instituição, todos os materiais devem ficar aos cuidados apenas dos professores e não ao alcance das crianças e a forma como o espaço físico é organizado também é definido por ele, pois é o professor que irá tomar partido da situação, seja ela qual for, pois o espaço realmente é de fundamental importância sendo um dos elementos essenciais na abordagem educacional.

Talvez ainda seja preciso pensar na acessibilidade em relação ao espaço tanto na cidade como na escola; espaço adequado para diferentes necessidades e diferentes idades; espaço organizado e adaptado. O professor como mediador deverá promover um ensino igualitário e sem desigualdade, já que quando se fala em inclusão não estamos falando só dos deficientes e sim da escola também, onde a diversidade se destaca por sua singularidade, formando cidadãos para a sociedade.

A partir da segunda metade do século XX, começa a viver – não sem contradições e conflitos – um momento de maior consolidação de algumas demandas dos movimentos sociais e da sua luta pelo direito à diferença. É possível perceber alguns avanços na produção teórica educacional, no Governo Federal, no Ministério da Educação, nas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, nos projetos pedagógicos das escolas, na literatura infanto-juvenil, na produção de material didático alternativo e acessível em consonância às necessidades educacionais especiais dos alunos (INDAGAÇÕES SOBRE CURRÍCULO, 2008, p. 27).

Na última década houve vários avanços nas políticas de inclusão. Propostas de educação inclusiva começam a acontecer nas redes de educação e nas escolas. A Educação Inclusiva tem por objetivo entender as diferenças, mantendo-as ativas, encorajando o seu aparecimento e expressão, enfim tornando-as presentes e utilizáveis para o processo educativo de todos os alunos. Incluir uma criança na escola regular significa proporcionar a todos os alunos o aprendizado de conviver com a diversidade, sem anulá-la. Embora todos sabemos que a inclusão como imaginamos e idealizamos não é a mesma que vemos na prática. Incluir não é simplesmente levar uma criança com deficiência a frequentar o ensino regular. A inclusão é uma conquista diária para a escola, para a criança e para seus pais. Todo dia é um dia novo na inclusão (FACION, 2009, p. 203).

Adotar uma filosofia inclusiva consiste em entender para si e para os outros os direitos democráticos e igualitários da inclusão. A inclusão não tem um fim, pois ela representa, em sua essência, mais um processo do que um destino.

A inclusão representa, de fato, uma mudança conceitual e nos valores culturais para as escolas e para a sociedade como um todo. E que a escola seja realmente um lugar onde não são observadas diferenças, tais como, cor, credo, raça, potencialidades, limites, etc., é preciso que realmente a escola seja um local de aprendizagem da cidadania.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se, a partir das leituras realizadas, que a escola deve oferecer às crianças com deficiência uma série de estímulos úteis ao seu desenvolvimento. Estímulos corretos, nos momentos certos, acompanhados de amor, carinho, afeto, compreensão e apoio certamente contribuirão para o desenvolvimento do potencial da criança, fazendo com que chegue à idade adulta como um ser feliz e socialmente útil, pois aprendeu no convívio em sociedade.

Realmente é possível um outro modelo de educação e de escola, onde todas as crianças possam conviver e estudar juntas, movidas pela solidariedade, cooperação e amizade. A família, é o primeiro grupo que pertence o indivíduo e onde ele tem a oportunidade de aprender através dos conhecimentos adquiridos, seja de forma positiva: afeto, estímulo, apoio, respeito, sentir-se útil; e negativa: frustrações, limites, tristezas, perdas, todas elas são fatores resultantes de singular importância para a formação da personalidade de qualquer criança, com deficiência ou não.

Toda família, seja com uma criança com deficiência ou não, tem uma maneira particular de tratá-la. Em geral, quando chegam à escola, mostram-se receosos, preocupados, ansiosos, pois, muitos deles recém irão tomar conhecimento que a criança apresenta alguma deficiência e temem que seus filhos sejam discriminados.

Quando a família se sente apoiada pela escola, esse sentimento se reflete também sobre a criança, criando um clima favorável ao trabalho. Os pais precisam se sentir tão incluídos quanto seus filhos. É fundamental evidenciar que na escolarização de uma criança com deficiência estão envolvidos, além da própria criança, seus pais e os educadores.

Cabe à escola acolher essa criança, fazer o que estiver ao seu alcance para que se beneficie do contexto escolar e usufrua das mesmas obrigações e direitos das outras crianças. Nessa direção temos consciência que todas essas reflexões teóricas preconizando a inclusão escolar, não serão concretizadas por um ato, ou legalizações, mas sim em um processo cultural que envolve a sociedade, quebrando preconceitos e se renovando.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Atlas, 1988.
- BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de dezembro de 1996. Florianópolis: Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Portaria CENESP/MEC, Brasília, n. 69, 1986.
- BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. 2. ed. Brasília: MEC; SEESP, maio de 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Documento subsidiário à política de inclusão. Brasília: SEESP, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Documento subsidiário à política de inclusão. Brasília: SEESP, 2007.
- CARDOSO, M. Aspectos históricos da educação especial: da exclusão à inclusão – uma longa caminhada. In: MOSQUERA, J.; STOBAÜS, C. (org.). Educação especial: em direção à educação inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- CARVALHO, R. E. A nova LDB e a educação especial. Rio de Janeiro: WVA, 2004.
- CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS. Brasília: Corde, 1994.
- FACION, J. R. Inclusão escolar e suas implicações. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008
- INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. Secretaria da Educação Especial, out. 2005; jan. /Jul. 2010.
- INDAGAÇÕES SOBRE CURRÍCULO. Currículo, conhecimento e cultura. Ministério da Educação, 2008.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- MANTOAN, M. T. Eglér, PRIETO, R. Gavioli, ARANTES V. Amorim (Org.). Inclusão Escolar: pontos e contrapontos, 1 ed., São Paulo: Summus, 2006. (1ª. Parte) Disponível em: [http://www.umcpo.com.br/centraldoaluno/arquivos/24\\_08\\_2013\\_216/Sab\\_modulo3\\_completo.pdf](http://www.umcpo.com.br/centraldoaluno/arquivos/24_08_2013_216/Sab_modulo3_completo.pdf). Acesso em 12/04/2021
- MANTOAN, M. T. E. Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 1988.
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna.
- MELERO, M. L. Diversidade e cultura: uma escola sem exclusões. Espanha: Universidade de Málaga, 2002.
- PACHECO, J. (org.). Caminhos para inclusão. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- PAN, M. A. G. S. O direito à diferença: uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva. Curitiba: IBPEX, 2008.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Adaptações curriculares. Brasília: Ministério da Educação, 1999.
- PERRENOUD, P. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- SANTOS, B. S. A construção multicultural da igualdade e da diferença. Oficina do CES, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, n. 135, jan. 1999.
- SILVA, T. T. da. Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- SKLIAR, C. (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- SKLIAR, C. (org.). Pedagogia (improvável) da diferença
- STAINBACK, S. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- ZILLOTTO, G. S. Educação especial e educação inclusiva: fundamentos psicológicos e biológicos das necessidades especiais. Curitiba: IBPEX, 2007. Santos, Antônio Raimundo dos. Metodologia científica. A construção do conhecimento .3. ed de janeiro: Dp8A. 2000

## DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS DIAS ATUAIS CHALLENGES OF INCLUSIVE EDUCATION TODAY DESAFÍOS DE LA EDUCACIÓN INCLUSIVA HOY

Maria Leonice Marques Nery

NERY, Maria Leonice Marques. **Desafios da Educação Inclusiva nos dias atuais**. Revista International Integralize Scientific, Ed. n.24, p. 90 – 97, junho/2023. ISSN/2675 – 5203.

### RESUMO

O trabalho tem como principal objetivo avaliar a educação inclusiva a partir de uma abordagem da necessidade da importância deste processo para as crianças, pois há a exclusão diariamente de diversas delas pela sociedade em todos os aspectos e não somente na área da educação e no social. Através das leis consolidadas as crianças adquiriram esta inclusão, um marco na história de educação que precisou ao longo do tempo ser consolidado e aperfeiçoado conforme as necessidades das crianças, de modo a constituir-se um instrumento primordial para a criança com deficiência por possibilitar o direito à igualdade. Este trabalho foi composto de pesquisa bibliográfica, a qual analisa diversos e diferentes autores que abordam acerca da inclusão.

**Palavras-Chave:** Inclusão. Educação. Igualdade.

### SUMMARY

This study aims to analyze the Inclusive Education in Regular Education to make an approach to the importance of this process for the kids because many of them on a daily basis are excluded by society in all respects and not only in education and society. Through the consolidated laws children acquired this inclusion, a landmark in the history of education that needed to be consolidated over time and perfected as the needs of children, in order to constitute a key instrument for children with disabilities by enabling the right equality. This work consisted of literature, which analyzes several different authors who address inclusion.

**Keywords:** Inclusion. Education. Equality.

### RESUMEN

El principal objetivo del trabajo es evaluar la educación inclusiva desde un enfoque de la necesidad de la importancia de este proceso para los niños, ya que diariamente existe exclusión de varios de ellos por parte de la sociedad en todos los aspectos y no solo en el área de la educación. y sociales. A través de leyes consolidadas, los niños adquirieron esta inclusión, un hito en la historia de la educación que con el tiempo necesitó consolidarse y perfeccionarse según las necesidades de los niños, para constituirse en un instrumento primordial para los niños con discapacidad al posibilitar el derecho a la igualdad. Este trabajo estuvo compuesto por una investigación bibliográfica, que analiza varios autores diferentes que abordan la inclusión.

**Palabras clave:** Inclusión. Educación. Igualdad.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa o processo de desenvolvimento da educação inclusiva para crianças com necessidades especiais e seu papel em proporcionar maior interação com as outras pessoas ao seu redor como uma ferramenta para amenizar a discriminação e preconceito na sociedade. Além disso, este capítulo também analisa os desafios da educação inclusiva: como o docente e suas famílias carecem de informação, preconceito e exclusão, as crianças com deficiências encontram obstáculos que as impedem de crescer com outras crianças.

Por meio desse método, pode-se analisar que o papel da escola é fundamental para a inclusão das crianças com necessidades especiais, desde o processo de inclusão às crianças com necessidades especiais, e posteriormente ao papel do professor. Atualmente, a escola é considerada uma instituição que facilita a transformação social por meio da integração e oportunidades educacionais e promove amplas discussões a fim de promover mudanças para

realmente atender às necessidades educacionais especiais, e apoia a deficiência em todos os aspectos da economia, sociedade e educação.

As pessoas se integram à sociedade, promovendo a tolerância. A educação inclusiva para crianças com necessidades especiais envolve a identificação e eliminação de barreiras, o que significa a coleta contínua de informações valiosas para atender o desempenho dos alunos no planejamento e estabelecimento de metas nessa área.

No entanto, a inclusão pressupõe também uma maior participação entre a família e a escola e entre a escola e a comunidade, onde todos procuram uma educação de qualidade para todas as crianças com necessidades especiais.

Fávero et al (2009) destacam que é importante enfatizar que uma educação inclusiva de qualidade se baseia no direito de todos os alunos a uma educação de qualidade que atenda às suas necessidades básicas de aprendizagem e enriqueça suas vidas. Portanto, ao focar nos grupos marginalizados e desfavorecidos, a educação inclusiva de alta qualidade busca desenvolver todo o potencial de todos, com o objetivo de eliminar todas as formas de discriminação e promover a coesão social.

Mazzota (2001) destacou que a imagem da criança com deficiência há muito está relacionada à deficiência, à restrição e à doença, embora a deficiência seja caracterizada apenas por aspectos biológicos, ela acaba ganhando força e se cristalizando gradativamente. Diante dessa realidade, porém, esse tema se produz como uma ação de adaptação à sociedade, mas não busca uma mudança social, que elimine os obstáculos estruturais e artificiais impostos às pessoas com deficiência, evitando que seus limites se tornem uma nova forma de fornecer o caminho. Oportunidade, a possibilidade dessa pessoa. Com isso, a sociedade tem se tornado difícil de se preparar para a aceitação desses alunos, fazendo com que sejam discriminados e encontrando muitas dificuldades para obter e fazer valer seus direitos.

Considerando esses aspectos, é importante enfatizar a necessidade dos professores atentarem para os fatores e características da deficiência, bem como métodos especiais para os deficientes e alunos com necessidades especiais que superem obstáculos respeitando, aceitando e apoiando famílias.

Portanto, o objetivo deste trabalho é compreender a importância atual da inclusão de alunos especiais na educação formal, que é uma forma de capacitá-los a obter o direito à igualdade, justiça e educação de qualidade, o que demonstra diretamente a importância do papel da escola. Os professores estão em processo de estabelecer tolerância e destacar o contexto histórico do surgimento de alunos especiais.

### **A Educação Inclusiva**

Segundo Mantoan (2003), a educação inclusiva é fruto do pluralismo, da democracia e da transcendência da educação, pois gera uma crise escolar, ou seja, uma crise de identidade institucional, que por sua vez abala a identidade dos professores e os coloca em apuros. A identidade do aluno desapareceu. Dessa forma, a Educação para Todos visa cumprir suas obrigações, matricular todas as crianças na escola e defender valores como a moral, a justiça, o acesso ao conhecimento e o direito à formação.

Ao contrário, Carvalho (2000) defende a tolerância responsável e a considera uma metodologia, ou seja, direitos iguais a oportunidades iguais.

A educação inclusiva é basicamente o fundamento da inclusão educacional no campo dos valores humanos. Como disse Mantoan (Mantano, 2007), o fundamento da inclusividade como direitos e obrigações de todas as pessoas é manter a humanidade, o que inclui essencialmente enfrentar os vizinhos. de mudança, o próximo não é mais um indivíduo qualquer, apenas o encontramos em nossa existência, ou vivemos mais ou menos conosco.

No conceito de Carvalho (Carvalho, 2008), a educação inclusiva nasceu na realidade e não se pode mais ignorá-la, portanto, é necessário repensar a escola, descartar os padrões ideais do aluno e buscar a aceitação diferente. A autora acrescenta: “Somos diferentes, queremos ser assim, em vez de copiar precipitadamente o modelo. Somos iguais em inclusividade e igualdade de direitos” (CARVALHO, 2008,p.23).

Coll (2004) declarou ainda que a educação inclusiva se esforça para reduzir a discriminação existente contra crianças com necessidades especiais por meio de várias mudanças ao longo de seu processo de desenvolvimento, especialmente no combate a qualquer forma de discriminação durante os anos 1990.

Para Fonseca (2005), a educação inclusiva vem construindo gradativamente uma nova forma de olhar a educação para que cada criança possa ouvir com mais precisão, pois esta é uma das prioridades para atender às suas necessidades e necessidades de aprendizagem. Adultos, ampliando os direitos das pessoas com deficiência no processo educacional. Além disso, é responsável por mudar o sistema de ensino, tomando medidas prioritárias para a expansão da educação infantil, lançando programas de formação de professores e organizando recursos e serviços pedagógicos, e oferecendo outras alternativas, exigindo mudanças na formação de professores e planos de adaptação para ambos. Educação.

Para Mantoan (2003), uma política de educação inclusiva pode garantir todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até a universidade, pois as escolas regulares são o ambiente mais adequado para garantir a relação entre alunos com ou sem deficiência e alunos com deficiência. Na mesma idade, em geral, qualquer comportamento discriminatório interrompe qualquer tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento social, atlético, emocional e cognitivo dos alunos.

Fonseca (2005) destacou que o maior desafio da educação inclusiva são os obstáculos encontrados em todo o processo de formação, o que evidencia a falta de medidas de adaptação à escola regular e aos professores além da discriminação. . Na sociedade, geralmente existem preconceitos na família. Portanto, para o autor, no que se refere ao direito à educação, reformas estruturais e organizacionais devem ser realizadas nas escolas para compensar o tempo perdido.

Ainda segundo Fonseca (Fonseca, 2005), o propósito da educação inclusiva não é apenas lembrar os educadores, mas também lembrar a toda a sociedade a atenção para a atual demanda por uma educação não inclusiva, ou seja, respeitar as diferenças e fazer é uma educação de ferramentas para transformar as diferenças.

A autora também destacou que as pessoas com necessidades especiais carecem de tolerância, para que possam exercer seus direitos iguais. No que diz respeito à educação, devemos finalmente mencionar a tolerância e a oposição a qualquer forma de discriminação, nesta perspectiva, é necessário que a escola reavalie todos os seus conceitos para buscar uma educação que respeite a heterogeneidade.

No entanto, esta é uma tarefa difícil para uma organização que se adapta aos padrões para excluir qualquer forma de diversidade de seu espaço. Diante desses aspectos, é razoável

compreender a inclusividade dos alunos com deficiência especial, pois, dessa forma, pode-se destacar a importância da inclusividade em todos os aspectos, acrescenta Fonseca (2005).

Para Mazzotta (2001), a palavra tolerância aparece na política como forma de pensar o homem moderno, tendo como referência o mundo globalizado, no qual encontramos o interior e o exterior. No Brasil, o termo começou a circular em meados da década de 1980, principalmente por meio de grupos políticos de esquerda. Desde o início do século 21, o debate sobre o tema tornou-se mais intenso.

Segundo a pesquisa de Gandra (2010), a inclusão social no Brasil tem se manifestado no nível da inserção econômica, incluindo emprego e renda, inserção educacional gerada pela educação e conhecimento e inclusão digital, cujos principais componentes são a informação e a comunicação.

Mazzotta (2001) explica que o movimento pelos direitos das pessoas com deficiência tornou-se seu marco histórico em 1981, quando as Nações Unidas o declararam Ano Internacional das Pessoas com Deficiência. Neste ano, importantes conceitos ganharam reconhecimento internacional, incluindo os conceitos de vida independente, igualdade (capacidade de exercer os direitos civis) e capacidade, que representam a garantia de oportunidades iguais para a população em geral. Desde então, o movimento ganhou maior visibilidade e posteriormente promoveu outras modalidades, como a integração escolar. A integração escolar é um conjunto de métodos e ações que visam eliminar os interesses excluídos da vida social por diferenças de classe social, raça, escolaridade, idade, gênero, deficiência, expressão de crença ou preconceito racial. No entanto, a inserção não deve ser vista apenas como um problema pessoal a ser resolvido na estrutura do sistema que já deveria existir.

Segundo a pesquisa de Vitta e David (2007), a inclusão social é uma ferramenta prática para a construção de uma nova sociedade por meio da mudança do ambiente físico (espaços internos e externos, equipamentos, eletrodomésticos e móveis e meios de transporte). Portanto, na mentalidade de todas as pessoas, também existem pessoas com necessidades especiais. Por outro lado, a integração escolar proporciona à humanidade novos conhecimentos, novas tecnologias e formas de vida material, e forma uma nova sociedade, cultura e estilos de trabalho.

Porém, para atingir seus objetivos e se adaptar às necessidades escolares de todas as crianças com deficiência, as escolas precisam ser projetadas, revisadas em conteúdos e práticas e enfatizadas as diferenças, pois o preconceito e a discriminação dificultam a integração dos alunos na sociedade.

Pessoas com necessidades especiais em escolas regulares Para Sánchez (2005), as recomendações de inclusão baseiam-se no sucesso de cada criança por meio de uma pedagogia centrada no aluno, de forma que as dificuldades apresentadas possam ser superadas, mesmo para aquelas que estão em desvantagem. Portanto, para o autor, o sistema educativo é um sistema que primeiro garante o desenvolvimento e a integração social, torna as crianças, jovens e adultos com deficiência especiais únicos e caminha para uma sociedade inclusiva e com gravidade. Quanto maior for o esforço de adaptação da escola.

Todos os alunos devem ser educados de acordo com as diferenças de todos os alunos, de forma a valorizar e valorizar a particularidade de cada criança. Fundamentalmente, todas as ações devem ter como objetivo incluir as pessoas com necessidades especiais, estruturas e planos, garantindo as condições necessárias para uma educação de qualidade e respeitando todos os direitos.

Sánchez (2005) explicou que é necessário realizar uma avaliação para excluir as pessoas com deficiência da sociedade e levar em consideração a importância dos debates não resolvidos na comunidade.

Tendo em vista a relevância da educação inclusiva, o papel e a relevância dos professores para se adaptarem às necessidades dos alunos com deficiência e outros alunos em um currículo são enfatizados para desenvolver a igualdade e melhorar a autoestima dos alunos. ... vai, sem dúvida, levar a um salto na qualidade da aprendizagem, porque a educação é uma ferramenta poderosa para promover a igualdade de direitos para os alunos e para a sociedade em geral.

Bayer (Bayer, 2006) explica a importância do professor, pois ele sempre foi visto como fonte e disseminador do conhecimento, e as diferenças entre os alunos fazem com que esses profissionais busquem recursos e melhorias para atender às necessidades de cada aluno individualmente.

O autor destaca que educação inclusiva significa a formação de professores que saibam utilizar cursos heterogêneos com conteúdos curriculares diferenciados e adaptáveis e utilizar estratégias de ensino que melhor atendam às necessidades específicas de cada aluno. Portanto, a participação, interação e aprendizagem dos alunos são o foco principal.

O autor destaca que disponibilizar recursos e técnicas para fornecer informações e orientar cursos não só proporcionam aos alunos habilidades e oportunidades, mas a motivação para atender às suas necessidades de aprendizagem é um desafio para os professores. Por outro lado, Beyer (2006) destacou que a maioria dos profissionais da educação não está preparada para colocar em prática o princípio da inclusividade, enfatizando que os professores precisam ser capazes de levar em conta o ritmo de cada aluno inferior para compreender as crianças com deficiência. Porque as crianças com necessidades especiais têm muitas fragilidades e limitações. Além disso, para evitar a discriminação e o preconceito, elas devem entender a deficiência, e essa discriminação e preconceito são geralmente causados por alunos da educação formal ou outros profissionais da área de forma não intencional.

Dado que todas as crianças têm o mesmo direito à educação, existem várias questões sobre como cuidar de crianças com deficiência, mas deve-se considerar que é um direito estudar na escola e ser aceito pela educação da comunidade. Para qualquer pessoa, pois de acordo com o Regulamento Infância-Juvenil, a formação de profissionais da educação em escolas inclusivas não se limita à formação e aperfeiçoamento de cursos, mas deve também ampliar os conhecimentos existentes e inovar nos planos de ministrar cursos de forma dinâmica. concluiu que esta é uma forma interessante e interessante de participar

Carvalho (2005) destacou que incluir não significa apenas colocar todas as crianças no mesmo estado, pois a partir daí corre-se o risco de serem rejeitadas indevidamente, portanto, observar a posição sobre o corpo não significa fazer parte dele. O autor acrescenta que, além da penetração física, todos os alunos devem ser inclusivos em de aprendizagem e inclusão social, desenvolvimento atlético e cidadania plena. Portanto, o desafio da educação é organizar as escolas para atender a todos os alunos sem discriminação, valorizar as diferenças, enriquecer o processo educacional e participar com igualdade de oportunidades. Para que uma educação responsável e inclusiva se torne realidade, é necessária uma preparação escolar, incluindo a preparação para o profissional docente do ponto de vista técnico e psicológico, e acolhendo a diversidade. Exceto pelos direitos constitucionais dos administradores que se comprometem

com a qualidade do ensino e considerando os direitos constitucionais dos gestores profissionais e alunos com necessidades especiais.

Por esse compromisso de ser educação, além dos anúncios de mídia e início, é essencial realizar ações políticas em favor da educação inclusiva, de acordo com o estabelecimento brasileiro de 1988, no que diz respeito aos artigos da direita para a educação especial, bem como outras resoluções importantes disso, como o princípio da igualdade e o princípio da dignidade da pessoa humana. Finalmente, é ressaltado que a inclusão é um processo inacabado que ainda deve ser revisto, portanto, necessário para a União de todos os membros da comunidade educacional de implementação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação brasileira era de certa forma, porque observou a importância da educação e explicando a oportunidade real, considerando que a criança com deficiência têm a mesma necessidade básica do que outras que não têm apenas o aspecto da sobrevivência, mas a apreciação também inclui. No entanto, ainda não se observou que ainda existem escolas junto com a Sociedade para excluir aqueles fora dos padrões e expectativas esperadas.

O Educador, que é desativado pelo que está desativado na sala de aula, deve gradualmente quebrar essa visão, não marcando com seus alunos, não com base no diagnóstico, e sim sobre o que é observado, fornecendo classificações duradouras e não apenas pedindo alguns momentos.

A política para a inclusão dos deficientes é um desenvolvimento em suas atividades educacionais e a responsabilidade de criar espaços adequados, currículo flexível e práticas exclusivas. Para entrar nessa direção, é necessário criar um ambiente que permita, incluindo experiência educacional, incluindo análise, reconhecer, analisar e fazer, para atender tudo com qualidade dentro de seu procedimento de treinamento, que respeita a individualidade de cada um se torna.

A escola é um lugar que permite trocar experiências, e é em movimento constante, então temos que mudar com a escola de desenvolvimento. É conhecido pela necessidade e urgência para enfrentar o desafio das entradas escolares e trazer os recursos em ação que realmente se tornaram realidade. As lições não insistem que o aluno não cumpra o conhecimento finito, mas com liberdade e determinação, expanda os significados na extensão de seus interesses e habilidades, permitindo que todos os seus esforços aprendam.

Na educação e inclusão, torna-se essencial que a empresa e a escola estejam procurando mídias para garantir todo o cumprimento de seus direitos e deveres garantidos pela lei, incluindo educação de qualidade que gostaria de conhecer alunos com necessidades educacionais especiais. O processo pedagógico inclusivo requer planejamento e mudanças de sistema administrativo político e alterações na gestão da educação, que ocorre da alocação de recursos governamentais para a sala de aula.

Incluindo condições prévias que lidam com problemas diferentes, considere a atual empresa de preconceito. Pense hoje a diferença para reestruturar nossas práticas que respeitem a dignidade humana. Existem várias maneiras de criar uma educação inclusiva, e a comunidade

e a comunidade escolheram as melhores maneiras de observar e estudar para fazer as mudanças necessárias para o processo educacional inclusivo para realmente aprender.

Finalmente, a conclusão é projetada que mesmo a educação sobre as necessidades de aprendizagem de todas as crianças, adolescentes e adultos convertendo sistemas educacionais para priorizar ações para educar a educação da primeira infância, programas de treinamento de ensino e organização de recursos e serviços se expande para tornar o direito de Faça o direito de aqueles que têm uma deficiência no processo educacional para impor alterações ao treinamento de professores e planejamento para ofertas de treinamento efetivas inclusivas em preocupações alternativas para estruturar uma nova maneira de treinar educação, onde termina, para fazer uma escuta mais precisa a cada criança .

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, M. S. Educação Inclusiva – a escola. vol.3. Coordenação Geral SEESP/MEC; Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. BAUTISTA, R. (coord). Necessidades Educativas Especiais. Lisboa, Dinalivro.1997.
- BEYER, H. O. Revista da Educação Especial. Ed. Secretaria de Educação Especial. Brasília, v.2, n.2 , jul/2006.
- BONETI, W. Educação, exclusão e cidadania. Ijuí:Ed.UNIJUÍ, 1997.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Centro Gráfico do Senado Federal – Brasília, 1988.
- \_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério da Educação. Lei 9394/96; MEC; Brasília, 1996.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação.Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/ Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001.
- CARVALHO, R. E. Removendo barreiras para a aprendizagem. Rio de Janeiro: WVA, 2000.Educação Inclusiva: do que estamos falando?. 2005. Disponível em: < [http://www.fcee.sc.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=238](http://www.fcee.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=238)>. Acesso em 07 fev. 2021.
- Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. Mediação: Porto Alegre/RS, 2008.
- COLL, C. et. al. Desenvolvimento Psicológico da Educação: Transtornos do Desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais v. 3: 2 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2004.
- FÁVERO, O.FERREIRA, T. I.; BARREIROS, D. Tornar a educação inclusiva. Brasília: UNESCO, 2009.
- FONSECA, V. Educação Especial: programa de estimulação precoce e uma introdução às ideias de Feuerstein. Porto Alegre: Artmed, 1995.
- GANDRA, A. Inclusão Social no Brasil melhorou entre 2001 e 2008, afirma economista. Disponível em: < <http://agenciabrasil.abc.com.br/noticia/2010-05-20/inclusao-social-no-brasil-melhorou-entre-2001-e-2008-afirma-economista>>. Acesso em 10 fev. 2021.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. Caminhos pedagógicos da educação inclusiva. Disponível em: GAIO, Roberta,
- MENEGHETTI, Rosa (orgs.). Caminhos pedagógicos da Educação Especial. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MAZZOTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2001.
- MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos."Declaração de Salamanca" (verbete).Dicionário Interativo da Educação Brasileira- EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002,
- MITTLER, P. Da exclusão à inclusão. In: Peter Mittler. Educação Inclusiva: contextos sociais; trad. Windy Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003. Educação Inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre; Artmed, 2003.
- OMOTE, S. Normalização, integração, inclusão. Ponto de vista. Vol. 1, nº 1, p. 4- 13, 1999.
- PARANÁ. Pessoa portadora de deficiência. Integrar é o primeiro passo. SUEDE/DEE, 1998.
- RODRIGUES, D. Revista da Educação Especial. Ed. Secretaria de Educação Especial. Brasília, v. 4, n. 2, p. 1-58, jul./out. 2008.
- ROSA, S. P. S. Fundamentos Teóricos e metodológicos da Inclusão. Curitiba: IESDE, 2004.
- SÁNCHEZ, P. A. Revista da Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial. Brasileira, v.1, n.1, out. 2005.
- SCHWARTZAN,J.S. Educação Especial. São Paulo, Mackenzie, 1999.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED. Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos. Governo do Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Educação Superintendência da Educação: Curitiba, 2006.

TESSARO, N. S. Inclusão escolar: concepções de professores e alunos da educação regular e especial. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde, 1994.

VITTA, M. C. de.DAVID, C. M. Políticas públicas para a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais na rede regular de ensino: breve análise das propostas nacionais. Faculdade de História, Direito e Serviço Social –UNESP, Franca. Disponível em:

<<http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/BP10.pdf>>. Acesso em 21 marc. 2021.

WERNECK, C. Muito prazer eu existo. Rio de Janeiro: WVA 1995. Sociedade Inclusiva: Quem cabe no seu todos?. Rio de Janeiro: WVA Editora, 1999.

## ATUAÇÃO DA PSICOPEDAGOGIA NO SISTEMA EDUCACIONAL THE PERFORMANCE OF PSYCHOPEDAGOGY IN THE EDUCATIONAL SYSTEM EL DESEMPEÑO DE LA PSICOPEDAGOGÍA EN EL SISTEMA EDUCATIVO

Adriana Ribeiro Silva  
adriana\_drla@hotmail.com

SILVA, Adriana Ribeiro. **Atuação da psicopedagogia no sistema educacional**. Revista International Integralize Scientific, Ed. n.24, p. 98 – 106, junho/2023. ISSN/2675 – 5203.

### RESUMO

Esta análise se propôs a discutir sobre a atuação da psicopedagogia no sistema educacional através de estudos e pesquisas que ajudaram nas discussões referentes aos pensamentos e propostas dessa área atuante, que enriqueceu a temática apresentada. Através da FAPAF – Faculdade de Tecnologia Antônio Propício Aguiar Franco, foi trabalhado este estudo de forma objetiva e clara para que os acadêmicos construíssem uma reflexão sobre a importância de o profissional em psicopedagogia atuarem no sistema educacional. Com a nova área da psicopedagogia e sua visão no sistema educacional posiciona uma expectativa de inserir o indivíduo por meio de intervenções no desenvolvimento cognitivo, social e intelectual, assim, inicia-se a uma ampla reflexão que envolve a participação da família e escola, como principais colaboradores do aprendizado mútuo, para não haver dificuldades na aprendizagem desses indivíduos futuramente. Em seguida, esse estudo define um trabalho que aborda os processos de ensino e aprendizagem fazendo com que o profissional em psicopedagogia possa intervir, diagnosticar e trazer soluções para que o educador possa ter um diálogo positivo e satisfatório com o educando. Pois a criança tem o direito e dever de inserir-se no âmbito escolar para buscar conhecimento e o aluno reconhecendo e trilhando seus objetivos na vida.

**Palavras-chave:** Psicopedagogia. Sistema Educacional. Educando. Família.

### SUMMARY

This analysis proposed to discuss the role of psychopedagogy in the educational system through studies and research that helped in discussions regarding the thoughts and proposals of this active area, which enriched the theme presented. Through FAPAF – Faculdade de Tecnologia Antônio Propício Aguiar Franco, this study was carried out in an objective and clear way so that academics could build a reflection on the importance of professionals in psychopedagogy working in the educational system. With the new area of psychopedagogy and its vision in the educational system, there is an expectation of inserting the individual through interventions in cognitive, social and intellectual development, thus beginning a broad reflection that involves the participation of the family and school, as main collaborators of mutual learning, so that there are no difficulties in the learning of these individuals in the future. Next, this study defines a work that addresses the teaching and learning processes, enabling the psychopedagogy professional to intervene, diagnose and bring solutions so that the educator can have a positive and satisfactory dialogue with the student. Because the child has the right and duty to enter the school environment to seek knowledge and the student recognizes and pursues their goals in life.

**Keywords:** Psychopedagogy. Educational system. Teaching. Family.

### RESUMEN

Este análisis propuso discutir el papel de la psicopedagogía en el sistema educativo a través de estudios e investigaciones que ayudaron en la discusión sobre los pensamientos y propuestas de esta área activa, que enriquecieron el tema presentado. A través de FAPAF – Facultad de Tecnología Antônio Propício Aguiar Franco, este estudio se realizó de manera objetiva y clara para que los académicos pudieran construir una reflexión sobre la importancia de los profesionales de la psicopedagogía que actúan en el sistema educativo. Con la nueva área de la psicopedagogía y su visión en el sistema educativo, se espera insertar al individuo a través de intervenciones en el desarrollo cognitivo, social e intelectual, iniciando así una reflexión amplia que involucra la participación de la familia y la escuela, como principales colaboradores del aprendizaje mutuo, para que no haya dificultades en el aprendizaje de estos individuos en el futuro. A continuación, este estudio define un trabajo que aborda los procesos de enseñanza y aprendizaje, permitiendo al profesional de la psicopedagogía intervenir, diagnosticar y aportar soluciones para que el educador pueda tener un diálogo positivo y satisfactorio con el estudiante. Porque el niño tiene el derecho y el deber de ingresar al ambiente escolar a buscar conocimientos y el estudiante reconoce y persigue sus metas en la vida.

**Palabras clave:** Psicopedagogía. Sistema educacional. Enseñando. Familia.

## INTRODUÇÃO

Este estudo propõe reflexões sobre a atuação da psicopedagogia no contexto educativo, a partir de diferentes textos que delimitam o tema dos estudos e pesquisas realizadas. O presente trabalho foi realizado mediante investigações de pesquisas bibliográficas que ajudaram a delinear fatores importantes no decorrer de cada tópico.

Dessa forma mostra que a essência da Psicopedagogia vem demonstrando espaço no sistema educacional através da linha diagnóstica para revelar os processos que conseqüentemente dificultam a aprendizagem do alunado.

O objetivo deste estudo é apresentar a influência da atuação do psicopedagogo no sistema educacional. Onde esse especialista cria métodos de interdependência para que o educador possa trabalhar o ensino e aprendizagem do educando mediante suas necessidades.

Essa perspectiva prova que para o psicopedagogo atuar é necessário que o indivíduo esteja frequentando a escola, pois todo indivíduo tem o direito e dever de inserir-se na escola para ter uma educação justa e rica em conhecimentos.

Através dessa abordagem literária foi possível observar que a ação do psicopedagogo nos processos de ensino e aprendizagem são realizados a partir de observações, diagnósticos e intervenções alternativas para melhorar o aprendizado do sujeito.

De acordo com as expectativas desta pesquisa, possibilitou através de estudos e questionamentos fazer uma abordagem de elementos primordiais no processo educativo, a fim de mostrar fatos que adequam a atuação desse profissional diante a escola, família e do próprio indivíduo.

Por meio dessa abordagem foi possível confirmar que o campo de atuação da psicopedagogia tem potencialidades e desafios que estimulam o profissional atuante a melhorar a educação no âmbito escolar, além de mostrar que as situações subjetivas definem uma intervenção mais segura para construir o conhecimento com os avanços que a sociedade impõe.

## A VISÃO DA PSICOPEDAGOGIA NO SISTEMA EDUCACIONAL

A psicopedagogia se tornou um dos instrumentos teóricos e práticos no processo educativo, abrangendo elementos fundamentais no processo educativo do aluno. Mostra que esses elementos interferem diretamente e indiretamente no processo educativo sendo apontados como principais motivadores para o crescimento intelectual e profissional dos envolvidos.

No âmbito escolar mostra que a atuação da psicopedagogia traz benefícios no processo intelectual do aluno permitindo uma satisfação fortemente compensatória. Oliveira (2009) mostra em sua concepção que a psicopedagogia é uma extensão de estudo especializado para criar meios estratégicos para que o indivíduo tenha a capacidade de aprender através das relações históricas.

Veremos, que as intervenções e a avaliação no processo de aprendizagem mostram uma visão atualmente ressaltada pela busca e interesse pelo conhecimento, com o meio que vivencia a família e escola.

Por sua vez, a educação pressupõe uma vida em sociedade, com hábitos, costumes, crenças, modos de pensar e de viver no mundo. Todavia, o que se deve refletir é se a educação nas escolas fornecem sozinha um ensino capaz de atender a quantidade de crianças que tem

dificuldades em absorver conhecimento, pois a construção da aprendizagem requer uma parceria entre a escola e a família.

Nesse sentido, a ação da psicopedagogia mostra que através das áreas de conhecimento pode-se construir uma extensão dos aspectos cognitivos, sociais e emocionais, na educação do aluno.

### **A Importância da Psicopedagogia Educacional**

Considerada como uma proposta básica no processo de aprendizagem, o olhar da psicopedagogia propõe uma visão de homem e mundo que alcança um objetivo de fornecer a compreensão do conhecimento humano no processo de aprendizagem. O profissional que atua na área da psicopedagogia deve entender que a partir da construção do conhecimento deve-se dinamizar um envolvimento do sujeito com o objeto que estuda, que é a aprendizagem.

Essa atuação no processo educacional reformula o aprofundamento teórico que por sua vez aproxima o instrumento à seu estudo. Busca desenvolver um trabalho que ofereça uma educação prazerosa e significativa do aluno no processo educativo.

Mostra que a teoria e a prática oportunizam o psicopedagogo a ter uma melhor análise do sujeito, tendo uma visão sobre a forma de trabalhar no ensino e no aprender, que são prioridades nos sistemas educacionais.

[...] a psicopedagogia como uma área interessada em investigar a relação da criança com o conhecimento. Esta relação pode configurar-se como problemática, em razão de aspectos pedagógicos e/ou psicológicos. Dentre estes últimos, incluem-se aqueles associados a aspectos afetivos e/ou cognitivos. (SISTO, 1996, p. 113)

Desde então, a concepção do pensamento psicopedagógico se difere de uma dinâmica de relações que deixa um entendimento completo voltado ao indivíduo, em realidade com o objeto, bem como suas teorias ligadas a descobertas. Fundamenta-se à flexibilidade em agir e compreender o processo intelectual de cada um.

As análises e conceitos fundamentados para o fazer psicopedagógico, potencializa os critérios de aprendizagem que preparam os profissionais no período de prever, diagnosticar e remediar os problemas de aprendizagem. Com a proposta de alcançar tais objetivos o profissional junto com o psicopedagogo realiza um sistema de colaboração que beneficia ambos. Procura-se o melhor para que o indivíduo tenha uma boa aprendizagem.

A psicopedagogia se ocupa literalmente na aprendizagem do sujeito pensante para conhecer e aprender metodologicamente, ao se sentirem bem no local onde estuda, terem vontade de aprender e participar ativamente das propostas pedagógicas.

Cada criança tem o seu tempo de aprendizagem, muitas mostram maior domínio, enquanto outras precisam de mais atendimento do professor e outros profissionais no ambiente escolar.

Essa perspectiva interdisciplinar do psicopedagogo em atender essa demanda de crianças procura preencher lacunas na formação inicial, que implicam na formação exigida do domínio de conhecimento e atributos presentes no cotidiano escolar.

Quando se é trabalhado a formação do indivíduo, a construção do pensamento e o caráter linguístico vem dá ênfase a atuação de um profissional que observa o sujeito e sua relação com a família, fazendo um mapeamento detalhado diagnosticando e criando espaços de

convivência para desenvolver a formação continuada da equipe que fará junto a intervenção com a criança.

Portanto, o profissional que atua nessa precisa estar em constante atualização e renovando sempre sua área de estudo para que sua intervenção junto ao professor seja eficiente no cotidiano escolar.

### **A Intervenção Psicopedagógica no Ambiente Familiar e Escolar.**

Com a iniciativa de intervir no meio de aprendizagem, a prática da psicopedagogia é ajudar as pessoas que apresentam contratempos no contexto educacional. Em modo geral, para se fazer um bom levantamento é preciso que o psicopedagogo tenha um embasamento de teorias que facilitam a identificação no campo educacional.

A base do conhecimento de estudo de um indivíduo inicia-se pela investigação do histórico familiar, pois a família é a base e a estrutura do comportamento e personalidade presente na vida do indivíduo, das quais o importante é manter a transmissão da convivência cultural e social.

O ser humano vive a construção de sua própria identidade, que pressupõe liberdade e autonomia, para tornar-se sujeito, a partir das dependências que alimenta, necessita ou tolera, como por exemplo da família, da escola, da linguagem, da cultura, da sociedade, etc. (PETRAGLIA, 1995, p. 60)

Para isso, as funções da escola é levar o aluno ao mais alto nível intelectual a partir de sua vivência tendo a pretensão de prepará-lo para a vida em sociedade. Com essa tarefa imposta o sistema pedagógico fornece ferramentas necessárias para que o educando tenha contato direto com a comunidade escolar.

A psicopedagogia, de maneira histórica, é induzida na presença de um extenso papel de transmitir o ensino à criança nas diferentes dimensões pedagógicas orientadas pelo educador. Segundo Weiss (1997), a análise psicopedagógica tem seus objetivos plenamente alcançados quando são compreendidos pelas características e convivência de aprendizagem do indivíduo. Assim, viabiliza que o espaço na escola deva ter um desenvolvimento que possa responder às expectativas da aprendizagem, sendo esta um dos melhores utensílios fundamentais no fazer pedagógico.

Diante dessa abordagem a psicopedagogia recebe espontaneamente o entendimento do ambiente em que a criança vive. Essa aparição, elucida as causas das dificuldades permitindo confiança no ambiente que está inserido.

Conforme a intervenção do psicopedagogo nas escolas, encontra-se uma relação entre família e escola que permite o desenvolvimento ativo do aluno no contexto educativo. Essa intervenção perdura pelo desejo de aprender efetivamente.

A criança que compreende espontaneamente seu desenvolvimento natural modifica-se ao longo de sua vida, compreendendo que o ambiente que está inserido independente de qualquer eventualidade, sua família deve estar sempre apoiando em suas atividades, proporcionando não só segurança mais também confiança para si próprio na execução de suas tarefas diárias.

Contudo, quando se é estabelecido os pontos que causam a dificuldade de aprendizagem, observa-se que essa quantidade de fatores é manifestada pela tarefa complexa da relação com o meio em que vivem. Por causa da globalização e da quantidade de pais com grau maior de escolaridade, os novos alunos da nação conseguem uma maior oportunidade de serem orientados por uma família com participação mais ativa em sua educação.

Por meio dessas reflexões apresentadas, podemos apontar que a relação escola e família, é intrínseca à dificuldade de aprendizagem dos alunos do século XXI. Deve-se ter em vista que este é um processo com diversas tonalidades e que depositar muitas expectativas em um único agente deve apresentar a validade absoluta de aspectos que a comunidade escolar e familiar possa trabalhar e desenvolver com os educandos.

### **A Psicopedagogia e o Processo de Ensino-Aprendizagem**

As práticas de ensino consistem em segunda a psicopedagogia é trabalhar os processos de aprendizagem. Por meio desta concepção aborda-se as dificuldades de aprendizagem que tem a participação envolvida do psicopedagogo por meio da utilização de métodos educativos para colaborar no processo educativo de cada criança.

Essa educação, por sua vez, se torna um processo social que busca a interação prática de vida em função do desempenho escolar, permite analisar a formação do indivíduo de maneira individual através de seu conhecimento. Visto como aspectos aplicativos à resultados através da intervenção do contexto educativo.

Ensinar é transferir todo o conhecimento que adquiriu para outra pessoa tendo em vista que essa aprendizagem é alçada com o que deve ser ensinado, ou seja, para ter um bom aprendizado é preciso ter a relação entre esses dois conceitos. Assim o conhecimento que o alunado adquira será concreto.

As contribuições de construção do conhecimento trazem uma perspectiva para a psicopedagogia o desenvolvimento do trabalho de caráter interdisciplinar possibilita a autonomia relativa ao aluno no processo de aprendizagem.

Esse aprendizado permite que seja instrutivo e educativo ao mesmo tempo, para formação absoluta da personalidade do aluno. Dessa forma, essa intervenção possibilita analisar as estruturas de elementos que destacam a avaliação do aluno, escola e família.

A Psicopedagogia ao considerar o processo de aprendizagem como resultante de uma construção que envolve as relações do sujeito aprendente, nos vários contextos em que está inserido, não pode deixar de se preocupar com o processo relacional que se estabelece entre escola e família. (OLIVEIRA, 2009, p.131)

Assim propõe que as estratégias de aprendizagem se diferenciam de um para outro, visto que o acompanhamento do psicopedagogo auxilia na melhoria de estratégias de aprendizagem.

As análises desse processo de aprendizagem mostram diferentes ações e incitações que podem ser acompanhadas no desenvolvimento do conhecimento de cada indivíduo. A partir das concepções de ideologias nos processos desenvolvidos no ensino e aprendizagem tem sido representada de maneiras diferentes. Historicamente, essas formas diferentes mostram o papel do educador como principal vincular e transmissor de conteúdo, visto que desde a ênfase dada

a este conhecimento traz concepções que compreendem o ingresso do aluno ao conhecimento de estudo.

Este processo de desenvolvimento permeia os processos educacionais da escola como principal transformação do ensino com mudanças em diversificadas situações sociais adaptando-se a novas situações.

Em seu estudo, Freire (1987), defende o diálogo como principal ferramenta ao processo de ensino e aprendizagem sendo um método que se impõe como um caminho que educa enquanto se constrói pois aborda como processo existencial que é medida pela relação entre educador e educando. Por sua vez, o ensino transmite meios de intervir e aprender por meio do olhar do professor e psicopedagogo que detectam as dificuldades que acontecem na estadia da criança na escola. Portanto, esses envolvidos que levam uma conexão com os construtores e reconstrutores do mesmo pensamento cognitivo e disciplinar.

Precisamos, também, cooperar para que os alunos alcancem os objetivos estabelecidos. Assim, precisamos intervir e tentar promover modificações nos processos de ensino-aprendizagem, de forma a possibilitar que determinados alunos aprendam e melhorem o seu desenvolvimento pessoal e social para que a escola considere, cada vez mais, as abordagens de pesquisas de psicólogos e pedagogos sobre os processos e mecanismos usados pelas crianças, quando estão aprendendo conteúdos determinados (BASSEDAS. 1996, p.14).

A tarefa de educar abarca fatores definitivos para uma construção de conhecimento íntegro cujo objetivo é dado como ato de partir entre a parceria família e escola. Essa função define a troca de informações que induz a criança a um melhor desenvolvimento satisfatório na construção de identidade.

De acordo com o autor BRANDÃO (1981), a importância para trabalhar nas escolas é o educador renovar suas metodologias utilizando várias formas de educar para que seus alunos possam ser responsáveis e capazes de guardar os significados do saber. Essa preparação metodológica amplia-se de acordo com o conhecimento adquirido, pois esse conhecimento é transferido para o educando através da intervenção entre família e escola.

Acredita-se que o desafio hoje para a escola é envolver a família na educação de seus filhos, no qual é uma importante ferramenta que se tornou preciosa para o campo educativo. Esse equilíbrio tem uma boa recepção quando grupo familiar junto com a criança tem uma melhor perspectiva de instruções necessárias no espaço educativo na leitura de mundo.

Portanto vê-se que a aproximação entre os contextos decorre de uma empatia e parceria de ensinar e aprender com o próximo para cumprir o papel de ajudar na aprendizagem, uma vez que, são complementares para desenvolver o sucesso escolar, pessoal e social.

### **Perspectivas dos Aspectos Legais para a Educação**

Com base nas perspectivas educacionais do Brasil a educação se tornou um direito democrático que garante a todos os cidadão um estudo de qualidade. Devido a essas práticas estruturadas pode-se consolidar numa expansão de direitos e deveres que devem ser cumpridas pela sociedade. Entende-se que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, coloca em vigor uma educação como direito íntegro e obrigação do Estado e da família a vontade da pessoa aprender, a partir do domínio da leitura e escrita.

Com isso, esse apoio educativo possibilita uma educação completa de acordo com as normas legais que abrange caminhos e perspectiva de proteger a aprendizagem de todos os

cidadãos. Nota-se que essas leis, têm grandes benefícios para a família e escola para desenvolver a afetividade em sala de aula e garantir total autonomia em uma aprendizagem completa, de acordo com a colaboração e desejo de aprender formada por seus direitos e deveres.

Contudo a escola permite total liberdade para transformar essa perspectiva de crescimento intelectual através do incentivo familiar mediante as dificuldades coexistentes no meio educativo.

## **Psicopedagogia e as Áreas de Conhecimento**

A psicopedagogia atende em diversas áreas de atuação de estudo humano, como fonte que adequada aos aspectos cognitivos, sociais e afetivos. As áreas atuantes exemplificam os cursos de graduação em pedagogia, psicologia, sociologia, neurologia e outras dimensões do conhecimento, que se unem a psicopedagogia para evitar as dificuldades vivenciadas pela criança.

Como atuante e comprometida nas instituições escolares, a psicopedagogia deve estar presente no sistema educativo para mostrar os requisitos determinantes no momento de intervenção.

A Psicopedagogia tem se desenvolvido como uma forma de vinculação entre a Pedagogia e a Psicologia, e pode ser entendida a partir de pressupostos teóricos e elaborados em países de língua francesa. Nestes países usa-se o termo Psicopedagogia em lugar de Psicologia da Educação, no sentido de que, neste caso, a Psicologia liga-se à educação como uma ciência auxiliar na compreensão do processo pedagógico. (SÁ; VALLE; DELOU, 2008. p.8)

Essa área fundamenta-se como prática escolar que permite um estudo acerca de eventuais soluções nas dificuldades de aprendizagem. Com isso, as novas oportunidades para diferentes profissionais envolvem o pensamento da Psicopedagogia com o ensino/aprendizagem, professores e alunos, etc.

Por meio desta área pode ser trabalhado o diagnóstico que dá o primeiro passo para esclarecer ao educador o meio de intervenção de ensino e aprendizagem do educando.

A avaliação é feita sobre o contexto, os processos e os resultados do método, sobre a sua prática, sobre o desempenho e a participação de professores e alunos, observando-se, sobretudo, a garantia da aprendizagem do conhecimento em seus aspectos e conceitos essenciais. (RANGEL, 2006, p. 18)

Essa complexidade prioriza estratégias para elaborar resultados comprovativos de como está a educação de um indivíduo. Intensificando a aprendizagem humana a partir de pesquisas e análises, que independentemente da idade do indivíduo pode determinar as influências que podem causar as dificuldades de aprendizagem.

O psicopedagogo que trabalha nas instituições tem a missão de observar o aluno e o professor no ambiente educativo através do processo de ensinar e aprender. Pois o objetivo deste atuante é investigar e traçar o desenvolvimento eficaz ao método de ensino aprendizagem.

Assim, percebe-se que os transtornos causados por dificuldades educativas conduzem a uma negatividade no desenvolvimento da criança devido ao comprometimento de ensino.

Essa busca de pensamento construtivos é permitido para a psicopedagogia o reconhecimento consciente respeitando as limitações do outro através da reflexão, discursos e teorias sobre o desenvolvimento consciente humano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A psicopedagogia vem trazer uma nova perspectiva de atuação do profissional no sistema educacional. Essa nova área constrói a partir de saberes e práticas a relação do educador com o aluno. Com isso, essa nova área de atuação se formalizou a partir da união com dois campos de graduação: a pedagogia e a psicologia. Inserida a um processo de aprendizagem a psicopedagogia tem uma relação de harmonia e integração com o sujeito, família, escola e sociedade.

Sua importância tem trazido intervenções no desenvolvimento humano voltado ao sistema educacional. Essas naturezas são agrupadas por uma enorme quantidade de informações que trazem o direcionamento para que o psicopedagogo possa intervir e trazer resultados concretos para reduzir os problemas de aprendizagem do estudante.

Assim orienta uma metodologia baseada na observação com resultados de como se deve aplicar a aprendizagem para o aluno. Com técnicas no ato de aprender demonstra que tem que haver uma relação de convivência entre professor e aluno, onde podem mudar através da vivência a aplicação de uma aprendizagem prazerosa e rica em conhecimento.

Os objetivos para esta pesquisa foram positivamente atingidos a partir do momento em que mostra que a atuação da psicopedagogia no sistema educacional pode dar uma nova visão na participação desse profissional no método de aprendizagem.

Com elementos evidenciados pode-se constatar que um dos principais colaboradores para melhor a aprendizagem do indivíduo é a própria família pois é um dos primeiros que presencia essa evolução porém nem todos se preocupam com a educação dessas crianças e acabam depositando toda a educação na escola.

Neste sentido, para melhorar o rendimento educacional o psicopedagogo entra para resgatar esse tempo perdido. Como opção a escola se tornou uma importante alternativa na vida das crianças pois procura trazer a família para ficar mais presente e participar mais nos conteúdos ministrados pelo educador.

Como prática pedagógica a psicopedagogia vem contribuir para somar positivamente uma formação com autonomia e domínio do saber procurando detectar tais dificuldades e ajudar no desenvolvimento dos alunos para uma educação com qualidade.

O mais importante além de teorias e conceitos de educação é saber que os fins educacionais se manifestam na esperança de construir ao longo do tempo o ensino e a parceria com a escola, família e alunado. O aprendizado precisa ser prazeroso para que o aluno consiga se sentir bem no ambiente escolar. As dificuldades de aprendizagem precisam ser tratadas com muito cuidado pois cada pessoa tem seu modo e tempo para desenvolver a aprendizagem.

Para obter bons resultados é preciso um segmento de conteúdos programados pelo psicopedagogo para o professor ter a facilidade de articular a aprendizagem do aluno. Para tanto, todo indivíduo tem proteção de garantir sua estadia no âmbito escolar com direitos e deveres segundo as leis brasileiras.

Por fim, é visível no âmbito escolar a expectativa de que o procedimento educacional é uma tarefa complexa mas que tende a construir um método de pensamentos relevantes para a comunidade, procurando formar cidadãos críticos e pensativos.

Contudo, conclui-se que este estudo possibilitou uma análise acerca de pesquisas concretas sobre a atuação do psicopedagogo frente ao trabalho direto com o corpo docente e educandos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASSEDAS, Eulália; et al. *Intervenção Educativa e Diagnóstico Psicopedagógico*. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 1996.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O Método Paulo Freire*. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRASIL. Constituição (1988). Vide Emenda Constitucional nº 91, de 2016. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 02/08/2016.
- FREIRE, Pedagogia do Oprimido. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- OLIVEIRA, Mari Angela Calderari. *Intervenção Psicopedagógica na Escola*. 2ª Ed. Curitiba, PR. 2009. 260p.
- PETRAGLIA, Izabel Cristina. *Edgar Morin: A Educação e a Complexidade do Ser e do Saber*. Petrópolis, RJ: vozes, 1995.
- RANGEL, Mary. *Métodos de Ensino para Aprendizagem e a Dinamização das Aulas*. 2ª Edição. Campinas – SP. Editora Papirus. 2006. 93p.
- SÁ, Marcia Souto Maior Mourão; Valle, Bertha De Borja Reis do; Delou, Cristina Maria Carvalho. *Introdução à Psicopedagogia*. 2. Ed. Curitiba, PR. IESDE Brasil S. A. 2008. 144p.
- SISTO, Fermino Fernandes [et. al.]. *Atuação Psicopedagógica e Aprendizagem Escolar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. 262p.
- WEISS, Maria L. L. *Psicopedagogia clínica: Uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar*. 5. Ed. Rio de Janeiro: DP & A, 1997.

**UMA REFLEXÃO SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE NA  
TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA**  
**A REFLECTION ON THE CONTRIBUTIONS OF PAULO FREIRE TO THE  
TRAJECTORY OF YOUTH AND ADULT EDUCATION – EJA**  
**UNA REFLEXIÓN SOBRE LOS APORTES DE PAULO FREIRE A LA TRAYECTORIA  
DE LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS – EJA**

Adriana Ribeiro Silva  
 adriana\_drla@hotmail.com  
 Daiana Ribeiro Silva

SILVA, Adriana Ribeiro; SILVA, Daiana Ribeiro. **Uma reflexão sobre as contribuições de Paulo Freire na trajetória da Educação de Jovens e Adultos - EJA.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.24, p. 107 – 114, junho/2023. ISSN/2675 – 5203.

#### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre as propostas pedagógicas do educador Paulo Freire, analisando sua trajetória no processo educacional brasileiro. Assim foram realizados estudos através de fontes bibliográficas que ajudaram a enriquecer a temática em discussão, de forma objetiva e clara mostrando a história de vida do educador desde o início de sua atuação no Brasil até o reconhecimento internacional. O método utilizado pelo educador baseou-se no ato político e libertador tendo o diálogo como princípio de novos estímulos de pensar e fazer a Educação de Jovens e Adultos partindo de um processo de reciprocidade onde professor e aluno ensinar e aprender mutuamente, oportunizando uma educação prazerosa onde o indivíduo participa do processo de conhecimento e não seja mero receptor de conteúdos, sempre proporcionando uma ampla reflexão. Portanto mostra que através dos aspectos legais vigentes o indivíduo tem seu direito garantido de ir em busca do conhecimento compreendendo que a tarefa do ser humano é saber reconhecer e transformar sua vida para trilhar seu próprio caminho.

**Palavras-chave:** Freire. Educação de Jovens e Adultos. Libertador.

#### SUMMARY

This article aims to reflect on the pedagogical proposals of educator Paulo Freire, analyzing his trajectory in the Brazilian educational process. Thus, studies were carried out using bibliographic sources that helped to enrich the topic under discussion, in an objective and clear way showing the educator's life story from the beginning of his work in Brazil to international recognition. The method used by the educator was based on the political and liberating act, with dialogue as the principle of new stimuli for thinking and carrying out Youth and Adult Education, based on a process of reciprocity where teacher and student teach and learn from each other, providing a pleasurable education. where the individual participates in the knowledge process and is not a mere recipient of content, always providing broad reflection. Therefore, it shows that through the current legal aspects, the individual has a guaranteed right to go in search of knowledge, understanding that the task of human beings is to know how to recognize and transform their lives to follow their own path.

**Keywords:** Freire. Youth and Adult Education. Liberator.

#### RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre las propuestas pedagógicas del educador Paulo Freire, analizando su trayectoria en el proceso educativo brasileño. Así, se realizaron estudios utilizando fuentes bibliográficas que ayudaron a enriquecer el tema en discusión, mostrando de manera objetiva y clara la historia de vida del educador desde el inicio de su trabajo en Brasil hasta el reconocimiento internacional. El método utilizado por el educador se basó en el acto político y liberador, con el diálogo como principio de nuevos estímulos para pensar y realizar la Educación de Jóvenes y Adultos, basado en un proceso de reciprocidad donde maestro y alumno enseñan y aprenden unos de otros, brindando una educación placentera, donde el individuo participa en el proceso de conocimiento y no es un mero receptor de contenidos, brindando siempre una reflexión amplia. Por lo tanto, muestra que a través de los aspectos jurídicos actuales, el individuo tiene garantizado el derecho de ir en busca del conocimiento, entendiendo que la tarea del ser humano es saber reconocer y transformar su vida para seguir su propio camino.

**Palabras clave:** Freire. Educación de Jóvenes y Adultos. Libertador.

## INTRODUÇÃO

Este estudo propõe reflexões sobre a proposta pedagógica de Paulo Freire e sua contribuição para a formação de jovens e adultos. O presente trabalho foi realizado a partir de pesquisas bibliográficas, artigos e livros que ajudaram a delinear fatores importantes no decorrer do assunto.

O objetivo é apresentar de forma sucinta a vida, o pensamento e a proposta pedagógica do educador Paulo Freire, sua contribuição na formação educativa de jovens e adultos, onde defende a educação como método de interdependência entre educador e educando no ensino e aprendizagem, essa modalidade de ensino é amparada por lei e garante de uma educação para todos os que não tiveram acesso na idade própria.

Através desta abordagem literária foi possível destacar que Paulo Freire traz elementos vitais no processo educativo como um ato público e político para se chegar a uma educação libertadora e ser caracterizada por um processo dialógico.

## VIDA DE PAULO FREIRE

Paulo Freire é um célebre educador conhecido internacionalmente pelo método de alfabetização, sua compreensão reflexiva inovou as práxis educativas meramente política, seu objetivo maior na educação é o processo de conscientização do indivíduo defendendo a idéia de reciprocidade em que o educador e educando ensinam e aprendem mutuamente.

Paulo Reglus Neves Freire nasceu em 19 de setembro de 1921 na cidade do Recife foi incentivado por seus pais a ter paciência, capacidade de amar e a tolerância.

Quando pequeno seu primeiro contato com alfabetização foi através de sua mãe que o ensinou a ler e escrever com pequenos galhos de árvores caídos no quintal de sua família. Sua mãe escrevia palavras e frases do cotidiano que o fez aprender que a vida deve ser tratada na sua concretude como um ato de educar que vem da solidez da própria vida.

Em toda sua vida dizia que sofreu três exílios, o de sair do útero de sua mãe, o de ter ido para Jaboatão e o exílio político que o fez ficar dezesseis anos fora do país.

Já casado com sua primeira esposa Elza Maria Costa, professora primária dizia que devia continuar sua vida como Educador já que não tinha gostado de ter trabalhado como advogado. Mesmo sendo formado em Direito optou por lecionar nas escolas, sabia que o trabalho a ser desenvolvido teria que ser popular. Pois é neste momento que começa a ter contato com o povo, a escutar, valorizar e compor sua própria teoria do conhecimento.

No seu pensamento escutar não era apenas ouvir, mas levar aquilo que ouviu para o coração, sua sensibilidade, inteligência e reflexão. Percorreu vários lugares de Pernambuco dialogando com o povo, conversando e sistematizando.

Conheceu um grande educador, Anísio Teixeira que lutava pela escola para todos, escola pública e de qualidade. Foi escolhido para ser membro do Conselho Estadual de Educação pelo governador Miguel Arraes.

Ajudou a fundar o Colégio de Recife Instituto Capibaribe tornando-se professor universitário lecionando História e Filosofia da Educação. Aposentou-se aos 42 anos de idade. No Chile sua tese foi reformulada no que resultou no primeiro livro “Educação como Prática de Liberdade”.

Seu trabalho na Educação de Jovens e Adultos no SESI de Pernambuco, o levou a ser considerado um homem com pensamento universal.

Então Freire concluiu em suas pesquisas e viagens, que a utilização de um novo método deveria ser implantado para tornar os adultos sujeitos socioculturais. Defendia a ideia de uma educação centrada no diálogo partindo daquilo que o educando sabia, pois preocupava-se com a formação consciente do povo, visto que era necessário que a população menos favorecida de conhecimento pudessem ler e escrever para terem o direito de viver em sociedade.

Paulo Freire, no II Congresso Nacional de Educação de Jovens e Adultos no ano de 1958 destaca que a educação de Jovens e Adultos deve fundamentar na consciência da realidade cotidiana, não no conhecer letras, palavras ou frases, pois o processo de alfabetização não pode se dá sobre, nem para o educando e sim com o educando. Tem que ser estimulado à colaboração, a decisão, a participação e responsabilidade social e política. Apontou ainda que o aluno deve se conhecer enquanto sujeito e os problemas que o aflige no dia-a-dia propondo que o mesmo deve programar em parte o que num período quer aprender e aprender não se aprende tentando depositar numa cabeça vazia uma porção de conhecimento.

No período de 1964 recebeu convite do presidente João Goulart para coordenar o Programa Nacional de Alfabetização. Logo depois do golpe militar, os militares acharam que o método de alfabetização de Freire era uma ameaça à ordem, acusando-o de ter construído um método de alfabetização onde cada educando construiria seu próprio conhecimento a partir de temas e palavras geradoras. Então resolveram exilá-lo no Chile e na Suíça, mas isso não o fez parar de produzir conhecimento na área de educação. Assim neste período produziu a sua principal obra “Pedagogia do Oprimido”, lançada em 1969. Após a Lei da Anistia retorna ao Brasil.

Depois de ter vivido cerca de quarenta e dois anos com sua primeira esposa Elza com quem teve cinco filhos. Paulo Freire a descreve como uma grande encorajadora nas discussões pedagógicas e companheira de luta desde seu exílio e retorno ao Brasil.

Após a perda de sua primeira esposa, Freire encontra um novo amor casando-se outra vez com sua amiga desde a infância, a aluna de adolescência e sua orientadora na elaboração de uma dissertação Ana Maria Araújo Freire viveram dez anos juntos. Freire faleceu no ano de 1997.

Em vida Freire produziu cerca de 15 livros publicados que foram reeditados e traduzidos em várias línguas em todo o mundo.

## **ATO POLÍTICO E EDUCAÇÃO LIBERTADORA**

A ideia de Freire surge da percepção do ser humano e do mundo através de desafios que se correspondem à criação e recriação de uma cultura para adaptar-se de acordo com as necessidades.

Educador comprometido com a educação popular definia como um espaço de mobilização e organização no conhecimento do mundo a partir de práticas desenvolvidas pelo homem para sobreviver no meio em que vive. Sua proposta busca caracterizar sua prática tendo como princípio experiências e surpresas no cotidiano.

Considerado filósofo que fundou a crítica pedagógica da transformação progressista do pensamento educacional, nunca desistiu de alcançar seu objetivo em radicalizar o mundo. Sua

concepção centrava-se no diálogo entre pessoas e culturas. Propõe uma defesa pedagógica baseada em uma ação direta com classes populares.

Na sua concepção defendia a pedagogia popular, desveladora de uma ação injusta e desocultação das mentiras ideológicas na qual o educando tinha o dever de lutar pelo direito de participar dos conteúdos aprendidos por ele porque via o sentimento de amor como tarefa do sujeito, pois não acreditava na educação sem amorosidade.

A proposta deste educador parte do estudo da realidade e da organização dos dados. Nesta técnica surgem os temas geradores, extraídos da problematização da prática da vida do indivíduo resultantes de conteúdos para realização de uma metodologia dialógica. Cada pessoa envolvida faz parte de uma ação pedagógica compartilhada por assuntos de seu conhecimento, das quais parte dos conteúdos necessários para despertar uma forma de relacionar com as experiências vividas. Quando há transmissão fora do contexto social do educando acaba sendo informações depositadas porque não agi espontaneamente o saber popular. É por isso que o relacionamento deve estabelecer o conjunto de pessoas sujeitas a se posicionarem no ato do conhecimento eliminando-se a relação de autoridade uma vez que torna-se inviável o trabalho de criticidade e conscientização.

A palavra viva é diálogo existencial. Expressa e elabora o mundo, em comunicação e colaboração. O diálogo autêntico – reconhecimento do outro e reconhecimento de si, no outro – é decisão e compromisso de colaborar na construção do mundo comum. Não há consciências vazias; por isso os homens não se humanizam, senão humanizando o mundo. (FREIRE, 1987)

Para Freire o ato educativo deve ser um ato de recriação e ressignificação visando à libertação da alfabetização que acontece não só no campo cognitivo mas também no campo social e político. Aponta princípios de métodos referentes à política e o diálogo como ato educativo.

No início do método Freiriano refere-se a política do ato educativo, onde a educação é vista como construção e reconstrução contínua de uma realidade prevista pela ação do homem de acordo com a sua vivência. Através deste inovador a indissociação da construção do método de aprendizagem como processo de politização da leitura e da escrita. Como por exemplo, enquanto o indivíduo é desafiado a refletir sobre o seu papel na sociedade aprende a escrever a palavra sociedade que tem como objetivo motivar a superação da lucidez ingênua, ou seja, da consciência mágica para se alcançar a crítica. Os alfabetizados ao dialogar com o grupo e o educador sobre a sua realidade e mundo tem o ensejo de descobrir aspectos cotidianos. Essa visão crítica poderá instrumentalizá-los a uma nova procura de intervir na transformação do caráter político.

No princípio do método dialógico no ato educativo, se resume a uma dialética que tem como meta o engajamento da pessoa em lutar pela transformação social. Para Freire, o alicerce da pedagogia é o diálogo entre educador e educando é o objeto do conhecimento entre a natureza e a cultura.

Segundo Freire (1987) tem por finalidade promover uma visão de mundo que acontece quando a relação é mediada pelo diálogo, pois é acima de tudo uma atitude de amor, humildade e fé entre os seres humanos de criar e recriar.

Contudo o diálogo está no começo de uma situação pedagógica. A investigação do universo vocabular cria uma aproximação entre educador, educando e o assunto do conhecimento pela atitude democrática, consciente, libertadora e dialógica.

A relação de aprender se faz no ato do conhecimento da realidade concreta onde homem e natureza constituída numa prática envolvida pelo diálogo na alfabetização de jovens e adultos propostos pelo educador Paulo Freire.

As fases do método Freiriano seguiu uma seqüenciação metodologia determinada pela investigação temática correspondendo ao universo vocabular e estudo dos modos de vida na localidade, tematização refere-se à seleção dos temas e palavras geradoras e problematização que proporciona a busca da superação da primeira visão ingênua para uma visão crítica, capaz de alterar o contexto vivido.

Já no livro Educação como Prática de Liberdade, Paulo Freire propôs uma prática executada em cinco fases. A primeira é o levantamento do universo vocabular dos grupos com quem se trabalha. A segunda escolha das palavras selecionadas do universo pesquisado. A terceira cria situações existentes típicas do grupo a quem vai trabalhar. A quarta elaboração de fichas programada pelos coordenadores do debate no seu trabalho. E a quinta elaboração de fichas com a decomposição das famílias fonéticas correspondentes aos vocábulos geradores.

A utilização dessa metodologia na alfabetização de jovens e adultos foi uma proposta que intensificou diferentes técnicas possibilitando uma aprendizagem libertadora e não mecânica. Dessa forma o método Freiriano continua a progredir com suas idéias, porém reafirma a necessidade de recriação contínua em toda e qualquer prática educativa.

## **A EJA E OS AMPAROS LEGAIS A PARTIR DA NOVA CONSTITUIÇÃO**

A história da Educação de Jovens e Adultos tem sido nas últimas décadas ligada a uma educação popular que integra-se na diminuição da problemática existente no Brasil. A Constituição Federal de 1988 estabelece como princípio uma educação como direito de todos e dever do estado e da família o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Essa garantia consolidou uma expansão de forma significativa atendendo a jovens e adultos em redes públicas.

Essa CF/1988 foi um dos primeiros documentos que garante direitos jurídicos como também normativo e institucional. Sua função trata de fundamentos legais garantindo direito ao cidadão de ir em busca do seu exercício de cidadania assegurado pelos órgãos públicos na melhoria da educação realizada pelo Plano Nacional de Educação. No inciso sétimo do artigo 206 aborda que o ensino fornece a garantia de padrão de qualidade. E ainda no parágrafo primeiro do art. 211 retrata a colaboração entre os diversos setores federativos buscando um padrão mínimo da qualidade do ensino, redistribuindo suporte técnico e financeiro aos municípios, distrito federal e ao estado.

No ano de 1990, o Brasil assumiu a Educação de Jovens e Adultos como meio de resgatar a igualdade de oportunidade para todos aqueles que por algum motivo não tiveram na idade própria a continuidade e acesso aos estudos, implantando leis que pudessem dar o direito de contribuir com a igualdade de oportunidades para a garantia de uma educação para todos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9394/96 tornou-se pública em defesa da CF/1988. Determinou que as diretrizes e bases da educação nacional junto com o

papel desenvolvido pela união e a diversas instituições de ensino, padrões necessários de avaliar e aprimorar o ensino, que foi logo depois alterada por novas demandas educacionais que instigaram conceitos de aproveitamento de novas formas educacionais no aperfeiçoamento das normas vigentes.

Sua função reparadora constitui da restauração de um direito negado mas também de uma igualdade equalizada por condições adversas de integração de ações conduzidas a erradicar o analfabetismo. Com isso a LDBEN no art. 4º em seus incisos dá o parecer sobre o dever do estado em atribuir jovens e adultos seus direitos:

Art. 4º O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

- I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; [...];
- VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola; [...]. (Brasil, 1996, online).

A Resolução CNE/CEB nº 01/2000 esclarece a concepção partindo da idéia de um processo pedagógico que busca priorizar jovens e adultos e garantir a equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais, claramente explicado pelo art. 5º da seguinte forma:

Parágrafo único. Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar:

- I – quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;
- II – quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;
- III – quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica. (Brasil. CNE, 2000, online).

A presente Resolução 01/2000, no artigo 6º abrange processos informativos que cabe a cada rede de ensino se responsabilizar pela educação de jovens e adultos, sempre respeitando as diretrizes curriculares nacionais a dar o direito de definir estruturas e duração das modalidades de ensino.

Esses aspectos legais terão o direito aos sujeitos retornarem às salas de aula, determinando o caminho do conhecimento e o convívio no meio social para que possam por meio da aprendizagem construir cidadãos capazes de se defender e expor suas expectativas.

## METODOLOGIA

Utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica de fonte secundária. Aborda estudos e levantamentos bibliográficos já publicados sobre o assunto, em livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista “o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações” (TRUJILLO, 1974 p.230).

De acordo com Gil (2010, p.02), o êxito de uma pesquisa depende fundamentalmente de certas qualidades intelectuais e sociais do pesquisador as quais estão: conhecimento do assunto a ser pesquisado, curiosidade, criatividade, integridade intelectual, atitude autocorretiva, sensibilidade social, imaginação disciplinada e confiança na experiência, essas qualidades são necessárias para o bom desempenho de uma pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Freire como um dos maiores educadores traz um novo olhar a respeito da educação onde o processo de ensino aprendizagem gira em torno de jovens e adultos que não puderam concluir ou não tiveram oportunidade de ingressar na escola.

Mostra em suas concepções a importância de uma educação popular baseada em um trabalho capaz de abranger um grande número de indivíduos aptos a construir um conhecimento a partir de sua própria história. Com isso Freire propõe que a metodologia seja inserida na leitura do mundo, liberdade, diálogo e uma aprendizagem capaz de inovar diferentes técnicas para se educar.

Assim é fundamental que haja uma relação de amor capaz de transformar uma realidade vivida por indivíduos inseridos no contexto social e político.

Contudo este estudo possibilitou acerca das contribuições de Paulo Freire reconhecer que por traz da identidade de jovens e adultos a sempre uma história de vida em que permite que o educador possa estar utilizando formas de aprendizagem diferentes no processo de leitura e escrita.

Portanto vale ressaltar que Freire criou um pensamento completamente original onde suas idéias foram percorridas pelo mundo através de suas concepções de educação política e libertadora.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARCELOS, VALDO. Formação de Professores para Educação de Jovens e Adultos. 3. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.
- BRANDÃO, RODRIGUES. O que é método Paulo Freire. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRASIL. Resolução nº 1, de 5 de julho de 2000. Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. Diário Oficial da União, Brasília, 19. jul. 2000b. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf)>.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm)>.
- FREIRE, PAULO. Educação como Prática de Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- \_\_\_\_\_. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- \_\_\_\_\_. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GIL, ANTÔNIO CARLOS. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. – 3. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.
- SOARES, LEÔNICIO. Formação de Educadores de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO, 2006.
- TRUJILLO, ALFONSO F. Metodologia da Ciência. 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.



Publicação Mensal da INTEGRALIZE

Aceitam-se permutas com outros periódicos.

Para obter exemplares da Revista impressa, entre em contato com a Editora Integralize pelo (48) 99175-3510

**INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC**

Florianópolis-SC

Rodovia SC 401, Bairro Saco Grande,  
CEP 88032-005.

**Telefone: (48) 99175-3510**

**<https://www.integralize.onlin>**

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675 - 520